

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA



JUDAÍSMO E JUDEUS
NA LEGISLAÇÃO PORTUGUESA
Da Medievalidade à Contemporaneidade

Emílio Manuel da Silva Corrêa

MESTRADO EM HISTÓRIA E CULTURA DAS RELIGIÕES

2012

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA



JUDAÍSMO E JUDEUS
NA LEGISLAÇÃO PORTUGUESA
Da Medievalidade à Contemporaneidade

Emílio Manuel da Silva Corrêa

MESTRADO EM HISTÓRIA E CULTURA DAS RELIGIÕES

Dissertação orientada pelo Prof. Doutor
Paulo Fernando de Oliveira Fontes

2012

JUDAÍSMO E JUDEUS
NA LEGISLAÇÃO PORTUGUESA
Da Medievalidade à Contemporaneidade

RESUMO

Tem este trabalho como objectivo a análise das repercussões ocorridas no seio das comunidades judaicas e no do judaísmo, com a entrada em vigor da legislação portuguesa de carácter religioso que, em nosso entender, maior influência exerceu.

Dividimos as matérias abordadas em cinco capítulos: “Os judeus na cristandade portuguesa”, “A construção do estado confessional”, “A revolução liberal de 1820, a liberdade religiosa e a confessionalidade do Estado”, “A separação do Estado das Igrejas” e “As sinagogas”.

Começamos por uma introdução e pelos antecedentes históricos desde a chegada dos judeus à Península Ibérica até à publicação das Ordenações Afonsinas.

A abordagem, de forma cronológica, aos diversos diplomas legislativos, é iniciada com aquelas Ordenações; seguem-se-lhes o Édito de expulsão de D. Manuel I e a Inquisição, as leis do Marquês de Pombal, as três constituições da monarquia liberal e os códigos penais que lhes estiveram subjacentes, uma síntese do constitucionalismo moderno, a Lei da Separação do Estado das Igrejas de 11 de Abril de 1911, as Constituições de 1911 e 1933, a Concordata com a Santa Sé de 1940, a Constituição de 1976, o Código Penal de 1982, a Lei da Liberdade Religiosa e três convenções internacionais ratificadas por Portugal.

Concluímos o texto principal com uma alusão às sinagogas, fundamentalmente as portuguesas, e, a final, expomos as conclusões.

Anexamos dezassete documentos, que compreendem, para além dos diplomas legislativos referidos, uma cronologia de legislação portuguesa, os estatutos da Comunidade Israelita de Lisboa e o alvará de aprovação destes estatutos.

Das fontes constam as bibliotecas e arquivos consultados, as fontes informáticas (internet) e a bibliografia.

Palavras-chave: judaísmo – judeus – legislação – história – Portugal – sinagogas.

ABSTRACT

The aim of this work is to analyze the repercussions that occurred within the jewish communities and within judaism itself, through the enforcement of the portuguese legislation which, in our opinion, had a major influence.

We divide the subjects covered in five chapters: "The jews in portuguese christendom", "The construction of the confessional state", "The liberal revolution of 1820, the religious liberty and the confessionality of the State", "The separation of the state from churches" and "the synagogues".

We start with an introduction and a historical background of judaism from their arrival at the Iberian Peninsula, until the publication of the "Ordenações Afonsinas".

The chronological approach to the various legislative documents starts with these "Ordenações"; followed by the Edict from D. Manuel I and the Inquisition, the laws of Marquês de Pombal, the three constitutions of liberal monarchy and the criminal codes behind, a synthesis of modern constitutionalism, the Separation Law of the State of the Churches of April 11, 1911, the Constitutions of 1911 and 1933, the Concordat with the Holy See, 1940, the Constitution of 1976, the Penal Code of 1982, the Law of Religious Liberty and three international conventions ratified by Portugal.

We conclude the main text with an approach to the synagogues, mainly the portuguese ones, and finally we present the conclusions.

Attached are seventeen documents that include, apart from the majority of the legislative diplomas referred above, a chronology of portuguese law, the statutes of CIL and the license approving these statutes.

The sources listed consist of libraries and archives consulted, informatics sources (internet) and bibliography.

Keywords: judaism - jews - legislation - history - Portugal - synagogues

AGRADECIMENTOS

Dirijo os meus primeiros agradecimentos ao Prof. Doutor Paulo Fernando de Oliveira Fontes que tão espontaneamente anuiu à minha solicitação para orientar este trabalho o qual não teria sido possível sem o seu entusiasmo, sabedoria e dedicação.

Um reconhecimento muito especial quero também deixar aqui expresso ao Prof. Doutor José Augusto Martins Ramos, cujos seminários tanto contribuíram para este meu entusiasmo no regresso à faculdade.

Não posso olvidar a Felisbela, minha companheira, pelo apoio que me deu, quando, na fase da vida em que se esperaria que os meus empenhos fossem outros, decidi iniciar esta epopeia que é um mestrado.

Por último, um agradecimento a todos os meus colegas de curso cujo interesse pelas questões e permanentes e oportunas intervenções, tão dinâmicos e interessantes tornaram os seminários.

INTRODUÇÃO

Consideramos, antes de mais, ser devida uma justificação para a escolha do tema deste trabalho.

Cedo nos apercebemos que uma das partes mais difíceis do curso, se não mesmo a mais difícil, seria a escolha do tema da dissertação, não só pela infinidade de assuntos que um curso sobre religião propicia, como pela nossa pretensão em desenvolvermos um tema o mais original e inédito possíveis. Já Fernando Pessoa dizia que viver não é necessário, o que é necessário é criar.

Naturalmente, a nossa formação jurídica impelia-nos para a opção por um tema de alguma maneira ligado a legislação, basicamente portuguesa, a área em que nos sentiríamos mais confortáveis.

Encontrámos, todavia, estes dois temas – legislação portuguesa e religião (este sempre conectado à católica) - já abordados em vários outros trabalhos. Se bem que talvez pudéssemos dar-lhes um desenvolvimento diferente, a realidade é que cedo constatámos que não conseguiríamos revesti-los da pretendida originalidade.

Em vez do tão abrangente e lato tema religião ideámos a hipótese de um mais específico: por que não o judaísmo?

É que, de facto, cerca de 85% dos portugueses são católicos, o catolicismo é um dos ramos do cristianismo, e este, bem como o islamismo, derivam do judaísmo. Para além de, por estes motivos, o judaísmo dever ser encarado por nós, portugueses, de uma forma especial, tem características muito peculiares: é por muitos considerada a religião mais antiga conhecida na Península Ibérica; os judeus tiveram, em variadíssimos períodos da história de Portugal, uma importância indiscutível, designadamente na economia e na cultura; o povo judeu integra o grupo de povos mais sofrendores na história da humanidade; o judaísmo é uma religião professada por um único povo, o judeu, e este, conforme sustentou Basílio Teles¹ “(...) talvez a raça mais obstinada e resistente que jamais o mundo viu, é o creador exclusivo d’uma só moral e d’um só deus, e atravez das perseguições e dos tormentos, impôz o seu Iaveh e a sua Thora”²

¹ Professor e ensaísta português (1858-1923)

² *A Questão Religiosa*. Porto: Livraria Moreira Editora, 1913, p. 12

Escreve Maria João da Rocha Afonso³ que “ (...) há ainda que ter em conta o facto de o termo “judeu” implicar simultaneamente uma raça e uma religião, tornando difícil a destrição entre as duas vertentes da palavra, (...)”.⁴

Judeus e judaísmo são, assim, conceitos indissociáveis.

E constatámos uma particularidade interessante: não encontramos nenhum trabalho em que fosse analisada a influência que determinada legislação portuguesa teve no judaísmo e/ou nos judeus em Portugal.

Foram estes os motivos por que optámos por este tema, e tendo também decidido abordá-lo de uma perspectiva o mais abrangente possível, decidimos fazer uma análise de toda a legislação portuguesa de cariz religioso, fundamentalmente da que visa os judeus.

Pela sua importância e repercussões que teve na sociedade portuguesa, apresentamos igualmente uma abordagem, se bem que breve, à Concordata e às principais convenções internacionais, que são três, sobre direitos do homem e liberdade religiosa.

Seguimos a metodologia que considerámos mais apropriada: começámos por identificar e localizar a legislação basilar e as obras de carácter jurídico-doutrinário com a mesma relacionadas; seguiu-se o mesmo percurso de identificação e localização, mas agora das fontes (principalmente mas não exclusivamente bibliográficas) sobre religião, *lato sensu*, e sobre judaísmo e os judeus, *stricto sensu*.

Achámos por bem dividir o “corpo” (texto principal) do trabalho nos cinco capítulos já atrás referidos, os quais abrangem as seguintes matérias: uma sinopse da permanência dos judeus em Portugal até ao surgimento das Ordenações Afonsinas, durante o reinado de D. Afonso V; a análise não só destas ordenações, a primeira compilação conhecida de legislação portuguesa, mas também do Édito de D. Manuel I, do estabelecimento da Inquisição e da legislação Pombalina; uma resenha do constitucionalismo moderno e o estudo das três constituições monárquicas e dos códigos penais; a Lei da Separação de 20 de Abril de 1911, as três Constituições que se lhe seguiram e alguma legislação subsequente, e, pelas repercussões que teve em todos os domínios da vida nacional, tecemos alguns comentários à Concordata com a Santa Sé; por último, incluímos um capítulo dedicado exclusivamente às sinagogas, os templos do judaísmo, locais centralizadores das comunidades judaicas, cuja construção tão influenciada foi pela legislação então vigente, como adiante melhor explanaremos.

³ Tradutora e professora de dramaturgia e história do teatro.

⁴ *A Ilusão da Mudança*. Lisboa: Colóquio “O Judaísmo na Cultura Ocidental”, 30/10 a 3/11 de 1989, Fundação C. Gulbenkian, 1989, p. 78.

Tem, portanto, a presente dissertação por escopo, o estudo das repercussões que legislação portuguesa específica teve no judaísmo, nas comunidades judaicas radicadas em Portugal e na própria sociedade portuguesa, desde as Ordenações Afonsinas até à contemporaneidade.

CAPÍTULO 1

OS JUDEUS NA CRISTANDADE PORTUGUESA

“Escuta, oh Israel: O Eterno é nosso Deus, o Eterno é único. Amarás o Eterno, teu Deus, com todo o teu coração, com toda a tua alma e com todos os teus recursos”.

Devarim (Deuterónimo), 6, 4

Diz Jostein Gaarder que a palavra “judeu” deriva de Judeia, nome de uma parte do antigo domínio israelita. “Judaísmo reflecte essa ligação”. E que “O dogma principal da religião israelita é este: Jeová é o Deus de Israel, Israel é o povo de Jeová”.⁵

Geralmente o judaísmo é caracterizado como religião, povo, etnia ou identidade. Decorre desta asserção que se torna impossível analisar um conceito abstraindo do outro, isto é, falar de judaísmo sem falar dos judeus e vice-versa.

Está provado que, muito antes do nascimento do reino de Portugal, no século XII, já existiam comunidades judaicas neste canto da Península Ibérica. Não obstante os vestígios mais antigos dos judeus em Portugal se situarem no século II E.C., tudo leva a crer que os primeiros judeus aqui chegaram muito antes, transportados por barcos fenícios, integrados na diáspora forçada após a conquista de Jerusalém por Nabucodonosor e a destruição do primeiro templo hebraico no ano de 587 a.E.C.⁶. Há também, todavia, quem defenda que é da segunda diáspora, consequente da destruição de Jerusalém por Tito, imperador dos Romanos, no ano 70 a.E.C., que deverá datar a fixação de comunidades judias na Península Ibérica⁷.

Foram encontrados vestígios no Alentejo, na cidade de Mértola, onde, no museu da basílica paleocristã, existe uma lápide funerária datada de 482, testemunho provável da presença judia naquela localidade.

⁵ Gaarder, Jostein - *O Livro das Religiões*. Lisboa: Editorial Presença, 2002, p. 110

⁶ Martins, Jorge - *Breve História dos Judeus em Portugal*. Lisboa: Nova Vega, 2010, p. 9

⁷ Tavares, Maria José Ferro – *Judaísmo in Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores e Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2001, Vol. III, p. 31

Basta ler “*Os 5000 Anos de História e Fé do Povo Judeu*” de Martin Gilbert ⁸ para tomarmos consciência das discriminações, perseguições, vilipêndios e toda a espécie de maus tratos por que este povo tem passado desde os primórdios da sua existência.

É historicamente assente que onde quer que seja permitida a sua fixação pelas populações autóctones, começam as comunidades judaicas por ser simplesmente toleradas, para, mais cedo ou mais tarde, acabarem por ser expulsas.

No Concílio de Elvira, cerca de 305 E.C., já foram tomadas medidas contra a proximidade entre cristãos e judeus, com o objectivo destes não judaizarem aqueles.

Em Portugal, o primeiro rei utilizou para com a população judaica uma política de generosa tolerância, da qual resultou um assinalável desenvolvimento da mesma e a constituição de povoações exclusivamente suas. ⁹

Foram vários os reis portugueses em cujos reinados foi regulamentada a relação entre cristãos e judeus.

D. Afonso II (1211-1223), proibiu os judeus de serem avençais reais, de desempenharem cargos públicos que rivalizassem com a Religião do Reino, a Católica Apostólica Romana, e de possuírem criados cristãos.

D. Afonso III (1248-1279) é considerado o legislador dos judeus ¹⁰. À semelhança de legislação criada por reis do país vizinho, e sensível aos protestos populares contra as elevadas taxas de juros, este rei regulamentou a especulação financeira, praticada não só por judeus mas igualmente por cristãos, limitando os juros ao valor do capital emprestado. Dentre várias práticas instituídas por este monarca relativamente à comunidade judaica, salienta-se a pena de morte pela fogueira a todo o judeu que profanasse uma igreja católica e a obrigação do pagamento de dízimos à Igreja.

Não obstante estas medidas, de alguma maneira conseqüentes da instigação e protestos do clero intolerante, a realidade é que os judeus continuaram a gozar os favores reais, continuando a ocupar cargos importantes e, frequentemente, a não pagar o dízimo.

D. Dinis (1279-1325) não introduziu alterações à regulamentação já existente, manteve os privilégios concedidos pelos seus antecessores e consentiu a coabitação dos judeus com a população cristã. Foi, com toda a probabilidade, por mandado deste monarca,

⁸ Lisboa: Alétheia Editores, 2006

⁹ Remédios, J. Mendes – *Os Judeus em Portugal*. Coimbra: F. França Amado, Editor, 1895, vol. I, p. 120

¹⁰ Martins, Jorge - *Breve História dos Judeus em Portugal*, p.14.

traduzido para português o *Fuero Real* que, no título II do livro IV, contém a primeira versão das liberdades do povo judeu no reino de Portugal ¹¹

O *Fuero Real* (também, denominado *Libro de Flores*, *Fuero de las Leyes*, *Fuero del Libro*, *Fuero de Castilla*, *Libro de los Cocejos de Castilla*, *Fuero Castellano* e *Flores de las Leyes*), com o primeiro nome em português de “Livro dos Foros”, data da segunda metade do século XIII (1255?) e é uma compilação ordenada por Afonso X, o Sábio, Rei de Castela e Leão entre 1252 e 1284, que se propunha aplicá-la a todo o reino. Codificação das leis mais notáveis dos Foros municipais, é constituída por quinhentas e quarenta e cinco leis oriundas de muitas disposições do antigo Foral dos Godos, do direito civil dos Romanos e de usos e costumes do Reino ¹²

Para D. Afonso IV (1325-1357), e à imagem dos seus antecessores, a questão judaica igualmente não foi indiferente. Este rei criou vários impostos, obrigou os judeus ao uso de um chapéu de cor amarela para os diferenciar do resto da população, regulamentou a proibição da usura e proibiu a saída do reino, sem autorização régia, aos judeus que possuíssem quinhentas libras ou mais.

Com D. Fernando (1367-1383), a população hebraica foi bastante protegida comparativamente com o que se passara antes, tendo sido este um dos monarcas que mais a apoiou. No entanto, foi de pouca dura esta situação de despiciente tolerância e débil paz.

Nos finais do século XIV são movidas cruéis perseguições aos judeus de Castela e Aragão. O ano de 1391 transforma-se num autêntico ano de terror para os judeus residentes nestes reinos.

Não obstante as confrontações desencadeadas entre as populações de certas localidades do norte de Portugal e os judeus ibéricos que, em fuga, para aqui ocorrem aos milhares, o monarca português então reinante, D. João I (1385-1433), nenhuma medida repressiva toma, exceptuando a obrigação do uso do sinal.

¹¹ Azevedo, Carlos Moreira (dir.) – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores e Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2001, Vol. III, p. 37.

¹² Pimenta, Alfredo (com.) – *Fuero Real de Afonso X, o “Sábio” – Versão Portuguesa do século XIII*. Lisboa: Instituto para a Cultura, 1946, p. 9.

CAPÍTULO 2

A CONSTRUÇÃO DO ESTADO CONFSSIONAL

As Ordenações Régias

Durante o reinado de D. Afonso V (1438-1481), foram publicadas, em 1446, as Ordenações Afonsinas (ou Código Afonsino) tendo a sua compilação sido iniciada por D. João I, por insistência de João das Regras, e continuada no reinado de D. Duarte. Tomaram o nome de “Afonsinas” pelo simples facto de terem sido concluídas durante o reinado de D. Afonso V.

As Ordenações uniformizaram para todo o país as leis e outras fontes jurídicas então em vigor na altura (resoluções régias). São, por isso, uma fonte importante de estudo da legislação anteriormente vigente.

Constituindo uma colectânea ou compilação de normas jurídicas já existentes que abrangiam praticamente todos os domínios e se encontravam agrupadas segundo uma certa ordem, formavam um verdadeiro código mas não um código de leis novas.

São consideradas uma das primeiras colectâneas de leis da era moderna e a primeira compilação oficial de direito do país, ocupando, por isso, pela sua importância, uma posição de destaque na história do direito português.

No reinado de D. Manuel I, em 1521, foram substituídas pelas Ordenações Manuelinas que revogaram várias disposições, eliminaram outras já revogadas e actualizaram o texto.

As Ordenações Manuelinas foram substituídas em 1603 pelas Ordenações Filipinas.

Tanto as Ordenações Manuelinas como as Filipinas, pelo menos no que tange às matérias tratadas no livro Segundo, o único que interessa a este trabalho, pouco ou nada alteraram as Ordenações Afonsinas.

Encontram-se as Ordenações Afonsinas divididas em cinco livros, por sua vez divididos em títulos, e estes, por vezes, em parágrafos. São os vários livros precedidos de proémio e três deles de introdução.¹³

¹³ <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/afonsinas/> (15.08.2011)

Incidindo especificamente sobre questões de carácter religioso, destacamos normas no Livro Segundo, aliás, o principal relativamente à questão judaica, que parcialmente se ocupa da relação entre o Estado e a Igreja e dos bens e privilégios desta, mas também duma diversidade de relações jurídicas entre os judeus, os mouros e os cristãos.

A legislação dedicada aos judeus (e mouros) encontra-se em trinta e três títulos, do LXVI ao LXXXVIII, dos cento e vinte e três por que está dividido este Livro Segundo.

Algumas das normas são de carácter proibitivo, pois não permitem, por exemplo, que os judeus tenham mancebos cristãos como criados; que os judeus entrem em casas de cristãos, e vice-versa; que arrendem igrejas ou mosteiros; que celebrem contratos usurários com cristãos ou com outros judeus; e que permaneçam fora da Judiaria depois do fim da oração, sendo-lhes infligida uma pena se tal se verificasse.

Outras disposições são de carácter meramente regulador, como, a título exemplificativo, o modo como deverão ser feitos os contratos entre judeus e cristãos; como os judeus deverão viver separadamente em judiarias; a quem pertence tomar conhecimento de litígio entre cristão e judeu; do judeu que se torna cristão e depois se torna judeu; e da estrela vermelha de seis pontos e do tamanho de um selo régio de cera que os judeus deveriam trazer no exterior das suas vestes.

E, por último, disposições permissivas e concedentes de direitos, como o privilégio dado ao judeu que se torne cristão; que o judeu ao Sábado não seja constrangido a responder em juízo; e que nenhum judeu se torne cristão contra sua vontade.

No Livro Quinto encontramos quatro títulos tipificando actos passíveis de punição: o Título I, com a epígrafe “Dos Erejes”, dirige-se a todas as práticas contrárias aos cânones cristãos; o Título XXV prevê e pune o judeu ou mouro que dorme com alguma cristã ou o cristão que dorme com alguma moura ou judia; o Título XXVI aplica sanções ao judeu ou mouro que anda vestido como cristão, pretendendo passar-se por cristão; e o Título LXXXVIII prevê e pune os que renegam Deus e os seus santos.

O Édito de expulsão de D. Manuel I (1496) e o estabelecimento da Inquisição em Portugal

O Édito de Expulsão

“Há 500 anos que estou à sua espera”. Foi com esta curiosa e histórica expressão, que D. Duarte Nuno, Duque de Bragança, recebeu em Lisboa Howard Barbanel, filho de Herbert Barbanel, cidadão nova-iorquino, descendente de Isaac Abravanel. Tratou-se esta expressão de uma alegoria de reconciliação da monarquia portuguesa com os judeus perseguidos.¹⁴

Isaac Abravanel, judeu cortesão, amigo de D. Afonso V e dos Bragança¹⁵ tinha sido chanceler-tesoureiro deste rei. Acusado de conspiração pelo seu sucessor D. João II, viu-se forçado a fugir de Portugal em 1483.

Não obstante as medidas segregacionistas e persecutórias que, em quase todas as regiões e épocas, desde sempre vitimizaram as comunidades judaicas, a realidade é que os judeus viveram em território português, durante períodos de tempo mais ou menos longos, num ambiente de alguma tolerância e aceitação por parte da restante população, tendo-lhes sido proporcionada a possibilidade de angariarem posições socialmente importantes, ocupando cargos públicos, profissões liberais e desenvolvendo comércio lucrativo.

Socialmente, podemos distinguir, nesta altura, pelo menos três grandes classes compostas pelos judeus: primeira, grupo pequeno mas de grande importância económica, constituído por banqueiros ricos, financeiros, detentores de cargos públicos e mercadores; segunda, os artesãos, sobretudo alfaiates, ourives, ferreiros e sapateiros; e uma terceira formada pelo grupo minoritário dos pobres e indigentes.

Este secular e tradicional “estado de graça” que os judeus gozavam, em grande parte, por via de protecção real, sofreu, no entanto, uma penosa e progressiva deterioração com a publicação do Édito de 1436, no reinado de D. Duarte (1433-1438). Com este édito deste monarca, em que se proibia aos judeus a ocupação de cargos públicos, iniciou-se um período de perseguições e mau estar social protagonizado pela grande maioria da população portuguesa. Um ódio generalizado começou a gerar-se no seio da população cristã contra a comunidade judaica, à semelhança, se bem que com menor intensidade, do

¹⁴ Antunes, José Freire (dir.), *Judeus em Portugal – O testemunho de 50 homens e mulheres*. Versalhes, França: Edeline Multimédia, 2002, p. 161.

¹⁵ Azevedo, Carlos Moreira (dir.) – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. p. 36

que acontecera em Castela e Aragão.¹⁶ Mesmo assim, foi consentida a edificação, em 1438, da sinagoga de Tomar, uma das mais antigas de Portugal.

Em meados do século XV, a população de judeus em Portugal não devia ultrapassar, estima-se, os 30.000 indivíduos¹⁷. As duas comunidades judias mais populosas eram Lisboa com 3.000 indivíduos e Évora com 1.500; seguiam-se Santarém com 1.000, Porto com 600, Coimbra e Trancoso com 500 cada e Tomar com 200.

Por Édito de 1492, também conhecido por Decreto de Alhambra ou Édito de Expulsão dos Judeus de Espanha, os monarcas espanhóis, Fernando II de Aragão e Isabel I de Castela (os “Reis Católicos”) determinaram a expulsão de todos os judeus do seu território.

É em Portugal que a grande maioria vem refugiar-se não só pela contiguidade geográfica como porque ainda nada impede a sua presença em terras lusitanas, não obstante a crescente radicalização de que começam a ser alvo.

D. João II, o então monarca português, aceita recebê-los mediante certas condições: só poderiam entrar no território nacional por cinco localidades: Olivença, Arronches, Castelo-Rodrigo, Bragança e Melgaço; na fronteira, teriam que pagar oito cruzados por cabeça para receberem um salvo-conduto; e só poderiam permanecer no país pelo período de oito meses, findo o qual seriam feitos escravos se não saíssem.

Aumentou, então, substancialmente, o número de judeus em Portugal, calculando-se que entraram em território português, expulsos de Espanha, cerca de cento e vinte mil, os quais, adicionados aos cerca de trinta mil que já cá viviam, dá um total de cento e cinquenta mil.

Não será difícil apercebermo-nos da importância desta comunidade pois passou a representar entre dez e quinze por cento da população residente em território português cujo total, naquela altura, rondaria o milhão e o milhão e meio de habitantes.¹⁸

Foi este um bom negócio para a Coroa e até para a população portuguesa.

Mas acabou por ser trágica a permanência que o rei português proporcionou a estes milhares de judeus espanhóis.

Ao fim dos oito meses, os navios que D. João II lhes disponibilizou, transportou-os unicamente para Tânger e Arzila, onde eram maltratados e espoliados de todos os bens

¹⁶ Martins, Jorge - *Breve História dos Judeus em Portugal*, p. 19.

¹⁷ Azevedo, Carlos Moreira (dir.) – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, p. 38.

¹⁸ Martins, Jorge - *Breve História dos Judeus em Portugal*, p. 20.

pelos soldados e pelos mouros. Muitos optaram pelo regresso a Portugal e a sujeição à escravidão.

Mas não se ficaram por aqui os maus tratos infligidos por este rei, tendo o tristemente célebre episódio de S. Tomé agravado a situação dos pobres desgraçados. Em 1493, D. João II mandou tirar os filhos menores aos judeus e entregá-los à capitania da ilha de S. Tomé, onde a grande maioria acabou por ser dizimada, pela fome ou devorada pelos crocodilos.

D. Manuel I, genro dos monarcas espanhóis pois casara com a filha destes, Dna. Isabel, e que, em circunstâncias excepcionais e inesperadas ascendeu ao trono em 1495, sucedendo ao seu primo D. João II, não facilitou a vida aos judeus.

Pressionado principalmente pelos seus sogros, que inclusivamente invocavam uma cláusula do seu casamento (Dna. Isabel dizia que não viria para Portugal enquanto por cá houvesse infiéis), foi levado a aceitar a exigência, decidindo igualmente a expulsão dos judeus (e mouros também), por ordem régia (Édito) promulgada em Muge em 5 de Dezembro de 1496, na qual tinha sido fixado o prazo de dez meses para a saída: de Janeiro a Outubro de 1497.

Assim consta do referido édito:

“Determinamos, e Mandamos, que da publicaçam desta Nossa Ley, e Determinaçam até per todo o mez d’Outubro do anno do Nascimento de Nosso Senhor de mil e quatrocentos e nouenta e sete, todos os judeus, e Mouros forros, que em Nossos Reynos ouuer, se saiam fóra delles, sob pena de morte natural, e perder as fazendas, pera quem os acusar”.¹⁹

Mas por interesses de ordem meramente material, pela assinalável importância social e económica que os judeus detinham no reino, era manifesta a protecção que o rei português lhes conferia, não se verificando, inclusivamente, contestação por parte da grande maioria da nobreza e do clero secular.

Mesmo com o povo, só houve um agravamento da situação pela influência do crescente anti-judaísmo na vizinha Espanha, a partir de finais do século XIII. A separação física entre judeus e cristãos ocorreu no século XIV, provavelmente no reinado de D. Afonso IV (1290-1357), com o aparecimento de judiarias forçadamente estabelecidas em locais separados e com a imposição do uso do sinal por parte de grupos minoritários.²⁰

¹⁹ Apud in Pignatelli, Marina – *A Comunidade Israelita de Lisboa: o passado e o presente na construção da etnicidade dos judeus de Lisboa*. Lisboa: ISCSP, 2000, p. 175.

²⁰ Azevedo, Carlos Moreira (dir.) – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, p. 40.

Foi na parte final do reinado de D. João II (1455-1495) que se acentuou a instabilidade social contra os judeus.

Mas D. Manuel I, ao decretar, em Dezembro de 1496, a expulsão dos judeus e mouros do território português, não foi, como anteriormente dito, movido pelas mesmas intenções, não pondo em prática a mesma política, dos seus sogros.

Na realidade, o monarca português, tomando em consideração, por um lado, o elevado número de judeus residentes no território, que eram os melhores artesãos, melhores médicos, astrónomos e matemáticos, e detentores, muitos deles, de avultadas fortunas, e, por outro lado, que o reino português se lançava naquela altura na expansão comercial marítima, não podia prescindir dos serviços de um número apreciável de judeus. É que quase todos os cartógrafos, pelo menos os mais aptos, indispensáveis à navegação marítima, eram judeus ou muçulmanos.

Tinha o monarca português perfeita consciência que, revelando-se a população hebraica um elemento de progresso nos mais relevantes sectores da economia, a sua partida traduzir-se-ia num empobrecimento do reino. Por este motivo, tudo fez para dificultar e até mesmo impossibilitar a saída dos judeus.

Tendo decretado a expulsão somente para não entrar em conflito com os reis espanhóis, seus sogros, determinou, em 21 de Abril de 1497, antes, portanto, de decorrido o prazo de dez meses que estabelecera para a efectivação da expulsão, o baptismo forçado de todos os judeus, na esperança de que, como cristãos, fosse rápida a aculturação.

Consequentemente, nenhum êxodo em massa se seguiu e foi por esta razão que a quase totalidade dos judeus portugueses permaneceu no país, levando muitos deles à condição de “marranos”.

A partir de determinada altura, na data do embarque dos que recusavam a conversão, alegando que não existia o número suficiente de navios para os transportar, obrigou-os ao baptismo.

E pretendendo muitos sair de Portugal, mesmo após a conversão forçada, o monarca português, em 1499, proibiu que os conversos abandonassem o país, pelo que a maioria por cá ficou.

Calcula-se que, entre os judeus então residentes em Portugal, incluindo os possíveis cento e vinte mil expulsos de Espanha, apenas cinco mil deixaram o país.²¹

²¹ Garcia, Maria Antonieta – *Os Judeus de Belmonte – Os caminhos da memória*. Lisboa: Instituto de Sociologia e Etnologia das Religiões da FCSH da UNL, 1993, p. 35.

A 13 de Julho de 1504, os Reis Católicos enviaram a D. Manuel a cópia da bula *Pessimus genus*, de Inocêncio VIII, com a qual tentaram exigir uma maior disponibilidade do rei português para colaborar com as inquisições espanholas, entregando-lhes os hereges. De facto, o soberano recusara-se a remeter-lhes os conversos judeus e por Carta de 1 de Março de 1507, concedia-lhes a livre saída do reino. Saída, no entanto, sempre dificultada por todos os meios.

Optaram todos estes judeus, que foram saindo em busca de novos destinos, principalmente pela Europa (França, Holanda, Itália, Grécia), mas também pela Turquia, pelo Norte de África e pela Palestina, para onde um número apreciável regressou, e onde, tendo-lhes sido proporcionada liberdade de culto e não existindo templo nem praticamente cidade, continuavam a reconhecer Jerusalém.

É durante o reinado de D. Manuel I que começaram a ser utilizadas as mais diversas expressões designativas dos judeus que por cá ficaram: “cristãos-novos” porque recém-convertidos, se bem que forçadamente, ao cristianismo, “conversos”, *anussim* (em hebreu, “baptizados à força”), “marranos”, “criptojudeus”, “gente da nação”, “gente da nação hebraica” ou simplesmente, mas sempre com tonalidade pejorativa, “judeus”. E também “perros”, “cães”, “arrenegados”, e outras expressões afins eram outros dos motejos com que os cristãos-velhos ignobilmente os agrediam, apesar de legalmente proibidos.

Eram os judeus que voluntariamente ou à força abjuraram a fé judaica para se integrarem como membros da religião cristã, mas intimamente continuavam judeus. Praticavam o catolicismo como forma de sobrevivência que lhes permitia permanecer em Portugal.

Segundo António José Saraiva:

“Diferentemente do que se deu em Espanha, não houve em Portugal grandes perseguições em cadeia, antes da expulsão geral ordenada pelo Rei D. Manuel I em 1496. Os judeus não fizeram ondas. Por isso não houve também conversões em massa, e a comunidade hebraica conservou-se praticamente intacta até àquela data. O problema dos Cristãos-novos só apareceu depois”.²²

Para a palavra “marrano” encontram-se as mais variadas etimologias. Derivará provavelmente de um termo espanhol surgido na Idade Média, ligado a uma conotação depreciativa e que significava “cerdo” (porco). Mas também há quem opine que este termo “marrano” era utilizado não pejorativamente mas simplesmente por os judeus não consumirem a carne daquele animal.

²² Saraiva, António José – *Inquisição e Cristãos-Novos*. Porto: Editorial Inova, 1969, p. 27.

Os marranos não constituíam propriamente uma associação secreta mas sim uma sociedade ilegal, clandestina e “críptica”. Ilegal porque carecia de acolhimento legal; clandestina, porque actuava às escondidas na sociedade a que pacificamente se opunha, a sociedade religiosa cristã-católica dominante; críptica, porque, existindo, se ocultava. “Desaparecidos da sociedade os *judeus públicos*, são agora os *judeus ocultos* que tomam o seu lugar, constituindo uma autêntica sociedade *críptica* dentro da sociedade portuguesa”. O lugar clássico do criptojudaísmo é na Península Ibérica.²³ “O criptojudeu tem uma personalidade que não sendo judia na totalidade também não é cristã na totalidade. Resulta logo que o criptojudeu é judeu e cristão ao mesmo tempo”.²⁴

As comunidades judaicas fixaram-se principalmente no norte do país: Covilhã, Penamacor, Guarda, Monsanto, Castelo de Vide, Idanha, Bragança.

Em Castelo de Vide, onde, já no século XVI, existia uma judiaria constituída por um conjunto de casas construídas junto à porta do castelo, chegou a ser edificada uma sinagoga, em data indeterminada.

Mas a historicamente mais importante e célebre judiaria é, sem dúvida, a de Belmonte onde existe uma comunidade relativamente numerosa, com cerca de 150 indivíduos e onde foi erigida uma sinagoga. Trata-se da última comunidade marrana que sobreviveu a mais de três séculos.

O concelho de Belmonte integra o distrito de Castelo Branco e tem uma área de 128 km². É limitado ao Norte pelo concelho da Guarda, a Sul pelo Fundão, confronta a Este com os concelhos de Sabugal, Fundão e Guarda e a Oeste com os da Guarda e Covilhã. O étimo de Belmonte (“Belomonte”) é *belli montem*, monte de vigia para fins guerreiros, ou atalaia. Aqui foram encontrados vários vestígios deixados pelos romanos, como pontes, marcos miliários, pedras de ara, troços de estrada e moedas.²⁵ A esta localidade está ligado Pedro Álvares Cabral, descobridor do Brasil, tendo nela provavelmente nascido.

Anteriormente à expulsão dos judeus de Espanha, crê-se que já existia em Belmonte uma comunidade judaica organizada, com sinagoga, cujo número de membros terá aumentado com a chegada de judeus expulsos. Uma justificação que se avança para a opção por Belmonte é a de que como se situava num local elevado, tornava-se difícil o acesso aos inquisidores.

²³ Canelo, David Augusto – *Belmonte, Judaísmo e Criptojudaísmo - Estudos de História*. Belmonte: ed. do Autor, 2001. p. 17.

²⁴ Idem, *ibidem*, p. 89.

²⁵ Garcia, Maria Antonieta – *Os Judeus de Belmonte – Os caminhos da memória*, p. 35.

Com a expulsão dos judeus de Espanha em 1492 e da conversão forçada e em massa dos judeus de Portugal pouco tempo depois, o judaísmo deixava de existir na Península. Pelo menos, teoricamente.

Com efeito, teoricamente era assim mas na prática tal não aconteceu; durante mais de dois séculos houve oposição entre os cristãos-velhos e os cristãos-novos devido à permanência do estigma destes.

Foi em finais do século XV, após o Édito Manuelino, que se iniciou a emigração dos judeus, mas foi com a Inquisição que se intensificou consideravelmente. Só terminou em meados do século XVIII, como consequência da promulgação da indulgente e apaziguadora legislação Pombalina, que pôs fim à discriminação oficial e às perseguições inquisitoriais, e de que falaremos mais adiante.

A Inquisição

Resultantes duma união entre o poder pontifício e o poder régio, foram criados pelo Papa, em finais do século XII, no Languedoc (Sul de França), tribunais especiais incumbidos de combater heresias no seio da Igreja Católica, especificamente a dos Cátaros ou Albigenses, tendo sido, a maior parte dos seus juízes, recrutada entre os frades da Ordem Dominicana.

A área inicial de jurisdição foi o sul de França, mas depressa estes órgãos judiciais se propagaram, primeiro às regiões contíguas da França, e depois à Itália e à Península Ibérica.

Já o Papa Alexandre III (1100-1181), no Concílio de Tours de 1163, lançara um repto que se traduziria em *inquirir* o comportamento dos hereges, palavra esta que tem a sua raiz no termo *inquisitio*, “inquisição”.

A constituição promulgada pelo Papa Lúcio III em 1184 é considerada por alguns escritores como a origem e gérmen da Inquisição, datando o seu estabelecimento, com toda a probabilidade, do ano de 1229. Foi assim no século XIII que surgiu a Inquisição como instituição alheia ao episcopado, ou seja, independente.²⁶

²⁶ Herculano, Alexandre – *História da origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal*. Venda Nova, Amadora: Livraria Bertrand, 1975, Tomo I, p. 31.

A mais antiga referência em Portugal à heresia como crime e ao seu julgamento, reporta-se ao reinado de D. Afonso II, sendo comparada, em 1211, ao crime de “lesa-majestade”.

Não obstante a existência no reino, desde o século XIII, de inquisidores nomeados casuisticamente, em situações transitórias e temporárias, e de legislação escrita portuguesa que preconizava, para algumas heresias, a condenação pelo fogo e o confisco dos bens a favor da coroa (em 1312 D. Dinis determinou medidas punitivas de actos de heresia e de blasfémia), não poderá dizer-se que em Portugal, durante a Idade Média, tenha existido tribunal da Inquisição, tendo sido as heresias praticamente ignoradas até ao estabelecimento desta instituição em 1536. Mesmo assim, anteriormente a esta data, era aos Bispos, dentro das respectivas dioceses, que competia a investigação e a inquirição dos crimes contra a Fé. “Durante os doze primeiros séculos da Igreja foi aos bispos que exclusivamente incumbiu vigiar pela pureza das doutrinas religiosas dos fiéis”.²⁷

Antes do século XIII, nos diversos distritos de cada diocese, os “sínodos” (comissões que constituíam uma espécie de tribunais dependentes do bispo), tinham a seu cargo a investigação e a instauração de processos contra os hereges. Se destes processos resultasse provada a heresia, limitavam-se estas comissões à aplicação da excomunhão do herege, deixando o resto à acção do poder civil. Diferentemente do sistema processual seguido depois pelo Tribunal do Santo Ofício, assentavam os processos oriundos daquelas comissões no regime do contraditório, sendo dado conhecimento, ao delinquente, dos factos que constituíam o libelo acusatório, para que pudesse deduzir a sua defesa.²⁸

Somente após o seu estabelecimento, é que se verificou uma actuação enérgica do Santo Ofício, principalmente na Península Ibérica e mais concretamente em Espanha, contra os judeus convertidos, já que, tendo o problema judaico existido em quase toda a Europa, foi neste país que esta perseguição se tornou mais acintosa e duradoura.

Foi por prolongada insistência do rei português D. João III, junto do Papa, que a Inquisição acabou por ser instituída em Portugal. O primeiro pedido, e somente para julgamento dos acusados de heresia, remetido a Roma por este monarca para o estabelecimento do Santo Ofício, data de 1515, tendo-lhe seguido mais dois, em 1525 e 1531.

Defendendo uma política de tolerância para com os cristãos-novos, essencialmente por motivos económicos mas também atendendo aos ideais renascentistas preconizadores

²⁷ Idem, *ibidem*, p. 19.

²⁸ Idem, *ibidem*, p. 20.

de um clima de paz cristã, a Santa Sé manifestou *ab initio* alguma oposição às solicitações do soberano português.

Os tribunais peninsulares da Inquisição foram estabelecidos inicialmente em Espanha em 1478, e em Portugal só o foram, após demoradas negociações, em 1536, através da autorização concedida pela bula *Cum ad nihil magis* de 23 de Maio, do Papa Paulo III (1534-1549). Acabou o Tribunal do Santo Ofício por ser proclamado em Évora, por D. João III, em 22 de Outubro de 1536, encontrando-se o quadro legal de funcionamento em Portugal definido por aquela bula, o qual foi completado em 1547 pela bula *Meditatio Cordis*.²⁹

Foram nomeados inicialmente três inquisidores: os bispos de Lamego, Coimbra e Ceuta, tendo frei Diogo da Silva, da ordem dos mínimos de S. Francisco de Paula, sido nomeado o primeiro inquisidor geral.

Pelo menos na Península Ibérica, o judeu é o alvo preferencial do Santo Ofício, sendo proibidas as práticas judaicas, nomeadamente a circuncisão e a posse de livros hebraicos, que são considerados crimes.

Tanto em Portugal como em Castela, o Santo Ofício iria ter, desde o início, um amplo apoio popular, tendo sido, inclusivamente, “desejado” pela grande maioria da população cristã-velha.

A grande saída dos judeus de Portugal só veio a verificar-se depois de instalada a Inquisição.

Nos finais do século XV havia, no mínimo, 134 judiarias disseminadas por Portugal, principalmente no Alto Alentejo, Estremadura, Beiras e fronteira leste de Trás-os-Montes, com uma população total estimada em cerca de 100.000 indivíduos. Destes, não se sabe, com um mínimo de rigor, quantos partiram, fugindo do Santo Ofício.

Relativamente ao número de processos inquisitoriais instaurados, foi possível contabilizar, no período entre 1536 e 1767, um total de 44817, dos quais 2064 de “relaxados ao braço secular” (condenados à morte); estão, contudo, estes números aquém da realidade pois ignoram-se os processos instaurados pelo tribunal de Goa, durante este mesmo período.³⁰ Foi em 19 de Outubro de 1739 que foi queimada a última vítima da Inquisição em Portugal – o judeu António José da Silva.

Como consequência do pronunciamento liberal de 24 de Agosto de 1820, foi proposta, na 8ª sessão das Cortes Constituintes, por Francisco Simões Margiochi, a

²⁹ Moreira, Carlos (dir.) – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, p. 447.

³⁰ Idem, *ibidem*, p. 450.

extinção do Tribunal do Santo Ofício. A proposta foi discutida a 24 de Março e o correspondente documento legal determinando o fim desta instituição foi votado no dia 26, sendo publicado no Diário das Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes de 7 de Abril de 1821:

“As Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa, considerando que a existência do tribunal da Inquisição é incompatível com os princípios adoptados nas bases da Constituição, decretam o seguinte:

1. O Conselho Geral do Santo Ofício, as Inquisições, os Juízos do Fisco, e todas as suas dependências, ficam abolidos no Reino de Portugal.
2. Todos os regimentos, leis, e ordens relativas à existência do referido Tribunal, e inquisições, ficam revogadas, e de nenhum efeito.”.

(...) ³¹

Após a extinção da Inquisição, um deputado liberal das Cortes propôs mesmo que o reino lançasse um apelo oficial à imigração judia. Mas tal não chegou a concretizar-se.

A Legislação Pombalina

Portugal foi uma das nações onde se verificaram reformas legislativas relativas aos judeus.

Foi com Sebastião José de Carvalho e Melo que, relativamente à questão judaica, as coisas começaram, na realidade, a mudar, tendo sido tomada uma série de medidas legislativas tendentes a alterar as normas e costumes repressivos até então vigentes.

Depois de 1751, mas principalmente após o terramoto de 1755, o Marquês de Pombal introduziu várias e relevantes reformas das quais resultaram um abrandamento do rigor contra os judeus, antes, portanto da abolição da Inquisição pelas Cortes Constituintes em 1821. Foi suprimida a distinção entre cristãos-novos e cristãos-velhos assim como as célebres leis da “pureza de sangue” e jamais alguma pessoa em Portugal seria sentenciada por práticas judaicas ocultas.

“Pombal assentou toda a sua legislação em dois princípios: o primeiro, em que o Tribunal do Santo Ofício dependia do Rei, e o segundo, em que a distinção entre cristãos-

³¹ <http://religare.blogs.sapo.pt/2989.html> (17.05.2012)

velhos e cristãos-novos derivava das leis de limpeza de sangue, as quais não tinham qualquer fundamento”³²

O diploma legal que deu início ao fim das hostilidades de que até então os judeus eram alvo, foi o Alvará de 2 de Maio de 1768 que terminou com os “Roes de Fintas” dos cristãos-novos, seus traslados e cópias, mandando-os “reprovar, cassar, anular e aniquilar, como se nunca tivessem existido, proibindo inteiramente o seu uso e retenção”³³. Eram os referidos “Roes” listas dos nomes das famílias de cristãos-novos, organizadas por comarcas e cidades, destinadas principalmente ao registo dos impostos especiais que deviam ser pagos por essas comunidades mas também para certos fins restritivos de direitos nomeadamente para efeitos inquisitoriais.

O Decreto confidencial de 5 de Outubro daquele mesmo ano de 1768 impôs aos chefes das famílias puritanas, praticantes de uma estrita endogamia, que ajustassem, no prazo de quatro meses, o casamento dos seus filhos núbeis em famílias aristocráticas que não faziam parte do grupo das famílias puritanas, e que até aí eram excluídas das suas alianças. Caso não aceitassem, sujeitavam-se à “perda de todos os foros, dignidades e proventos (...) a favor da Coroa”.

Assim terminou uma tradição odiosa dentro da aristocracia portuguesa que consistia na inadmissibilidade do casamento entre seus membros e judeus.

O primeiro artigo deste decreto obrigava as ditas famílias com filhos em idade de casar a apresentarem-se à Secretaria de Estado. O segundo artigo determinava que essas famílias “hajam de casar e ajustar os referidos seus Filhos em qualquer das outras Famílias que eles até agora excluíram como não Puritanos”³⁴

No entanto, foi o decreto intitulado “Carta de Lei, Constituição Geral e Édito Perpétuo”, de 25 de Maio de 1773 (ano em que foi publicado o breve *Dominus ac Redemptor Noster Jesus Chistus*, expedido pelo Papa Clemente IV, que suprimiu a Companhia de Jesus), o diploma que pôs termo à discriminação. Teve este diploma, de enorme impacto no país, como antecedentes legislativos, duas outras leis publicadas poucos dias antes, pelas quais D. José reeditava a Carta de D. Manuel I, de 1 de Março de 1507, que concedia aos cristãos-novos a livre saída do reino, e a Carta de D. João III, de 16 de Dezembro de 1524, que confirmava a de seu pai.

³² Cluny, Isabel – Pombal, Marquês de (1769), Sebastião José de Carvalho e Melo (13/5/1699 – 8/5/1782) Conde de Oeiras (1759) in *Dicionário do Judaísmo Português*. Lisboa: Editorial Presença, 2009, p 422.

³³ Martins, Jorge - *Breve História dos Judeus em Portugal*, p. 85.

³⁴ Idem. *ibidem*, p. 90.

Ironicamente, foram os mesmos reis, responsáveis pelo clima de terror instalado contra os judeus - D. Manuel I, pelo Decreto de Expulsão, e D. João III, pela introdução da Inquisição - que originaram as leis que deram pretexto ao ministro de D. José para acabar com as discriminações sobre os cristãos-novos, as perseguições anti-judaicas e os autos-de-fé com judaizantes.

Pelo seu significado, reproduzimos os termos do proémio deste Decreto de 25 de Maio de 1773:

“Dom José por graça de Deus, Rei de Portugal, (...), Me foi presente: Que havendo a Igreja na sua primitiva Fundação; no seu sucessivo progresso; e na propagação dos Fiéis, que a ela se uniram; recebido no seu regaço, como Mãe Universal, Gentios e Judeus convertidos; sem distinção alguma, que fizesse diferentes uns dos outros por uma separação contrária à da Unidade do Cristianismo, que é indivídua por sua natureza: Sendo o sangue dos Hebreus o mesmo idêntico sangue dos Apóstolos, dos Diáconos, dos Presbíteros, e dos Bispos por eles ordenados, e consagrados: (...)”³⁵.

E decidia nos seus seis *items* “(...) extinta a inaudita distinção de Cristãos-Novos e Cristãos-Velhos”, declarando aqueles aptos para quaisquer postos e honras, “Ofícios Políticos, Civis e Eclesiásticos, sem excepção ou reserva alguma” e que “todos os Alvarás, Cartas, Ordens e mais Disposições maquinadas e introduzidas fiquem abolidas e extintas, canceladas e riscadas, em forma que mais se não possam ler”³⁶.

A simples utilização, quer por escrito quer oralmente, do termo “Cristão-novo”, passou a ser proibida e punida severamente.

Não demorou o Marquês de Pombal a introduzir reformas no próprio Tribunal da Inquisição. Pelo Alvará de 1 de Setembro de 1774, foi estabelecido um novo Regimento do Santo Ofício, proibiram-se os autos-de-fé, a impressão de listas dos penitenciados e as condenações à morte, designadas pela Inquisição por “relaxe ao braço secular”.

Mas se foi o decreto de 25 de Maio de 1773 que pôs termo á discriminação, foi pela Carta de Lei de 15 de Dezembro de 1774, publicada por Pombal, e como que para concluir a sua obra legislativa de emancipação dos cristãos-novos, que fez cessar os confiscos arbitrários dos bens aos que eram detidos pelo Santo Ofício, exceptuando-se os condenados à morte. Mesmo assim, tais condenações a Inquisição já não podia fazer sem o prévio consentimento régio.³⁷

³⁵ Apud in <http://www.arlindo-correia.com/200908.html> (31.08.2011)

³⁶ *Ibidem*

³⁷ Schwarz, Samuel, *Os Cristãos-Novos em Portugal no Século XX*. Lisboa: Instituto de Sociologia e Etnologia das Religiões – Departamento de Sociologia da FCSH – UNL, 1993, p. V.

Esta obra legislativa pombalina e liberal, iniciadora de um processo de suavização religiosa com profundas repercussões futuras, franqueou as portas ao regresso dos judeus. As comunidades judaicas ressurgiram em Portugal no início do século XIX; por volta de 1810, a comunidade judaica lisboeta já contava com cerca de quinhentos indivíduos.

A última comunidade de criptojudeus, descendentes dos conversos portugueses do fim do século XV, permaneceu em Belmonte, na Beira Interior. Aqui, mantiveram a cultura, passada de geração em geração ao longo dos séculos, bem como as tradições, os rituais, a educação, os valores familiares, etc., dos seus antepassados criptojudeus.

Grupos de judeus vindos essencialmente de Marrocos e de Gibraltar, antes mesmo da abolição da Inquisição, instalaram-se fundamentalmente em Lisboa mas outras zonas acolheram estas comunidades, principalmente Faro, no Continente, e os Açores e Madeira.

Concomitantemente, com a sua integração rápida e bem sucedida no seio das comunidades portuguesas onde se instalaram, procuraram os primeiros grupos de judeus organizar-se de imediato, criando salas de oração e adquirindo terrenos para a instalação de cemitérios.

Data de 1801 a aquisição do primeiro terreno, de pequenas dimensões, situado no cemitério Inglês da Estrela, em Lisboa, sendo, de acordo com o epitáfio nela inscrito, a primeira sepultura, a de José Amzalak, falecido a 26 de Fevereiro de 1804. Deveu-se, certamente, a opção por este cemitério inglês ao facto de serem de nacionalidade inglesa aqueles primeiros judeus, muitos deles originários de Gibraltar, como já anteriormente referido.

O Arquipélago dos Açores foi um dos locais preferidos, com maior concentração nas ilhas de São Miguel, Terceira e Faial, onde, a partir de 1815, cerca de 200 judeus se instalaram. Atribui-se esta preferência ao facto de esta região estar, naquele momento, a atravessar um período de forte expansão económica, com estreitas ligações comerciais aos mercados ingleses, e de os comerciantes judeus marroquinos se encontrarem em posição privilegiada no contributo a prestar ao desenvolvimento daquele comércio.

CAPÍTULO 3

A REVOLUÇÃO LIBERAL DE 1820, A LIBERDADE RELIGIOSA E A CONFESSIONALIDADE DO ESTADO

O constitucionalismo moderno

Entre 1640 e 1910 foi o trono de Portugal ocupado pela dinastia de Bragança, exercendo o soberano, até ao início do século XIX, o poder absoluto (de *absolutus*, absoluto, independente, único), ou seja, independente de qualquer outro órgão. As leis existentes eram a expressão exclusiva da sua vontade, sendo esta inquestionável nas decisões que tomava em todas as matérias da governação e da administração do reino. Como monarca com poder absoluto que era, concentrava em si toda a autoridade do Estado: ele legislava, ele executava, ele julgava.

Este poder supremo era, contudo, relativo pois havia em todos os estados, mesmo nos de regime absoluto, regras escritas ou consuetudinárias sobre, designadamente, a forma monárquica do governo, órgão do seu exercício, modo de designação dos seus titulares, ordem de sucessão da coroa, etc.

O poder absoluto, quando era o que vigorava, encontrava-se, assim, sempre limitado pelas tais regras (leis fundamentais) que se caracterizavam basicamente por não poderem ser modificadas sem acordo entre o rei e os povos reunidos em cortes.

Em Portugal, era esta legislação constituída principalmente pelas Actas das Cortes de Lamego, pelas leis redigidas nas Cortes de 1674 sobre regência e regime tutorial na menoridade dos reis, pela lei de 1679 sobre matrimónios régios, pela lei de 1698 sobre sucessão da coroa e por normas consuetudinárias tradicionais. Estão estas leis fundamentais na génese das futuras constituições escritas.

O termo “constituição”, como lei fundamental do estado, somente começou a ser utilizado a partir do século XVII. A mais antiga constituição escrita foi a dos Estados Unidos da América do Norte e data de 1787.

A ideologia liberal começou a despontar em Portugal no início do século XIX e conduziu à eclosão da revolta de 1820. Foram vários os acontecimentos que estiveram na

origem deste movimento: a sensação de abandono que se generalizara no país em virtude da prolongada ausência do rei D. João VI, que se refugiara no Brasil em finais de 1807, fugindo à investida da primeira invasão francesa; as avultadas quantias que, numa altura de devastador empobrecimento e ruína da Nação, eram anualmente enviadas de Portugal para o soberano e a sua corte no Brasil; a revolta contra as autoridades britânicas que eram, afinal, quem na realidade governava; o movimento das “Luzes”; os ecos da Revolução Francesa, muito divulgados pelas tropas napoleónicas aquando das três invasões; o movimento maçónico e jacobino; a revolução industrial e a difusão do liberalismo; e a vitória alcançada em Espanha pelo partido liberal, conduzindo à proclamação, em 1812, de uma constituição liberal pelas Cortes de Cádiz.

As ideias iluministas e liberais que proliferavam por toda a Europa, nomeadamente em França, apoderaram-se da maioria da intelectualidade portuguesa. Mouzinho da Silveira, Passos Manuel, Alexandre Herculano e Almeida Garrett, foram alguns dos intelectuais e políticos seduzidos por estes ideais.

Adopta, aquela corrente liberal e republicana, os ideais da Revolução Francesa (1789) e tenta introduzi-las em Portugal. Daqui resulta a exaltação da nação e do progresso, adoptando-se uma concepção nova de nação em ruptura com a que vem do passado.

Em 1817 tinha fracassado a conspiração de Gomes Freire de Andrade e, pelo menos desde Janeiro de 1818, existia no Porto um agrupamento revolucionário, o “Sinédrio”, fundado por Manuel Fernandes Tomás, desembargador da Relação daquela cidade. Este agrupamento, associado a outras figuras da intelectualidade nortenha, formou um núcleo encarregado de dirigir a futura revolução.

Aliciando elementos de várias origens, mas principalmente militares das guarnições do Norte, conseguiram que na madrugada de 24 de Agosto de 1820 estas forças se concentrassem na Praça de Santo Ovídeo, tendo os seus comandantes, em reunião com as forças civis da cidade, elegido uma Junta Provisória do Governo Supremo do Reino para governar em nome do rei ausente. O primeiro acto desta Junta foi concentrar todas as forças e fazê-las marchar sobre Lisboa, cuja guarnição, que se revoltara também, organizara outra Junta.

Das duas Juntas, foi a de Lisboa a que obteve a supremacia, nomeando de imediato, para gerir os negócios do reino, um governo provisório presidido nominalmente por Freire de Andrade, decano da Sé de Lisboa.

A Revolução de 1820, da qual resultou o afastamento dos ingleses da chefia do reino, apoiada por grande parte da burguesia e do povo, teve adesão imediata por todo o país. Conquistada a união do país, destroçado por tantos anos de lutas intestinas, restava aos revolucionários a enorme tarefa de o reorganizar.

Especial realce é devido à preponderante influência maçónica não só em todo este movimento revolucionário como também na própria elaboração da constituição que originou, influência que se prolongou até à queda da Monarquia em 1910 e na concepção do estado edificado na I República.

A passagem da monarquia absoluta para o regime liberal havia sido já, em grande parte, obra da maçonaria. As lojas maçónicas multiplicaram-se depois da revolução de 1820 e instalaram-se em diversos pontos do país.

Tomou a dita Junta (Governo Provisório) duas medidas: preparou as eleições para a escolha dos deputados que iriam às Cortes Constituintes (primeiras eleições feitas em Portugal) e exigiu o regresso do rei D. João VI que se encontrava no Brasil.

As eleições de deputados às Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa, convocadas para Lisboa, decorreram em Dezembro desse mesmo ano.

Visavam estas Cortes, prioritariamente, redigir um texto constitucional estabilizador dos princípios acolhidos pelo movimento revolucionário liberal que então se instalara.

Sendo fundamentalmente burguesa e liberal a sua composição social, elaborou e decretou estas Cortes uma constituição que eliminava as estruturas do absolutismo e constituía uma nova ordem social e política, assente na igualdade dos homens perante a lei e na soberania da nação.

“Produto de *forças políticas constituintes*, o ideal vintista reivindica a imposição de um texto constitucional *escrito*, uma carta de direitos civis e políticos dos cidadãos, e um *plano de governo*, opondo à “*gloire de l’État*” o demiurgo “*l’État c’est nous*”, a epopeia da liberdade burguesa face ao absolutismo do Estado”.³⁸

Entretanto, em harmonia com a resolução das Cortes Constituintes de 31 de Março de 1821, um decreto da Regência, de 5 de Abril do mesmo ano, abolia o já anacrónico Tribunal da Inquisição, e neste mesmo ano era igualmente abolida a censura prévia e regulado o exercício da liberdade de imprensa.

³⁸ Queiroz, Cristina – *Direito Constitucional*. Coimbra: Coimbra Editora, 2009, p. 208.

A extinção do Tribunal do Santo Ofício e a aprovação pelas Cortes Constituintes, em 1822, da primeira constituição dita liberal, completariam o ciclo da reconciliação institucional dos portugueses com os judeus. É com o seu regresso, a partir desta altura, que se inicia a presença judaica contemporânea em Portugal.

Por a sociedade portuguesa ser desde sempre profundamente católica, e como decorrência de um movimento de secularização, a questão religiosa, durante as cerca de nove décadas de vigência do liberalismo monárquico, foi uma das ideologicamente mais debatidas no Parlamento. Questionava-se insistentemente o lugar da religião na sociedade e as atribuições da instituição eclesiástica.

A questão religiosa, problema em aberto desde o Pombalismo, agudizou-se com a experiência revolucionária de 1820 (marco inelutável do começo do domínio do pensamento liberal) que, após prolongada discussão, culminaria, em termos legislativos, com a aprovação da primeira Constituição, concluída e assinada em 23 de Setembro de 1822.

Desde a revolução de 1820, até 1926, ano em que, pelo golpe militar de 28 de Maio, se dá início ao Estado Novo e termina a experiência constitucional liberal, foram aprovadas quatro constituições: a Constituição de 1822, com dois períodos de vigência (1822-24 e 1836-38), a Carta Constitucional de 1826, com três vigências (1826-28, 1834-36 e 1842-1910) e três Actos Adicionais (1852, 1885 e 1896), a Constituição de 1838 e a Constituição de 1911.

São estas quatro constituições denominadas de liberais, tendo sido as três primeiras publicadas durante a Monarquia Constitucional e a de 1911, mantendo os princípios liberais das anteriores, surgido na esteira do movimento revolucionário que implantou a República em 5 de Outubro de 1910.

São assim definidos estes textos constitucionais, porque a sua essência se identifica com critérios do liberalismo, ou seja, com o reconhecimento da liberdade individual como princípio estruturante da sociedade tanto a nível político como económico. O mesmo é dizer que, sendo o estado liberal, encontram-se constitucionalmente salvaguardadas duas liberdades fundamentais: a individual, pois o estado está excluído de qualquer intervenção na esfera privada, e a patrimonial, por consagrar a plena liberdade de propriedade.

As constituições liberais estão subjacentes aos estados liberais e estes foram despontando à medida que se foram enraizando nas sociedades os ideais do iluminismo e do liberalismo surgidos principalmente na segunda metade do século XVIII, durante a época chamada do *Iluminismo*, das *Luzes* ou da *Ilustração*.

A *Lei*, que até então era a vontade do monarca, por qualquer forma manifestada, é agora “a vontade dos cidadãos declarada pela unanimidade ou pluralidade dos votos de seus representantes juntos em Cortes, precedendo discussão pública” (Constituição de 1822, art. 104º).

Embora assumissem uma posição religiosa de anti-congreganismo e lutassem pela redução da influência social da Igreja, os liberais não eram adversários da religião católica. Eles procuravam tutelar a religião e subordinar as autoridades religiosas aos poderes do novo estado liberal (regalismo); daqui a consagração da religião católica como a religião oficial, pelas três constituições da Monarquia Constitucional, inviabilizadora de qualquer outro culto pelos cidadãos portugueses. Durante todo o liberalismo monárquico, o Estado era, assim, católico, e a religião oficial era imposta à totalidade dos cidadãos nacionais.

A Constituição é a lei fundamental que regula os direitos e garantias dos cidadãos e define a organização política de um estado. Como estrutura jurídica basilar que é de um estado, existem, no entanto, países que não têm constituição, encontrando-se o seu ordenamento jurídico organizado de forma diversa.

No seu *Manual de Ciência Política e Direito Constitucional* ³⁹, ensina Marcello Caetano a acepção jurídica do termo constituição; diz-nos que pode ser usado em dois sentidos principais: no sentido de conjunto de normas dispersas, consuetudinárias ou escritas, que se referem aos fins e titularidade do Poder Político, órgãos que o exercem e direitos que o limitam (constituição em sentido material) ou no sentido de texto escrito de onde constam as normas fundamentais da ordem jurídica do Estado, decretado por um órgão dotado de poderes especiais (constituição em sentido formal).

Quanto à origem do constitucionalismo entre nós, afirma Jorge Miranda que “(...) tal como na generalidade dos países continentais, o constitucionalismo surge entre nós por via revolucionária; não por continuidade mas por corte com o passado, seja esse corte feito pelo povo em armas (1820 e 1834) ou pelo próprio monarca (1826)”⁴⁰. Com efeito, e com excepção da Carta Constitucional, a Constituição de 1822 foi consequência da revolução de 1820, a de 1838 da revolução de 1836, a de 1911 da revolução de 1910, a de 1933 da revolução de 1926 e a de 1976 da revolução de 1974; igualmente, o Acto Adicional de 1852 é consequência da revolução de 1851 e a alteração de 1918 da revolução de 1917.⁴¹

³⁹ Coimbra: Almedina, 1989, Tomo I, p. 342.

⁴⁰ Miranda, Jorge – *As Constituições Portuguesas de 1822 ao texto actual da Constituição*. Lisboa: Livraria Petrony, 2004, p. 5.

⁴¹ Idem, *ibidem*

É possível estudar a evolução do constitucionalismo português a partir de três períodos distintos: o período das Constituições liberais, que compreende as três Constituições da chamada Monarquia Liberal (ou Constitucional) e a Constituição de 1911, o da Constituição de 1933 e o da Constituição de 1976.

O período do constitucionalismo monárquico em Portugal tem início com a aprovação da Constituição de 1822 e perdura até à implantação da República a 5 de Outubro de 1910.

Quanto às matérias reguladas pelas constituições, em todas vão encontrar-se regras sobre as relações das Igrejas e do Estado; mas enquanto que as de 1822, 1826 e 1838 consagram uma religião oficial do País e, conseqüentemente, do Estado (a Católica), as de 1911, 1933 e 1976, sustentam o princípio da separação das Igrejas do Estado.

Tendo sido a separação estatalmente assumida somente em 1911, até esta altura todas as confissões religiosas não católicas permaneciam nas fronteiras da ilegalidade. Mesmo assim, foram os judeus de Lisboa criando, sobretudo na segunda metade do século XIX, diversas associações autónomas cujo objecto real era a beneficência e que tiveram um desempenho decisivo na união e organização do judaísmo português; destacam-se três: a Somej-Nophlim (Amparo dos Pobres), criada em 1865 por Simão Anahory, com o objectivo de socorrer os pobres; a Guelimut Hassadim, fundada em 1892 por Moses Anahory para ministrar socorros espirituais e tratar dos enterros judaicos; e a Cozinha Económica, fundada em 1899 e que desempenhou um papel fundamental durante a Segunda Grande Guerra.

Sob o incitamento de Abraham Anahory, foi iniciado em 1880 um movimento para a união dos judeus de Lisboa e a constituição de uma “Colónia Israelita de Lisboa”, o qual culminou com a realização, em 14 de Março de 1897, da que ficou conhecida “Sessão inaugural do Comité Israelita de Lisboa”.

Nesta sessão inaugural foi eleito o 1º Comité da Comunidade Israelita de Lisboa cujo presidente honorário foi Abraham Bensaúde e o presidente efectivo Simão Anahory, e criada uma comissão para a edificação de uma sinagoga.

Mantinhm-se, contudo, as dificuldades na prossecução dos objectivos do Comité, fundamentalmente por este continuar a não obter o seu reconhecimento oficial pelo regime monárquico.

A Constituição de 1822

A Constituição de 1822, bastante progressista para a época e acusada de radical pelos sectores mais conservadores da sociedade de então (a maior parte da nobreza e do alto clero), inspirou-se essencialmente na Constituição Espanhola de 1812 e subsidiariamente nas Constituições francesas nascidas na Revolução Francesa, principalmente nas de 1791 e 1795. Há quem igualmente vislumbre uma certa influência inglesa.

A Constituição Francesa de 1791, que tinha como cenário os ideais da Revolução, sintetizados nos três princípios "Liberdade, Igualdade, Fraternidade" (*Liberté, Egalité, Fraternité*), estabeleceu a monarquia constitucional e era acentuadamente monárquica.

Garantia esta constituição, aos cidadãos, no Título Primeiro ("Disposições fundamentais garantidas pela Constituição"), e integrada nos "direitos naturais e civis", a liberdade para exercerem o culto religioso ao qual estivessem ligados e concedia aos mesmos o direito de elegerem ou escolherem os ministros de seus cultos. O artigo 7º do Título II ("Da Divisão do Reino e do Estado dos cidadãos") considerava o casamento como sendo um contrato civil.

A Constituição francesa de 1795, mais moderada do que a antecedente, padroniza o estado liberal; é a supremacia da sociedade sobre o Estado. Dispunha no seu artigo 354º: "Ninguém pode ser impedido de exercer, conformando-se com as leis, o culto que escolheu. Ninguém pode ser forçado a contribuir para as despesas de um culto. A república não dota nenhum."

A Constituição de Cádis, também conhecida por Constituição Espanhola de 1812 ou *La Pepa*, aprovada a 18 de Março de 1812 pelas Cortes Gerais Extraordinárias reunidas na cidade de Cádis, continha trezentos e oitenta e quatro artigos, considerada, por isso, a mais extensa de todas as constituições, e baseava-se em dois princípios: a soberania nacional e a divisão dos poderes. Todo o texto constitucional era de cariz vincadamente religioso. Logo no preâmbulo, onde era reiterada uma profunda ligação aos velhos códigos da monarquia medieval espanhola, fazia-se uma invocação sintomática: *En el nombre de Dios todo poderoso, Padre, Hijo y Espíritu Santo autor y supremo legislador de la sociedad*.⁴²

⁴² Constituição espanhola de 1812 - http://www.uca.es/recursos/doc/AUI/Recursos/Constitucion_1812/1084144089_2082010122916.pdf (15.06.2011).

E o artigo 12º atribuíu ao Estado, de forma inelutável, a confissão católica, determinando que *La religión de la Nación española es y será perpetuamente la católica, apostólica, romana, única verdadera. La Nación la protege por leyes sabias y justas y prohíbe el ejercicio de cualquiera outra.*⁴³

A Constituição Portuguesa de 1822, de breve duração, teve dois períodos de vigência; o primeiro desde a sua entrada em vigor até 2 de Junho de 1823, data em que o Príncipe D. Miguel, na revolta que ficou conhecida por “Vila Francada” declarou em vigor as anteriores “leis fundamentais” da monarquia tradicional; o segundo, desde a revolução de 10 de Setembro de 1836 (“revolução setembrista”) que a fez ressurgir, se bem que novamente de forma efémera e de curta duração, pois só durou até à decretação de uma nova constituição política, a Constituição de 4 de Abril de 1838.

Instituiu a Constituição de 1822 a divisão de poderes (legislativo, executivo e judicial), caracterizadora do estado de direito, estabelecia a igualdade de leis para todos e acabava com os privilégios da Nobreza e do Clero. A chamada Monarquia Liberal ou Constitucional estava, assim, instaurada e poderá afirmar-se que o moderno direito constitucional português se inicia com a revolução de 1820.

A Constituição, concluída e assinada em 23 de Setembro de 1822, e jurada pelo rei D. João VI a 1 de Outubro do mesmo ano, estava dividida em seis títulos e duzentos e quarenta artigos, e revelava, no seu preâmbulo, o qual começava com uma invocação da Santíssima Trindade, uma aproximação ao prólogo da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, nitidamente denunciadora da sua marca ideológica liberal.

Os seus princípios fundamentais incluíam a consagração dos direitos e deveres individuais de todos os cidadãos Portugueses (a garantia, perante a lei, da liberdade, da igualdade, da segurança e da propriedade), o não reconhecimento de qualquer privilégio ao Clero e à Nobreza e uma liberdade religiosa limitada. A Religião Católica era a única religião da Nação Portuguesa, existindo uma censura prévia aos escritos eclesiásticos.

No Título I, com a epígrafe “Dos Direitos e Deveres individuais dos Portugueses”, sobressaem, relacionados com a questão religiosa, os artigos 8º e 19º. O artigo 8º estipulava que, quanto ao abuso que se fizesse da liberdade de imprensa (protegida na primeira parte deste mesmo normativo) em matérias religiosas, era atribuído aos Bispos o poder de censura dos escritos publicados sobre dogma e moral, devendo o governo auxiliar os mesmos Bispos na punição dos culpados.

⁴³ Idem.

Foram muitas as reacções adversas, surgidas de vários quadrantes, a certas disposições da Constituição.

Faustino José da Madre de Deos de Sousa Coutinho ⁴⁴, comentava assim, na sua “A Constituição de 1822”, um dos vários livros que escreveu, o teor da segunda parte daquele artigo 8º: “Os Bispos podem censurar os escritos depois de publicados! E os escritos podem ir envenenando a sociedade! Para quem desacreditar a Constituição há lei, que determina as penas; e para quem desacreditar a Religião não há lei nem penas determinadas!”⁴⁵.

O artigo 19º prescrevia, dentre outros deveres, tais como amar e defender a pátria e obedecer à Constituição, que o de venerar a Religião constituía um dos principais deveres de todo o Português.

No Título II (“Da Nação Portuguesa, e seu Território, Religião, Governo e Dinastia”), assinala-se o artigo 25º, por certo a disposição de cariz religioso mais importante de toda a Constituição. Começava este preceito por estabelecer (e em nada alterando, por conseguinte, o tradicional e conservador *statu quo ante*), que a Religião da Nação Portuguesa era a Católica Apostólica Romana mas dispunha também algo perfeitamente inovador no que concerne a uma liberdade religiosa que, timidamente, estaria a dar os primeiros passos: permitia-se aqui aos estrangeiros o exercício particular dos seus respectivos cultos. Achamos que é aqui que se situa a primeira manifestação de liberdade religiosa no ordenamento jurídico português.

No Capítulo I (“Da eleição dos Deputados de Cortes”) do Título III, o artigo 53º determinava a celebração duma Missa de Espírito Santo aquando da reunião das assembleias eleitorais, seguida de um discurso pelo pároco ou o sacerdote assistente, e o artigo 78º do Capítulo II (“Da Reunião das Cortes”) continha dois comandos que, sintomaticamente, expressavam a exclusividade e predominância da Religião do Reino: o Presidente, o Vice-presidente e os Secretários então eleitos, deviam ir *imediatamente* à igreja catedral assistir a uma Missa solene do Espírito Santo e no fim dela, pondo a mão direita no livro dos Santos Evangelhos, prestar vários juramentos sendo um deles o de manter a Religião Católica Apostólica Romana.

Pelo artigo 123º (nº V), tal como, mais tarde, a Carta Constitucional pelo artigo 75º, era mantida a instituição antiga do Beneplácito Régio, competindo especialmente ao Rei a

⁴⁴ Militar que enfileirou nas tropas miguelistas e escritor que chegou a leccionar filosofia racional e matemáticas elementares, natural de Lisboa (1773? -1833).

⁴⁵ Deos, Faustino José da Madre de – *A Constituição de 1822*. Lisboa: Tipografia Maignense, 1823, p. 8.

atribuição de “Apresentar para os bispados, precedendo proposta tripla do Conselho de Estado. Apresentar para os benefícios eclesiásticos de padroado Real curados ou não curados, precedendo concurso e exame público perante os Prelados diocesanos.”⁴⁶

Em conformidade com o disposto no artigo 126º, o Rei, antes de ser aclamado, devia prestar perante as Cortes, nas mãos do Presidente, o juramento de manter a Religião Católica Apostólica Romana. A este mesmo juramento, igualmente perante as Cortes e nas mãos do Presidente, era obrigado o herdeiro presuntivo da Coroa, quando completasse catorze anos de idade, conforme impunha o artigo 135º.

Curiosamente, enquanto que a “Constituição Política da Monarquia Portuguesa” foi a decretada pelas Cortes Gerais e Constituintes em 1821, sendo esta mesma designação a que encontramos no artigo 78º e, no final do texto, a que o Rei aceita e jura “guardar e fazer guardar”, os artigos 1º e 135º referem-se a “Constituição Política da Nação Portuguesa” e o artigo 113º somente a “Constituição da Monarquia”.

Atribuía, o atrás aludido Faustino José da Madre de Deos⁴⁷, aquela discrepância entre “da Monarquia” e “da Nação”, à influência maçónica, para ele a principal impulsionadora da revolução liberal e anticlerical, não sendo, por isso, este texto constitucional senão a “Constituição do império da Maçonaria”.

A Carta Constitucional de 1826

A designação de “Carta Constitucional” deve-se ao facto de ter sido outorgada pelo Rei D. Pedro IV, Duque de Bragança (D. Pedro I do Brasil) e não redigida e votada por Cortes Constituintes.

Não se conhece com rigor quem foi o seu autor mas atribui-se a sua redacção ao próprio D. Pedro IV, tendo o seu texto sido muito influenciado pela Constituição Brasileira de 1824, pela Carta Constitucional Francesa de 1814 e, naturalmente, em alguns artigos, pelo texto constitucional Português de 1822.

D. Pedro, um convicto representante do pensamento liberal seu contemporâneo, dando cumprimento a um projecto global de reformas estruturais, é um dos precursores da instauração do constitucionalismo em Portugal.

⁴⁶ Constituição Portuguesa de 1822 - <http://www.laicidade.org/documentacao/legislacao-portuguesa/portugal/> (15.06.2011).

⁴⁷ Deos, Faustino José da Madre de – *A Constituição de 1822*, pp 55 e 70.

A Carta Constitucional de 1826 foi a que esteve mais tempo em vigor na sua terceira vigência (72 anos no total).

Vigorou durante três períodos distintos: o primeiro, sob a regência da Infanta Dna. Isabel Maria, foi desde Abril de 1826 (outorga da Carta) até Maio de 1828 (D. Miguel convocou os três *Estados do Reino* que o aclamaram rei absoluto); o segundo decorreu desde Agosto de 1834 (D. Miguel é expulso de Portugal e é restaurada a Monarquia Constitucional) até Setembro de 1836 (Revolução Setembrista com a restauração provisória da Constituição de 1822 até à aprovação da Constituição de 1838); o terceiro, desde Janeiro de 1842 (golpe de estado de Costa Cabral) até à implantação da República em 5 de Outubro de 1910.

Durante o último período de vigência, o texto da Carta sofreu alterações através dos Actos Adicionais de 1852, 1885, 1895-1896 e 1907, os quais, no entanto, em nada modificaram o texto das normas de incidência religiosa.

Em 1831, D. Pedro, expulso do Brasil, partiu para a Europa para lutar pelos direitos da filha mais velha, e deu início à guerra civil entre “liberais” e “miguelistas” que o levaria ao poder. A Carta representou o triunfo do rei e o seu direito ao exercício do poder.

Ao contrário da anterior Constituição e por resultar de um acto de favor régio – duma concessão ou graça real – e não da vontade expressa da nação, é um documento impregnado de moderação e contenção. Marcou um retrocesso aos princípios democráticos da Constituição precedente.

A Carta criou, no entanto, uma situação de certo modo ambígua pois se, por um lado, reconhecia a liberdade religiosa (art. 145º), mantinha, por outro, o catolicismo como religião oficial do reino (art. 6º); note-se que do reino, não da nação. Para além dos diversos conceitos jurídico-constitucionais que lhe estavam subjacentes, mantinha a mesma realidade histórico-sociológica caracterizada pela tradição e maioria católicas.

Almeida Garrett sustentava que a Carta não tinha sido outra coisa senão um pacto de concórdia celebrado pelo soberano entre os dois partidos então existentes em Portugal. Por outro lado, Oliveira Martins escrevia que “embora a CARTA de D. Pedro se filiasse na tradição, reconhecendo a religião católica, é verdade que (à custa de uma contradição flagrante) estabelecia o princípio da liberdade de consciência. De um tal princípio vem directamente, como consequência, a separação das funções e a secularização dos actos civis”⁴⁸

⁴⁸ Apud in Fernandes, António Teixeira – *Igreja e Sociedade - Na Monarquia Constitucional e na Primeira República*. Porto: Estratégias Criativas, 2007, p. 22.

Diferentemente da Constituição de 1822, cujo preâmbulo começava com uma invocação da Santíssima Trindade, a Carta não continha nenhuma invocação religiosa.

Era constituída por cento e quarenta e cinco artigos agrupados em oito títulos, mantinha o princípio de a Religião Católica Apostólica Romana ser a Religião do Reino e continuavam, na esteira do artigo 25º da constituição precedente, a ser apenas os estrangeiros a ter garantido o exercício dos outros cultos, mas introduzindo algo de novo: “(...) em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de templo” (art. 6º do Título I “Do Reino de Portugal, seu Território, Governo, Dinastia e Religião”).

Era atribuída a cidadania Portuguesa aos estrangeiros naturalizados, qualquer que fosse a sua religião (artigo 7º).

Na Carta, o estatuto confessional do seu regime estava longe de consagrar a liberdade religiosa plena; as religiões não católicas eram apenas toleradas e a Religião Católica, no seu estatuto de religião oficial e protegida, era privada de liberdade: o rei nomeava os bispos e provia todos os benefícios eclesiásticos, conforme prescrevia o § 2º do artigo 75º do Capítulo II (“Do Poder Executivo”) do Título V (“Do Rei”). O decreto de 2 de Janeiro de 1862 regulamentou este normativo constitucional ao estabelecer as regras de provimento dos benefícios dos párocos por concurso.

Este artigo 75º, tal como o artigo 123º da anterior Constituição de 1822, mantinha a antiga instituição do Beneplácito Régio, já consagrada na anterior legislação pombalina.

Não sendo o beneplácito régio mais do que um meio de governar a Igreja nas suas relações temporais, ele resulta da própria organização do Estado, pois onde está estabelecido que a Religião Católica era a Religião do Estado, o beneplácito era necessário.

As nomeações eclesiásticas pelo poder temporal perduraram pelos tempos vindouros. Este direito universal de nomeação, contrário à constituição divina da Igreja, à tradição canónica e ao direito Português, foi a característica mais violenta do “regalismo cartista”.⁴⁹

Segundo Eça de Queiroz, descrevendo o panorama religioso do século XIX, estabelecia-se, assim, um contraste entre o país oficial e o país real:

”Aqui está esta pobre Carta Constitucional que declara com ingenuidade que o País é católico e monárquico. É por isso talvez que ninguém crê na religião, e que ninguém crê na realeza. É que nos templos a religião caiu em descrédito. Ser padre não é uma convicção, é um ofício; o sacerdote crê e ora na proporção da cóngrua. E como acredita mais na Secretaria dos negócios eclesiásticos do que na revelação divina, trabalha nas eleições. O

⁴⁹ Seabra, João – *O Estado e a Igreja em Portugal no início do século XX*. Cascais: Principia, 2009, p. 32.

povo, esse, reza. É a única coisa que faz além de pagar” (...) “toda a nação vive do Estado (...) A classe eclesiástica já não é recrutada pelo impulso de uma crença; é uma multidão desocupada que quer viver à custa do Estado”⁵⁰

No § 14º deste mesmo artigo 75º, atribuía-se igualmente ao Rei a concessão ou negação dos Beneplácitos aos Decretos dos Concílios e Letras Apostólicas e quaisquer outras Constituições Eclesiásticas que se não opusessem à Constituição, e precedendo aprovação das Cortes, se contivessem disposição geral.

O artigo 76º impunha que o Rei, antes de ser aclamado, prestaria na mão do presidente da Câmara dos Pares, o juramento de manter a Religião Católica Apostólica Romana, e os artigos 79º e 109º obrigavam, respectivamente, o Herdeiro presuntivo e os Conselheiros de Estado, ao mesmo juramento.

A Carta proclamava a liberdade de expressão de pensamento e proibia expressamente a censura prévia (art. 145º, § 3º) e determinava que ninguém podia ser perseguido por motivos de Religião, contanto que respeitasse a do Estado e não ofendesse a Moral Pública (§ 4º).

Encontrando-se expressamente consagrada neste normativo constitucional, no seu § 4º, uma garantia de não perseguição por motivos religiosos, outros autores é aqui que vêm o prenúncio de liberdade religiosa no constitucionalismo português.

A índole marcadamente liberal e regalista de que estava impregnada a Carta Constitucional, materializou-se com a publicação de diversos diplomas que se lhe seguiram, dos quais se destacam: o decreto de 30 de Julho de 1832 abolindo os dízimos; o decreto de 29 de Julho de 1833 determinando que os sacerdotes passassem a ficar sujeitos à justiça comum; ambos com data de 5 de Agosto de 1833, foram publicados dois decretos: um, proibia as admissões às ordens sacras e a entrada nos noviciados das ordens religiosas, e mandava despedir os noviços, o outro extinguiu todos os padroados e reservava ao Governo a nomeação para todos os cargos eclesiásticos.

No entanto, foi com data de 28 de Maio de 1834 que foi publicado o diploma que maior abalo e mais profunda repercussão a vitória liberal introduziu na vida da Igreja e do país, dadas as consequências que produziu na evangelização e na cultura. Foi o decreto de extinção das ordens religiosas, de Abril de 1834, da autoria de Joaquim António de Aguiar (o “mata-frades”), nomeado ministro da justiça por D. Pedro. Logo no mês seguinte, em Maio, este ministro apresentou ao Regente e obteve aprovação para o decreto que extinguiu

⁵⁰ Apud in Fernandes, António Teixeira – *Igreja e Sociedade - Na Monarquia Constitucional e na Primeira República*, p. 30.

“(…) em Portugal, Algarves, ilhas adjacentes e domínios portugueses, todos os Conventos, Mosteiros, Colégios, Hospícios e quaisquer casas de religiosos de todas as Ordens Regulares, seja qual for a sua denominação, instituto ou regra” (art. 1º). Os bens dos conventos e de quaisquer casas de religiosos ficavam “incorporados nos próprios da Fazenda Nacional” (art. 2º).⁵¹

A Constituição de 1838

A nova Constituição foi jurada pela Rainha Dna. Maria II em 4 de Abril de 1838, vigorou até 1842, e teve como fontes a Constituição liberal de 1822, na qual se baseou, a Carta Constitucional de 1826, a Constituição Belga de 1831 e a Constituição Espanhola de 1837, que repôs a reformada Constituição de Cádiz de 1812.

Foi efémera a sua vigência, porquanto vigorou entre 4 de Abril de 1838 e 10 de Fevereiro de 1842, data em que, como resultado do golpe de estado de Costa Cabral, foi substituída pela Carta Constitucional de 1826, restabelecida por decreto.

Este texto constitucional, o terceiro na história do constitucionalismo português, não passou de um compromisso entre o carácter mais democrático e radical da Constituição de 1822 e os princípios monárquicos da Carta Constitucional de 1826. Procurando conciliar estas duas constituições, a Constituição de 1838 pretendeu ser um texto moderador, não só suprimindo o radicalismo do texto da primeira constituição e alargando a intervenção da soberania nacional como moderando a concepção da anterior constituição de triunfo do rei e o seu direito ao exercício do poder.

Contém cento e trinta e nove artigos divididos por onze títulos.

Mantém a Religião Católica Apostólica Romana como a do Estado (artigo 3º), mas, desta vez, desacompanhada da garantia da liberdade de culto particular aos estrangeiros; e mantém a garantia de não perseguição por motivos religiosos, contanto que as pessoas respeitem a Religião do Estado (artigo 11º). O artigo 82º, mantém o beneplácito régio: compete ao Rei nomear Bispos e prover os Benefícios Eclesiásticos (nº IV) e conceder ou negar Beneplácito aos Decretos dos Concílios, Letras Pontifícias e quaisquer Constituições Eclesiásticas que se não opusessem à Constituição e às Leis. O Rei e o Herdeiro presuntivo, conforme dispunham, respectivamente, os artigos 87º e 89º, e à semelhança dos

⁵¹ Seabra, João – *O Estado e a Igreja em Portugal no início do século XX*, p. 36.

anteriores textos constitucionais, deviam prestar o juramento de manter a Religião Católica Apostólica Romana.

Análise Comparativa

Enquanto que a Constituição de 1822 resultou do poder constituinte nacional centrado numa assembleia constituinte e a Carta Constitucional de 1826 da vontade do monarca e das necessidades do seu tempo, a Constituição de 1838 teve subjacente um pacto entre o rei e a assembleia.

As três leis fundamentais instituíram a confessionalidade do Estado e definiram as regras que impunham a sujeição da instância religiosa ao poder civil (beneplácito régio, nomeação dos bispos e dos párocos pelo Governo, etc.)

Tinham em comum declararem a Religião Católica Apostólica Romana religião “oficial”; a imposição do juramento ao Rei e outras entidades de a manter; a liberdade de culto, em parte; e o beneplácito régio.

Colocamos “oficial” entre aspas porque, na verdade, em nenhuma delas foi utilizado este termo; com efeito, a Constituição de 1822 referia-se, no seu artigo 25º, a Religião da “Nação Portuguesa”, a Carta, através do seu artigo 6º, a Religião do “Reino” e a Constituição de 1838, pelo seu artigo 3º, a Religião “do Estado”.

Relativamente à liberdade de culto, também naquele artigo 25º do diploma de 1822 se permitia aos estrangeiros o exercício “particular” dos seus cultos. Resultava daqui que, dispondo que a Religião da Nação era a Católica Apostólica Romana, só aos estrangeiros era concedida liberdade de culto, pois estavam os portugueses obrigados ao culto exclusivo da Religião Católica.

A Carta Constitucional e a Constituição de 1838 iam mais longe nesta questão da liberdade de culto: o artigo 6º da Carta, mantendo a permissão de os estrangeiros poderem livremente professar todas as outras Religiões (os portugueses somente podiam professar a Católica), surge com uma inovação: poderão professá-las mas só “(...) em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de Templo”. Como exemplo demonstrativo das consequências desta imposição (note-se que entre Janeiro de 1842 e Outubro de 1910 era a Carta que estava em vigor, no seu último período de vigência), temos o local onde foi erguida a Sinagoga de Lisboa (Rua Alexandre Herculano), cuja construção foi iniciada em

1902 e concluída em Maio de 1904. Passa totalmente despercebida a quem transita na via pública porque exteriormente o templo não é visível.

Por outro lado, estipulava o artigo 145º (§ 4º), também da Carta, que ninguém podia ser perseguido por motivos de religião, desde que respeitasse a do Estado e não ofendesse a moral pública.

Entravam estas duas disposições legais em evidente contradição, pois decorrendo da primeira (art. 6º) que a Religião Católica era a única e obrigatória para todos os portugueses, a segunda (art. 145º) proibia qualquer tipo de perseguição por motivos religiosos. É duvidoso que daqui possa concluir-se que a liberdade de culto era também extensiva aos portugueses.

A doutrina da Carta é, assim, uma contraditória negação da liberdade de cultos entre os portugueses e os estrangeiros, ficando aqueles, por não lhes serem permitidas outras religiões, como *parece*, em pior condição que estes.

Repare-se, por exemplo, que o artigo 109º, ao dispor que ninguém podia ser conselheiro de estado sem jurar manter a Religião Católica Apostólica Romana, estava em total oposição com o texto do supra aludido § 4 do artigo 145º.

A Constituição de 1838 (que no seu art. 3º se limitou a eliminar a segunda parte do art. 6º da Carta), ao prever no artigo 11º que ninguém podia ser perseguido por motivos de Religião (contanto que respeitasse a do Estado), sem, portanto, as restrições impostas pelas constituições anteriores, foi mais além.

O beneplácito régio encontrava-se consagrado nos três textos constitucionais de forma bastante semelhante. De acordo com os artigos 123º, 75º e 82º das Constituições, respectivamente, de 1822, 1826 e 1838, era competência régia nomear os Bispos e prover os benefícios eclesiásticos.

Por último, encontramos nas três Constituições o dever do juramento de manter a Religião Católica Apostólica Romana. A ele encontravam-se obrigados o presidente, vice-presidente e deputados eleitos (art. 78º da Const. de 1822), o rei antes de ser aclamado (arts. 126º, 76º e 87º das Const., respectivamente, de 1822, 1826 e 1838), o herdeiro presuntivo da coroa (arts. 135º, 79º e 89º das Const. de 1822, 1826 e 1838, respectivamente) e os conselheiros de estado (art. 109º da Carta).

Confrontando-se as Constituições de 1822 e 1838, constata-se que esta, aproximando-se do radicalismo da primeira, colocou-se, contudo, numa posição intermédia.

No que respeita a diferenças, encontramos na Constituição de 1822, e não nas outras duas, a atribuição de competência aos Bispos de censura dos escritos publicados sobre dogma e moral (art. 8º); a imposição do dever de todo o português venerar a religião (art. 19º); e o dever de assistência a uma missa, imposto aos deputados das Cortes (art. 53º) e respectivos presidente, vice-presidente e secretários (art. 78º).

A Carta Constitucional, por via do artigo 7º, atribuía a cidadania portuguesa aos estrangeiros naturalizados, independentemente da sua religião, não se encontrando esta prerrogativa contemplada nos outros dois textos constitucionais.

Os Códigos penais

Situando-se a constituição no vértice da pirâmide que constitui um ordenamento jurídico, alterando-se aquela, toda a restante legislação deverá ser-lhe adaptada.

A legislação penal, a que a sociedade é particularmente sensível porque é a única que priva o homem do seu bem mais supremo, a liberdade, não podia permanecer incólume perante o primeiro texto constitucional.

Em 1823, composto por Pascoal José de Mello Freire por ordem da rainha Dna. Maria I, foi concluído e impresso um “Ensaio de Código Criminal”. Até ao surgimento deste diploma, continuava a vigorar o Livro V das Ordenações Compiladas das de D. Afonso V e D. Manuel e de outras leis, perdidas no tempo.

Neste “Ensaio de Código Criminal”, a apostasia, a heresia e o cisma eram classificados de crime não só eclesiástico como civil (Título V); a blasfémia, entendida como todo o facto ou dito injurioso a Deus, a Maria Santíssima a aos Seus Santos, era igualmente punida (Título VI); bem como o perjúrio, como sendo o crime religioso pela ofensa que se faz a Deus (Título VII) e o sacrilégio, sendo este toda a violação das leis divinas (Título IX).

Durante a ditadura de Passos Manuel, foi aprovado, por decreto de 4 de Janeiro de 1837, um projecto de código penal, da autoria de José Manuel da Veiga. Por motivos vários, mas principalmente o momento política e socialmente conturbado que se vivia na altura, este código nunca chegou a entrar em vigor.

A legislação penal codificada, que se lhe segue, é o Código Penal aprovado por decreto de 10 de Dezembro de 1852 e com o qual se pretendeu substituir toda a anterior

legislação criminal, dispersa, e, pelo que foi constatado, demasiadamente punitiva para os crimes de cariz religioso.

As definições de crime e criminoso encontravam-se previstas em termos já muito semelhantes ao código penal actual.

O Título I, com a epígrafe “Dos crimes contra a religião do reino, e dos cometidos por abuso de funções religiosas” do Livro Segundo, continha, no Capítulo I, os artigos 130º ao 135º que tratavam precisamente “Dos crimes contra a religião do reino”.

“Aquelle, que faltar ao respeito à Religião do reino Catholica, Apostólica, Romana...”, injuriando, tentando propagar doutrinas contrárias aos dogmas católicos definidos pela Igreja, celebrando actos públicos de um culto que não fosse da mesma religião católica, pelos diversos meios enumerados ao longo dos seus quatro números (art. 130º), era punido com pena de prisão e multa.

Eram também punidas a perturbação ou a tentativa de impedimento, por actos de violência, do exercício do culto público da Religião do Reino (art. 131º) e a injúria e ofensa cometidas contra um Ministro da Religião do reino (art. 132º).

Os artigos 133º, 134º e 135º puniam também, respectivamente, quem, por actos de violência, constrangesse ou embaraçasse outro no exercício do culto da Religião do Reino, ou, fingindo-se Ministro da Religião do Reino, exercesse qualquer dos actos da mesma religião, que somente podiam ser praticados pelos seus Ministros, ou, finalmente, todo o português que, professando a Religião do Reino, faltasse ao respeito à mesma Religião, apostatando ou renunciando a ela publicamente.

Visando fundamentalmente condutas dos membros do clero, os artigos 136º ao 140º tipificavam crimes cometidos por abuso de funções religiosas.

Coordenado em harmonia com a Lei de 1 de Julho de 1867 e com a Nova Reforma Penal de 14 de Junho de 1884, foi reeditado, neste mesmo ano, o Código de 1852, o qual, relativamente às disposições de matriz religiosa, se limitou a transcrevê-las, em nada as alterando.

O Código Penal de 1886 (Decreto de 16 de Setembro) veio revogar o código anterior mas em nada alterou as disposições deste, atrás mencionadas, mantendo-as *ipsis verbis*. Esta nova codificação, de 1886, que teve quase um século de vigência, foi revogada pelo código que se lhe seguiu, o de 1982 (Decreto-Lei nº 400/82 de 23 de Setembro), ainda em vigor, se bem que bastante alterado, e de que falaremos mais adiante.

CAPÍTULO 4

A SEPARAÇÃO DO ESTADO DAS IGREJAS

A Lei da Separação de 20 de Abril de 1911

A Carta Constitucional, o texto constitucional em vigor à data da implantação da República, reconhecia apenas o catolicismo como a única religião autorizada aos cidadãos portugueses, permitindo, contudo, aos estrangeiros, todas as outras religiões.

Os judeus, considerados como uma colónia estrangeira, ainda sem existência legal, podiam, assim, praticar livremente os seus cultos, à semelhança das outras comunidades não católicas. Falava-se, então, naquela altura, de “colónia” israelita, tal como se falava de outras colónias, como, por exemplo, a inglesa ou a alemã.

A proclamação da República de 1910 foi acompanhada de um gravíssimo conflito religioso. A revolução republicana apresentou, logo desde o início, um cunho laicizador, naturalmente dirigido contra a hegemonia do catolicismo, a religião maioritária da população, e o que era então considerado o peso excessivo da Igreja Católica na sociedade.

Imediatamente após a revolução de 5 de Outubro, o programa republicano quanto à religião começou a ser posto em prática.

“Quando, a 5 de Outubro de 1910, ocorreu a mudança da forma de regime político em Portugal, pelo triunfo do movimento republicano, acabava a última modalidade do regime monárquico, mas também se acentuava um complexo processo de desconfessionalização da sociedade e do Estado.”⁵²

O primeiro governo provisório, liderado por Afonso Costa, desencadeou uma autêntica cruzada anti-católica e de laicização da vida pública, da sociedade e da família sem precedentes até então. A legislação dos primeiros meses do novo regime assumiu uma intenção vincadamente laicista e anticatólica. Logo no início, e mesmo antes da aprovação em 20 de Abril de 1911 da “Lei da Separação do Estado das Igrejas”, o diploma fundamental, foram tomadas, pelo novo regime, medidas legislativas de várias ordens

⁵² Pinto, Sérgio Ribeiro - *Separação Religiosa Como Modernidade*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2011, p 15.

tendentes à institucionalização da liberdade religiosa e à edificação de um Estado não confessional.

Convictos de que a questão religiosa era a origem de todos os males da nação portuguesa, onde cerca de 80% da população era rural e analfabeta, pretenderam os obreiros do novel regime implantar rapidamente as suas políticas liberais e laicizadoras. Assim, de Outubro de 1910 até Abril de 1911, data da promulgação da Lei da Separação, foi, em 8 de Outubro de 1910, reposta a legislação oitocentista, renovando a expulsão das ordens religiosas; em 12 de Outubro, extintos os feriados religiosos e introduzidos novos feriados civis; em 18 de Outubro, abolido o juramento religioso; a 22 do mesmo mês, suprimido o ensino da religião católica nas escolas primárias; a 23, encerrada a Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra e abolidas as orações bem como os juramentos de lentes e estudantes nos actos académicos; a 28, a governamentalização dos corpos administrativos das irmandades e confrarias; a 3 de Novembro, promulgada a lei do divórcio; e a 20 de Abril de 1911, publicada a Lei da Separação.

Realce-se que toda esta legislação foi promulgada antes da entrada em vigor do novo texto constitucional, que, este sim, a legitimaria, a Constituição votada em 21 de Agosto de 1911.

Da autoria de Afonso Costa, que, conforme por diversas vezes terá chegado a afirmar, pretendia extinguir o catolicismo em Portugal em duas ou três gerações, e com o beneplácito de todos os membros do Governo Provisório, este diploma, que ficou conhecido por Lei da Separação do Estado das Igrejas, com os olhos postos na obra laicizadora da III República francesa e declaradamente inspirado na congénere lei francesa de 9 de Dezembro de 1905, para além de laicizar em absoluto o Estado Português, afastando totalmente todas as confissões religiosas de qualquer intromissão na vida política, dando origem a um combate às instituições e autoridade da Igreja Católica, conduziu à que foi classificada de “Guerra Religiosa”⁵³

Foi, certamente, esta a legislação que maior impacte teve na sociedade portuguesa, em todas as confissões religiosas até então não reconhecidas e nas relações com a Santa Sé.

Para além de proibições e restrições de vária índole à Igreja Católica, nomeadamente limitações à liberdade e autonomia no seu funcionamento interno e, em particular, no reconhecimento da autoridade hierárquica dos Bispos e do Clero em geral, o Estado apropriou-se de uma boa parte dos bens da Igreja.

⁵³ Moura, Maria Lúcia de Brito – *A Guerra Religiosa na I República*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2010.

Não se fizeram esperar as reacções dos meios católicos e conservadores à política religiosa da I República (1910-1926): procuraram derrubar o regime através de conspirações várias e incentivaram a intervenção de organizações sociais e políticas como a União Católica e o Centro Católico; através de um “Protesto Colectivo”, os bispos portugueses consideraram a Lei da Separação hostil à Igreja Católica; o Papa Pio X condenou a Lei da Separação na Encíclica *Iamdudum in Lusitania* de 24 de Maio; a Santa Sé cortou relações diplomáticas com o Estado Português e, em 10 de Julho, António Macieira, Ministro dos Negócios Estrangeiros do 1.º Governo liderado por Afonso Costa, decretou o fim das mesmas.

Mesmo no seio das hostes republicanas portuguesas da altura, não existiu uniformidade quanto ao teor e objectivos desta lei. Por este motivo, surgiram dois movimentos distintos como reacção à mesma: o republicanismo radical laicista e o republicanismo moderado laico.

A Lei de 20 de Abril de 1911, texto jurídico excepcionalmente longo, é composto por 196 artigos, organizados em 7 capítulos: I) Da liberdade de consciência e de cultos (arts. 1º-15º); II) Das corporações e entidades encarregadas do culto (arts. 16º-42º); III) Da fiscalização do culto público (arts. 43º-61º); IV) Da propriedade e encargos dos edifícios e bens (arts. 62º-88º); V) Do destino dos edifícios e bens (arts. 89º-112º); VI) Das pensões aos ministros da religião católica (arts. 113º-155º); VII) Disposições gerais e transitórias (arts. 156º-196º).

Dada a extensão deste diploma, apresentamos seguidamente uma referência unicamente às disposições consideradas de maior relevância: o artigo 1º começa por a República reconhecer e garantir a plena liberdade de consciência a todos os cidadãos portugueses e ainda aos estrangeiros que habitarem o território português; através do artigo 2º, “(...) a religião católica apostólica romana deixa de ser a religião do Estado e todas as igrejas ou confissões religiosas são igualmente autorizadas, (...), desde que não ofendam a moral pública nem os princípios do direito político português”; o artigo 3º proíbe toda e qualquer perseguição, dentro do território da República, por motivos religiosos; e o artigo 43º começa por dispor que o culto público não depende de qualquer autorização prévia; no capítulo IV, no que se refere à propriedade dos bens da Igreja, um realce muito especial para o seu primeiro artigo, o 62º: “Todas as catedrais, igrejas e capelas, bens imobiliários e mobiliários, que têm sido ou se destinavam a ser aplicados ao culto público da religião católica e à sustentação dos ministros dessa religião e de outros funcionários, empregados e serventuários dela, incluindo as respectivas benfeitorias e até os edifícios novos que

substituíram os antigos, são declarados, (...), pertença e propriedade do Estado e dos corpos administrativos, (...).”

Após a revolução de 5 de Dezembro de 1917, por pressões internas e externas, foram introduzidas alterações à Lei da Separação, que trouxeram alguma melhoria às condições da Igreja e um certo apaziguamento das relações com a Santa Sé.

Foram implementadas estas alterações através do Decreto nº 3856 (“decreto Moura Pinto”) publicado no DG, 1ª Série, Nº 34, de 23.02.1918.⁵⁴

Constava do preâmbulo deste decreto que o Governo entendia que a Lei da Separação tinha de “ser apreciada sob três aspectos bem caracterizados”: primeiro, os princípios representativos das conquistas liberais, inerentes a qualquer democracia; segundo, pontos de vista doutrinários, regalias e concessões, dependentes de oscilações de correntes de opinião; e terceiro, “Preceitos violentos, contendo um excesso de defesa, atentatórios da liberdade de consciência e do pensamento, contraditórios com a imparcialidade e a neutralidade que a República tem de manter em matéria de crenças”.

Considerando que os dois primeiros deviam manter-se, quanto ao terceiro e último aspecto, continuava o dito preâmbulo “(...) o Governo reconhece que há urgentes modificações a fazer, e que, representando elas uma legítima aspiração da consciência católica oprimida, são, ao mesmo tempo, uma exigência dum justo e bem equilibrado espírito liberal”.

Assim, ao longo dos catorze artigos que integravam este diploma, são introduzidas as seguintes alterações à Lei da Separação: os fiéis de qualquer confissão religiosa autorizada nos termos do artigo 2º da Lei ora modificada, passaram a, livremente, poder agrupar-se para constituírem a corporação que, a seu cargo, ficasse tendo a sustentação do culto público (art. 1º); o culto público de qualquer religião podia exercer-se a qualquer hora, nos locais adequados (art. 2º); todas as corporações que viessem a assumir o encargo do culto público, gozariam de todos os direitos que a Lei da Separação conferia às corporações constituídas de harmonia com as suas prescrições (art. 3º); os templos e objectos neles contidos, que fossem necessários para a realização do culto público católico, pertencentes ao Estado ou aos corpos administrativos, seriam cedidos gratuitamente pelos seus proprietários à corporação que viesse a assumir o encargo do mesmo culto (art. 5º); foi conferida liberdade plena às entidades portuguesas dirigentes das diversas confissões religiosas para fundarem estabelecimentos onde fosse ministrado o ensino da teologia e

⁵⁴ Pinto, Sérgio Ribeiro – *Separação Religiosa como Modernidade*, p 166.

demais disciplinas (art. 6º); os ministros de qualquer religião arguidos em processos por violação das disposições da Lei da Separação, do presente decreto ou da legislação penal, seriam julgados pelos tribunais ordinários (art. 11º).

E revogou este diploma as seguintes disposições da Lei da Separação: o artigo 152º que estipulava um regime específico para atribuição de pensão a familiares de ministro do culto católico que tivesse falecido; o artigo 176º que proibia não só a todos os ministros de qualquer religião como a todos os indivíduos que directa ou indirectamente intervissem ou se destinassem a intervir no culto, o uso, fora dos templos e cerimónias cultuais, de hábitos ou vestes talares; as disposições que se referiam às corporações encarregadas do culto; e, bem assim, toda a legislação em contrário. Os restantes artigos deste diploma da autoria de Moura Pinto regulavam, duma maneira geral, a aplicação daquelas alterações.

Todavia, tanto as referidas alterações como as posteriormente introduzidas após a revolução de 28 de Maio de 1926, que originou o Estado Novo, não modificaram os princípios constitucionais de separação, os quais se mantêm na actualidade.

A Constituição de 1911

A Constituição votada em 21 de Agosto de 1911 pela Assembleia Nacional Constituinte, consequência directa do republicanismo instalado no ano anterior, facultava a livre existência a todas as crenças religiosas.

A Lei da Separação e a Constituição de 1911, vindo esta consagrar os princípios enunciados no Título II daquela, são os dois documentos essenciais, criados pela Primeira República, que permitiram a legalização das Comunidades Judaicas, juntamente com todas as outras, naturalmente.

Estipulou este novo texto constitucional, a laicidade do Estado e garantiu formalmente a liberdade de consciência e de crença e a igualdade política e civil de todos os cultos (art. 3º) mas adoptou medidas restritivas da actividade das confissões religiosas, dirigidas especialmente contra a Igreja Católica. Não será despiciendo afirmar-se que o regime expresso nesta constituição se caracterizou pela limitação da liberdade religiosa, pelo cerceamento do culto e pela ingerência abusiva na vida da Igreja Católica, através de vários mecanismos.

Desapareceu a fórmula de consagração de uma religião oficial, característica de todas as constituições anteriores.

Consignava o texto constitucional em apreço, no artigo 3º do Título II, os direitos e garantias individuais, incluindo o direito à liberdade religiosa; começava o nº 4 deste preceito por dispor a inviolabilidade de consciência e de crença e os nºs 6 e 7 prescreviam a total e plena liberdade religiosa, ninguém podendo ser privado de um direito ou isento do cumprimento de um dever por motivo de opinião religiosa.

Eliminando a limitação introduzida pelo artigo 6º da Carta Constitucional de 1826 (os estrangeiros só podiam praticar os seus cultos em casas sem forma alguma exterior de templo), o nº 8 deste mesmo artigo 3º liberalizou o culto público de qualquer religião em casas que poderiam “sempre tomar forma exterior de templo”; introduzindo, através do nº 9, o carácter secular aos cemitérios públicos, franqueou livremente a todos os cultos religiosos a prática dos respectivos ritos; o nº 10 impunha a neutralidade em matéria religiosa do ensino ministrado nos estabelecimentos particulares públicos e particulares fiscalizados pelo Estado; por último, era introduzida no nº 14 a liberdade do direito de reunião e de associação.

Com a entrada em vigor da Constituição de 1911, os judeus portugueses ficaram, assim, com os mesmos direitos dos outros cidadãos.

A partir de agora, já podiam os judeus aparecer à luz do dia sem receios de perseguições, praticar livremente o seu culto, franquear as portas das sinagogas, apesar de a de Lisboa se encontrar irremediavelmente confinada a um quintal sem fachada para a via pública.⁵⁵

Podiam cumprir os serviços religiosos da sinagoga, as três orações diárias e o *Shabat*, do pôr-do-sol de sexta-feira até ao pôr-do-sol de sábado; os rapazes podiam ser circuncidados, oito dias após o nascimento, conforme a Tora exige: “Circuncidarás a carne do teu prepúcio, e isso será o sinal do pacto celebrado entre nós. Todo o macho entre vós, em todas as gerações, deverá ser circuncidado ao oitavo dia.”; podiam cumprir despreocupadamente as regras de alimentação, ingerindo exclusivamente os alimentos permitidos – *kosher*; podiam celebrar o casamento, lendo o *ketubah* em voz alta, festejar o Ano Novo, em Setembro ou Outubro, a Páscoa e outras festividades; e podiam celebrar os funerais com a leitura do *Kaddish*.

⁵⁵ Martins, Jorge – *A República e os Judeus*. Lisboa: Nova Vega, 2010, p. 27.

Passava a sua comunidade, assumindo o necessário estatuto jurídico, a poder celebrar contratos com quaisquer entidades, incluindo oficiais. E podiam também construir novas sinagogas, agora com fachada para a via pública, o que veio a acontecer com a sinagoga *Mekor Haim*, edificada no Porto em 1938.⁵⁶

Dentre as muitas manifestações da aplicação destes princípios liberais na sociedade portuguesa de então, forçoso se torna, pela relevância de que se revestiu, falar da legalização da Comunidade Israelita de Lisboa (CIL).

Em Assembleia Geral de 4 de Junho de 1911, realizada na sala das sessões da Associação Comercial de Lisboa, foram aprovados os estatutos da Comunidade Israelita de Lisboa que vieram a ser legalizados pelo alvará de 9 de Maio de 1912 do Governo Civil de Lisboa. Abraham Bensaúde foi eleito presidente honorário e Salvador Levy presidente da Mesa da Assembleia-Geral.

Muito embora a legalização da CIL tenha ocorrido em 1912, já anteriormente a sua existência tinha sido reconhecida por dois alvarás régios, de extrema importância por reconhecerem, se bem que ainda não formalmente, a existência da Comunidade Judaica de Lisboa. O primeiro, datado de 1868, do rei D. Luís, autorizara os judeus de Lisboa a instalar um cemitério que acabou por se localizar na antiga Calçada das Lajes, hoje Afonso III, e ainda utilizado. O segundo, o alvará de 1892 do Governo Civil, ratificou os estatutos da Associação Guemilut Hassadim, irmandade israelita de socorros mútuos.

Mas é, de facto, somente com a implantação da República que a Comunidade Israelita é legalmente reconhecida. O dia 9 de Maio de 1912 foi, assim, a data histórica do renascimento das comunidades judaicas legais em Portugal, 416 anos após o édito de expulsão de D. Manuel, 376 anos de proibição inquisitorial e de 91 anos de tolerância liberal.

A legalização da CIL proporcionou aos judeus lisboetas o fomento de inúmeras actividades em diversas áreas tais como na educação, na economia, nas actividades profissionais e na saúde.

Destas actividades desenvolvidas pela Comunidade após a sua legalização, sobressaem a fundação da Associação de Estudos Hebraicos Ubá-le-Sion, em Dezembro de 1912; a Biblioteca Israelita, em 1914; a Associação Malakah Sionith, fundada por Barros Basto no Porto em 1915; o Albergue Israelita, antecessor do Hospital Israelita, em 1916; a Federação Sionista de Portugal, em 1920; a Escola Israelita, obra de Adolfo Benarus,

⁵⁶ Idem, *ibidem*.

inaugurada em 23 de Outubro de 1922; e a Hehaver, Organização Juvenil Sionista, em 1925, que desempenhou um papel crucial de apoio aos refugiados durante a 2ª Guerra Mundial. Em 1927 é fundada em Lisboa a secção portuguesa da Organização Internacional das Mulheres Sionistas (WIZO) sob o nome de Federação Portuguesa das Mulheres Sionistas e presidida por Nicole Oulman.

Toda esta actividade sofreu, contudo, profundas alterações, com a ascensão de Hitler ao poder, pois a CIL viu-se forçada a prestar auxílio, a partir de 1933 e até ao final da Segunda Guerra Mundial, aos milhares de refugiados judeus chegados a Portugal, imigrantes de leste (“asquenazes”), principalmente russos, alemães e polacos.

Para tal desiderato, a Comunidade, coadjuvada pela atrás referida Hehaver, viu-se na necessidade de criar, naquele mesmo ano de 1933, a “Comissão Portuguesa de Assistência aos Judeus Refugiados em Portugal” (Comassis), fundada e dirigida por Augusto de Esaguy, presidida por Adolfo Benarus, com sede inicialmente na Rua Rosa Araújo em Lisboa e financiada pela *Joint* (organismo de apoio aos judeus imigrados e em fuga e reconhecido pelo governo salazarista) e outras instituições judaicas internacionais.

Tendo sido extinta em 1941, como consequência da entrada dos Estados Unidos da América na Guerra, estima-se que a Comassis prestou assistência, durante os oito anos da sua actividade, mantendo a Cozinha Económica e o Hospital Israelita e fornecendo diariamente alimentação, vestuário e cuidados de saúde, a cerca de 40.000 refugiados judeus.

A 2ª e 3ª décadas do século XX, foram, assim, um período de grande vigor e projecção para o judaísmo português.

Pela sua envergadura e repercussões, não podemos omitir a que ficou chamada de “Obra do Resgate”.

Como já anteriormente dito, o Édito de Expulsão de Manuel I de 1496 e a instauração do Tribunal da Inquisição em 1536 forçaram a comunidade judaica portuguesa a uma de duas soluções: a saída de Portugal ou a conversão ao catolicismo. Todos os que optaram, ou, na grande maioria dos casos, foram forçados, à conversão, passaram a ser designados, dentre outros epítetos, de cristãos-novos, marranos ou criptojudeus.

Para não serem perseguidos, cumpriam estes cristãos-novos, em público, os rituais cristãos, mas continuavam judeus no seu íntimo, mantendo secretamente o culto e os rituais judeus. Tendo-se fixado em aglomerados populacionais em várias localidades do norte do país (Belmonte ficou historicamente célebre), nelas se mantiveram, durante mais de três séculos, em sociedades pouco permeáveis à intromissão de estranhos.

A “Obra do Resgate” consistiu na reintegração daquelas comunidades judaicas no seio da Sinagoga, ou seja, no reconhecimento, pela sociedade, do seu estatuto de judeus, sem qualquer receio de o demonstrar. Foi uma tentativa de fazer regressar os dispersos criptojudeus portugueses ao judaísmo ortodoxo.

Foram duas as figuras que dominaram este empreendimento: o capitão do exército Artur Carlos de Barros Basto (1887-1961), um marrano convertido ao Judaísmo em 1920, e o engenheiro de minas Samuel Schwarz (1880-1953), judeu de origem polaca, de nacionalidade portuguesa adoptada em 1939, e investigador da cultura hebraica.

O primeiro, que se dizia cristão-novo, casado com uma mulher da CIL, instalou-se no Porto e começou por criar, em 1923, uma comunidade com alguns judeus de diversas origens que aí residiam. Foi a partir desta cidade que lançou a “Obra do Resgate”.

Foi o responsável pelo ressurgimento da Comunidade Israelita do Porto (1923), pela fundação, em 1927, do jornal *Ha-Lapid*, sem dúvida o órgão que melhor serviu a difusão das ideias sionistas, e do Instituto Israelita do Porto (1929), pela instalação de uma sinagoga nesta cidade - Sinagoga *Mekor Haim* (“Fonte da Vida”) - (1938), e diversas outras comunidades judaicas.

O segundo, autor do livro que ficou célebre “Os Cristãos-Novos em Portugal no século XX”, e também chamado “Apóstolo dos Marranos”, exerceu a sua actividade profissional desde 1917 na região de Belmonte, com cujos habitantes igualmente marranos, rapidamente estabeleceu relacionamento.⁵⁷

Adquiriu a notoriedade necessária para sensibilizar a CIL, então presidida por Adolfo Benarus, para que esta organização obtivesse o financiamento, por parte de organizações judaicas estrangeiras, para a instalação dum pensionato lisboeta onde seriam educadas, segundo a cultura judaica, crianças e adolescentes marranos.

Obtiveram estes dois projectos de “resgate” relevante repercussão a nível internacional. Doadores judeus britânicos enviaram a Portugal, em Janeiro de 1926, um emissário que passou quatro semanas com os judeus do Porto e com os que tinham sido descobertos na Beira. Foi formada, em Londres, o *Portuguese Marranos Committee* com a finalidade de financiar as actividades de Barros Basto, o qual foi responsável pela fundação de várias comunidades israelitas e instituições afins.

Provavelmente pelo facto de a comunidade judaica portuguesa ser reduzidíssima e de, salvo algumas excepções, a maioria da população portuguesa já não manifestar nos

⁵⁷ http://www.comunidade-israelita-porto.org/?page_id=59 (18.05.2012).

anos trinta do século passado, sentimentos anti-semitas, ninguém era qualificado de judeu e os judeus simplesmente ignorados.⁵⁸

Todavia, e contrariamente ao que seria expectável, não era ainda totalmente pacífica a vida dos judeus após as liberdades decorrentes das recentes alterações legislativas.

Efectivamente, no ano de 1932, portanto ainda na vigência da Constituição de 1911 e no mesmo ano em que Salazar se tornou chefe do governo e iniciou a edificação do Estado Novo, a pressão social de alguns grupos católicos contra os judeus em diversas localidades, nomeadamente, em Pinhel, Covilhã e Arcozelo, foi tão grande que, segundo Barros Bastos, algumas famílias judaicas viram-se constrangidas a iniciar uma autêntica diáspora para cidades como Lisboa ou Porto.⁵⁹

Aquela reacção antijudaica, sobretudo no interior do país, iniciada no Estado Novo, tornou-se irreversível até aos nossos dias, pois, das quase três dezenas de núcleos judaicos das Beiras e Trás-os-Montes, só sobreviveu a comunidade de Belmonte.⁶⁰

A presença histórica dos judeus em Lisboa, encontra-se assinalada pela toponímia nela existente: Avenida Alfredo Bensaúde, Rua Dra. Sara Benoliel, Rua Prof. Mark Athias, Rua Joshua Benoliel, Rua Prof. Moisés AmzalaK, Rua Sam Levy, Rua José d' Esaguy, e também Rua da Judiaria em Alfama e Travessa do judeu em Santa Catarina.⁶¹

A constituição que se seguiu, plebiscitada em 1933, recusava tanto o totalitarismo estatal como a democracia liberal.

A Constituição de 1933

A revolução de 5 de Dezembro de 1917, de Sidónio Pais, veio trazer algum apaziguamento às até então deterioradas relações entre o Estado Português e a Santa Sé, as quais foram restabelecidas.

A revolução de 28 de Maio de 1926 e a Ditadura militar que se lhe seguiu, mantiveram algumas das alterações anteriormente introduzidas e introduziram outras

⁵⁸ Pimentel, Irene Flunser – *Judeus em Portugal durante a II Guerra Mundial*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2006, p. 40.

⁵⁹ Idem, *ibidem*.

⁶⁰ Martins, Jorge - *A República e os Judeus*, p. 43.

⁶¹ Idem, *Ibidem*, p. 35.

novas, tais como o reconhecimento de algumas liberdades de cariz patrimonial, de culto e de ensino religiosos.

Como corolário legislativo deste movimento revolucionário, surgiu em 1933 uma nova Constituição (aprovada por plebiscito a 19 de Março de 1933), que deu início ao chamado Estado Novo e que durou até ao movimento do 25 de Abril de 1974.

O artigo 8º do Título II (“Dos cidadãos”), mantinha, no seu nº 3, no âmbito dos direitos e garantias individuais dos cidadãos portugueses, a liberdade e a inviolabilidade de crenças e práticas religiosas, não podendo ninguém, por causa delas, ser perseguido, privado de um direito, ou isento de qualquer obrigação ou dever cívico. E ninguém seria obrigado a responder acerca da religião que professasse, a não ser em inquérito estatístico ordenado por lei.

Dentre o grupo das liberdades individuais preconizadas por este normativo, salientam-se também as previstas nos nºs. 4 e 14, ou sejam, respectivamente, a liberdade de expressão do pensamento sob qualquer forma e a liberdade de reunião e associação.

No Título IX, com a epígrafe “Da educação, ensino e cultura nacional”, o parágrafo 3º do artigo 43º determinava a independência do ensino ministrado pelo Estado relativamente a qualquer culto religioso, e o parágrafo 4º a não dependência de autorização do ensino religioso nas escolas particulares.

Por último, uma referência às quatro disposições que constituíam o Título X, este com a epígrafe “Das relações do Estado com a Igreja Católica e demais cultos”: o artigo 45º determinava a liberdade do culto público ou particular de todas as religiões, podendo as mesmas organizar-se livremente de harmonia com as normas da sua hierarquia e disciplina; no artigo 46º era mantido, sem prejuízo do preceituado pelas concordatas na esfera do Padroado, o regime de separação do Estado em relação não só à Igreja Católica como também a qualquer outra religião ou culto praticados dentro do território português, regime este consignado constitucionalmente pela primeira vez; o artigo 47º proibia que o Estado destinasse a outro fim qualquer templo, edifício, dependência ou objecto do culto afecto a uma religião; e no artigo 48º, o último deste título, determinava-se o carácter secular dos cemitérios públicos, podendo os ministros de qualquer religião praticar neles livremente os respectivos ritos.

Dois anos após a entrada em vigor da Constituição de 1933, a Lei nº 1910 de 23.05.1935, alterou o parágrafo 3º do citado artigo 43º, cujo teor passou a ser o seguinte: “O ensino ministrado pelo Estado visa, além do revigoramento físico e do aperfeiçoamento das faculdades intelectuais, à formação do carácter, do valor profissional e de todas as

virtudes morais e cívicas, orientadas aquelas pelos princípios da doutrina e moral cristãs, tradicionais do País”.

Diz Jorge Martins que dos bons trabalhos que têm sido dados à estampa nos últimos tempos, não pode inferir-se que o Estado Novo tenha adoptado uma política oficial anti-semita. Afirmo este professor que Salazar e o seu governo não adoptaram, durante a Segunda Guerra Mundial, medidas de declarado anti-semitismo, tendo, todavia, a PVDE (Polícia de Vigilância e Defesa do Estado), sempre zelosamente atenta ao “perigo judaico”, revelado alguma discriminação em relação aos judeus fugitivos das perseguições nazis que, tomando Portugal, principalmente Lisboa, como destino ou como mero local de trânsito para outros destinos, por cá passaram em número que se estima em várias dezenas de milhar.⁶²

Durante este tenebroso período da história da humanidade, figuras se destacaram na protecção daqueles fugitivos. É sobejamente conhecido Aristides de Sousa Mendes, diplomata em Bordéus e o caso mais célebre de filo-semitismo diplomático português; mas não olvidemos igualmente outros nomes da diplomacia portuguesa, como Veiga Simões em Berlim, Sampaio Garrido e Teixeira Branquinho em Budapeste e José Caeiro da Mata em Vichy.

Continua o professor Jorge Martins dizendo que se a população acolheu sempre bem os refugiados, nunca tendo demonstrado qualquer anti-semitismo, tudo leva a crer que a nível governamental, as coisas não se passaram exactamente assim, não obstante não ter Salazar e o seu governo adoptado oficialmente uma política anti-semítica, como supra dito, a realidade é que, se bem que conhecedor das perseguições e atrocidades praticadas pelos nazis, também não tomou o governo de Salazar medidas proteccionistas; pelo contrário, houve sempre a preocupação de não conceder a nacionalidade portuguesa aos refugiados, cujos passaportes caducavam em 31 de Dezembro de 1944, e de fazer sair rapidamente aqueles que haviam conseguido entrar em Portugal.⁶³

E como demonstração inequívoca desta política, não nos esqueçamos do elevado preço que Aristides de Sousa Mendes pagou por, desobedecendo às ordens de Lisboa, ter concedido vistos de entrada em território nacional a milhares de judeus, salvando-lhes a vida.

A revisão constitucional de 1951 (Lei nº 2048/51 de 11 de Junho) introduziu alterações aos artigos 45º e 46º, das quais assumem especial significado ter sido

⁶² *Breve História dos Judeus em Portugal*, pp. 165 e sgts.

⁶³ *Idem, ibidem*, p. 178.

considerada a religião católica a religião da Nação Portuguesa (mas não do Estado) e traçado um tratamento diferenciado dela e das demais confissões.

Em 1971 (Lei nº 3/71 de 16 de Agosto), já no período “Marcelista”, foram introduzidas novas alterações à redacção daqueles mesmos artigos 45º e 46º, continuando a ser assegurada a liberdade de culto e de organização das confissões religiosas (cujas doutrinas não contrariassem os princípios fundamentais da ordem constitucional e os bons costumes, e desde que os cultos praticados respeitassem “a vida, a integridade física e a dignidade das pessoas”) e atribuindo à “religião católica, apostólica, romana” o estatuto de “religião tradicional da Nação Portuguesa”. Continuava a Igreja Católica a gozar de personalidade jurídica e mantinha o regime da separação nas relações entre o Estado e as confissões religiosas, sem prejuízo da existência de concordatas ou acordos com a Santa Sé.

Sob a égide desta mesma Lei nº 3/71, foi publicada legislação de âmbito religioso com relevantes repercussões: em 21 de Agosto de 1971 (Lei nº 4/71) foi publicada a Lei de Bases da Liberdade Religiosa (revogada em 2001 pela Lei nº 16/2001 de 22/6) que, nos seus Princípios Fundamentais, começava por consagrar o reconhecimento e a garantia, por parte do Estado, da liberdade religiosa das pessoas e assegurava às confissões religiosas a protecção jurídica adequada, estabelecia a laicidade do Estado, não professando este qualquer religião e assentando as suas relações com as confissões religiosas, todas com direito a igual tratamento, no regime da separação; o Decreto nº 216/72 de 27 de Junho veio permitir e regulamentar os pedidos de reconhecimento de confissões religiosas; e o Decreto-Lei nº 406/74 de 29 de Agosto estabeleceu e regulamentou a Liberdade de Reunião e de Manifestação.

A Concordata

Não obstante ser a legislação, o judaísmo e os judeus, o tema fulcral deste trabalho, não podíamos, pela sua especial relevância para toda a sociedade portuguesa, omitir a Concordata celebrada entre o Estado Português e a Santa Sé.

Obedecendo à metodologia cronológica adoptada, é este o momento de o fazermos.

Por, desde os alvares da nacionalidade, ser Portugal um país de maioria confessional católica, todos os monarcas portugueses, salvo escassas excepções, celebraram

com a Santa Sé concordatas, tratados ou meros acordos.

O próprio D. Afonso Henriques acordou com o Papa submeter-se ao poder da Santa Sé em troca do reconhecimento, por parte desta, da independência do então Condado Portucalense.

Na sua formação actual, as concordatas são autênticos tratados, muito semelhantes aos tratados ou convenções internacionais celebrados entre estados soberanos. São convenções ou acordos entre a Igreja Católica representada num determinado país pelo seu chefe supremo - o Papa - e uma Nação ou Estado igualmente representado pelo seu chefe supremo - o Rei ou o Presidente da República - e que obriga ambas as partes.

Se o advento do republicanismo acarretou para a Igreja Católica o total cerceamento da exclusividade de que privilegiara até então e das suas actividades, após a revolução de 28 de Maio de 1926, as relações entre a Igreja e o Estado melhoraram notavelmente.

Após exigentes e longas negociações que duraram mais de três anos, e tendo como seu principal mentor António Egas Moniz, a, por certo, mais importante Concordata (*Sollemnis Conventio*), foi assinada entre Portugal e a Santa Sé em 7 de Maio de 1940, no Vaticano, teve o parecer favorável da Câmara Corporativa a 22 do mesmo mês, e foi aprovada no dia seguinte, após debate, pela Assembleia Nacional, de que resultou a Lei nº 1984 de 30 de Maio. A troca dos instrumentos de ratificação, no Palácio das Necessidades, e a entrada em vigor, ocorreram no dia 1 de Junho e foi executada pelo Decreto-Lei 30615 de 25 de Julho do mesmo ano de 1940.

O artigo 61º deste decreto-lei estabelecia inelutavelmente que “A Concordata e o Acordo Missionário vigoram como direito interno português”.

Esta Concordata, cujo objectivo foi, através do seu artigo 1º, “(...) regular por mútuo acordo e modo estável, a situação jurídica da Igreja Católica em Portugal, para a paz e bem da Igreja e do Estado”, e o Acordo Missionário conjuntamente celebrado, cujo objecto foi uma regulação mais perfeita das relações entre o Estado Português e a Igreja na vida religiosa no Ultramar Português, reconheceram a personalidade jurídica “internacional” da Igreja Católica e mantiveram as relações diplomáticas com a Santa Sé, agora ao nível mais elevado de nunciatura e embaixada.

Representaram, aqueles dois textos, não só o reconhecimento da liberdade religiosa que fora condicionada ou eliminada pelo liberalismo e republicanismo decorrentes do movimento revolucionário de 5 de Outubro de 1910, como também a assunção da Igreja

Católica à confissão religiosa majoritária e um compromisso e um acordo de cooperação entre aquela e o Estado Português.

A personalidade jurídica da Igreja Católica, da Santa Sé, e mesmo das suas instituições, que a Lei da Separação, através do seu artigo 2º, deixara de reconhecer, foi restabelecida pela Concordata, aliás, conforme já tinha sido definido na Constituição de 1933 (artigo 45º).

Como contrapartida, o Estado Português obteve a tão desejada e necessária paz religiosa e o direito de veto governamental na designação de bispos residenciais na Europa e no Ultramar.

Nota assaz importante é a consagração, neste acordo, também da possibilidade de reconhecimento na ordem jurídica civil de associações e organizações criadas no interior da Igreja Católica e a introdução de prerrogativas e benefícios de carácter patrimonial e fiscal.

Como consequência, foram devolvidos à Igreja todos os bens (os que foi possível devolver) que lhe tinham sido confiscados imediatamente após a implantação da República.

A Concordata não restabeleceu a confessionalidade do Estado e manteve os princípios separatistas, sendo, portanto, uma concordata de separação, como foi claramente sublinhado por ocasião da sua assinatura.

Para a Igreja em Portugal e as suas pessoas e instituições, não trouxe este texto concordatário qualquer situação de privilégio mas garantiu-lhes uma situação considerada mais justa e assegurou-lhes um estatuto conforme à liberdade religiosa e sua posição majoritária na sociedade portuguesa.

Tendo ficado expresso no artigo 24º que, com a celebração do casamento canónico, os cônjuges renunciavam à faculdade civil de requererem o divórcio, o qual, por isso, não poderia ser aplicado pelos tribunais civis aos casamentos católicos, foi celebrado, em 15 de Fevereiro de 1975, em Portugal, o Protocolo Adicional para alterar aquele artigo, que deixou de ser exclusivo do casamento civil, passando a ser igualmente aplicável ao matrimónio canónico.

Em 18 de Maio de 2004 foi outorgada entre Portugal e a Santa Sé uma nova Concordata, aprovada, para ratificação, pela Resolução da Assembleia da República nº 74/2004 (DR, I Série A, nº 269 de 16.11.2004).

Não apresenta este novo texto, que passou então a ser designado por Concordata de 2004, grandes alterações relativamente ao texto anterior.

Constituída por trinta e três artigos, mantém o sistema vigente na Concordata anterior quanto ao reconhecimento da personalidade jurídica da Igreja Católica por parte do Estado Português (artigo 1º, nº 2); confere à Igreja liberdade plena no que concerne ao exercício das suas obrigações e objectivos, sem restrição no culto, no magistério e ministério e na jurisdição eclesiástica (artigo 2º, nº 1); e fixa os feriados que são festividades católicas (artigo 3º). Pelo artigo 8º, a República Portuguesa reconhece a personalidade jurídica da Conferência Episcopal Portuguesa, nos termos definidos pelos estatutos aprovados pela Santa Sé. Pode a Igreja Católica livremente criar, modificar ou extinguir todos os tipos de jurisdições eclesiásticas (artigo 9º, nº 2)) bem como organizar-se de harmonia com as normas do direito canónico, constituindo, modificando ou extinguindo pessoas jurídicas canónicas (artigo 10º, nº 1). Tanto a umas como a outras, o Estado Português reconhece personalidade jurídica (artigos 9º, nº 2 e 10º, nº 2). Os artigos 13º ao 16º são dedicados ao casamento e pouco diferem dos artigos 22º ao 25º da Concordata de 1940. Tal como já fora acordado no Protocolo de 1975, este novo texto reconhece efeitos civis aos casamentos celebrados em conformidade com as leis canónicas (artigo 13º) e regula o respectivo processo de registo. É garantida à Igreja Católica o livre exercício da assistência religiosa aos membros das Forças Armadas, de segurança, às pessoas internadas em estabelecimentos de saúde ou de assistência ou detidas em estabelecimentos prisionais (artigos 17º e 18º). O artigo 19º assegura, sem qualquer forma de discriminação e respeitando a liberdade religiosa, o ensino da religião e moral católicas nas escolas de ensino público não superior. É conferido à Igreja Católica o direito de fundar seminários e estabelecimentos de formação e cultura eclesiástica (artigos 20º e 21º), versando os artigos 22º a 25º, garantias e privilégios de carácter patrimonial. Por último, garantias e privilégios de carácter fiscal atribuídos a entidades afectas à Igreja Católica encontram-se consignados nos artigos 26º e 27º.

A Constituição de 1976 e a legislação subsequente

Não introduziu a Revolução dos Cravos modificações assinaláveis na legislação de direito da religião então vigente. De assinalar, no entanto, e como já atrás mencionado, a alteração, em 1975, do artigo 24º da Concordata, quanto à viabilidade de divórcio nos casamentos canónicos.

A Constituição de 1976, na sequência do processo político desencadeado pela revolução de 25 de Abril de 1974, foi a única que, das mudanças de regime acontecidas desde o liberalismo, não se traduziu nem em choque entre o Estado e a Igreja Católica nem em perseguição religiosa.

O artigo 13º (Princípio da igualdade), no seu nº 2, coloca, de forma directa, a questão da liberdade religiosa e da não confessionalidade do Estado.

Em termos de disposições que, de alguma forma, abordam a questão religiosa, assinalam-se três artigos: 41º, 43º e 51º. O artigo 41º tem como epígrafe a “Liberdade de consciência, de religião e de culto” e determina que a mesma é inviolável. Dispõe igualmente, que ninguém pode ser perseguido por motivos religiosos, a liberdade de ensino de qualquer religião, a separação das igrejas e outras comunidades religiosas, do Estado, e a garantia do direito à objecção de consciência; o artigo 43º estatui a impossibilidade de o Estado programar a educação e a cultura segundo quaisquer directrizes incluindo religiosas e que o ensino público não será confessional; o artigo 51º proíbe os partidos políticos do uso de denominações que contenham expressões directamente relacionadas com quaisquer religiões ou igrejas bem como emblemas confundíveis com símbolos religiosos.

Quanto a codificação criminalista, continuava em vigor o antigo e desactualizado Código Penal de 1886, que, após quase um século de vigência, foi substituído pelo de 1982 (Decreto-Lei nº 400/82 de 23/9). Resultou este novo código da necessidade de fazer uma adequação da legislação ordinária ao novo espírito legislativo resultante do 25 de Abril de 1974.

Da própria introdução constava que, “(...) quer na forma, quer no conteúdo das suas prescrições, não se afasta do que verdadeiramente de vivo há na tradição jurídico-penal portuguesa, antes justamente o consagra (...)”.

Surge, no entanto, com uma estrutura bastante diferente do da anterior codificação.

Visando questões de carácter estritamente religioso, os artigos 220º ao 224º previam e puniam o ultraje por motivo de crença ou função religiosa, a coacção religiosa, o impedimento ou perturbação do culto, o ultraje a culto religioso e a injúria ou ofensa contra ministro de qualquer religião; o furto praticado em lugares destinados ao culto religioso encontrava-se também aqui tipificado no artigo 297º.

Pelo Decreto-Lei nº 48/95 de 15/3 foi revisto e republicado o Código de 1982, que se encontra ainda em vigor, tendo-lhe sido introduzidas, no entanto, muitas alterações até hoje. Tendo este código permanecido válido na sua essência, aquele decreto-lei alterou-o profundamente, não só na sua estrutura como na previsão e punição de vários delitos.

No código actualmente em vigor, o artigo 132º, tendo como previsão o homicídio qualificado, atribui especial censurabilidade ou perversidade, entre outras, à circunstância de o agente praticar o facto contra ministro de culto religioso; a devassa por meio de informática de dados referentes a convicções religiosas, é punida pelo artigo 193º; o furto de coisa alheia bem como o dano qualificado em coisa alheia, desde que ambos afectos ao culto religioso, estão previstos e punidos pelos artigos, respectivamente, 204º e 213º; o artigo 240º pune a discriminação racial, religiosa ou sexual; e os artigos 251º e 252º, que constituem uma secção com a epígrafe “Dos crimes contra sentimentos religiosos”, punem a ofensa a pessoa, a profanação de lugar, o impedimento ou perturbação do culto de religião e o vilipêndio ou escárnio de acto de culto de religião.

Em 2 de Novembro de 1998 foi publicado o decreto-lei nº 329/98 que fixava os moldes em que era permitido o ensino da disciplina de Educação Moral e Religiosa de diversas confissões religiosas. Como princípio, estipulava o artigo primeiro que era facultativa a frequência desta disciplina nas escolas públicas, nos termos da legislação em vigor, encontrando-se subordinada ao princípio constitucional da inviolabilidade da liberdade de consciência, religião e culto. Complementarmente, dispunha o artigo terceiro que nas escolas públicas dos ensinos básico e secundário podiam ser ministradas aulas de Educação Moral e Religiosa de cada uma das confissões religiosas com implantação em Portugal.

A que foi então denominada Lei da Liberdade Religiosa, que veio revogar e substituir a anterior Lei de Bases da Liberdade Religiosa de 1971, entrou em vigor pela Lei nº 16/2001 de 22 de Junho (DR I Série-A nº 143 de 22.06.2001), tendo sido o seu principal legislador o juiz-conselheiro Sousa e Brito.

Ao longo dos seus sessenta e nove artigos agrupados em oito capítulos, a Lei da Liberdade Religiosa estabelece os princípios, os direitos individuais e colectivos, o estatuto das Igrejas e comunidades religiosas e da Comissão da Liberdade Religiosa, acordos entre pessoas colectivas religiosas e o Estado, ressalvas de aplicação da Lei à Igreja Católica e, por último, disposições complementares e transitórias.

O fundamental são os princípios, descritos nos sete artigos iniciais que constituem o primeiro capítulo. São eles o princípio da liberdade de consciência, de religião e de culto, o da igualdade entre os cidadãos incluindo a não discriminação por parte do Estado de nenhuma igreja ou comunidade religiosa relativamente às outras, o princípio da separação das igrejas do Estado, o da não confessionalidade do Estado, o da cooperação do Estado com as igrejas e comunidades religiosas radicadas em Portugal, a subordinação da

liberdade de consciência, de religião e de culto aos direitos ou interesses constitucionalmente protegidos e, por fim, o da tolerância que implica o respeito pela liberdade de cada uma das pessoas envolvidas em conflitos de índole religiosa.

O Capítulo VI (arts. 52º a 57º) prevê a criação da Comissão da Liberdade Religiosa com funções de estudo, informação, parecer e proposta em todas as matérias relacionadas com a aplicação da Lei de Liberdade Religiosa, com o desenvolvimento, melhoria e eventual revisão da mesma lei e, em geral, com o Direito das Religiões em Portugal. A Comissão tem igualmente funções de investigação científica das igrejas, comunidades e movimentos religiosos em Portugal e é um órgão consultivo do Governo e da Assembleia da República.

A Comissão, cuja regulamentação consta do Decreto-Lei nº 308/2003 de 10 de Dezembro, é composta por onze membros, com um mandato trienal, renovável, tendo sido designado seu primeiro Presidente o Conselheiro José Menéres Pimentel, substituído em 2007 pelo Dr. Mário Soares, cujo mandato foi renovado.

A comissão permanente da Comissão da Liberdade Religiosa tem representantes da Comunidade Israelita de Lisboa (representada pela Dra. Esther Mucznik), da Comunidade Islâmica e das Igrejas Católica e Evangélica.

Por último, uma referência ao Decreto-Lei nº 134/2003 de 28 de Junho que regulamentou o Registo de Pessoas Colectivas Religiosas, diploma que, tal como o decreto-lei que regulamentou a Comissão da Liberdade Religiosa, a sua publicação já se encontrava prevista na Lei da Liberdade Religiosa. Manteve este diploma a personalidade jurídica das centenas de associações religiosas existentes no país que até então se encontravam sujeitas a um regime transitório de registo nos governos civis e na Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, devendo estas associações unicamente requerer a conversão do seu registo no Registo Nacional de Pessoas Colectivas.

Mas sem dúvida que, após a entrada em vigor da Constituição de 1976, o diploma que mais atenção desperta, para além do Código Penal de 1982, é a citada Lei da Liberdade Religiosa.

Convenções internacionais ratificadas por Portugal

Adoptada e proclamada pela Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas em 10 de Dezembro de 1948 (Resolução 217-A III), a Declaração Universal dos Direitos do Homem teve por escopo a construção de um mundo com alicerces ideologicamente diferentes, a consolidação da paz entre as nações, da democracia e dos direitos humanos, e a obstaculização da possibilidade de oclusão de novas guerras. Prescrevendo o nº 2 do artigo 16º da Constituição Portuguesa de 1976 que os preceitos constitucionais e legais relativos aos direitos fundamentais devem ser interpretados e integrados de harmonia com a Declaração Universal dos Direitos do Homem, foi esta publicada no Diário da República, I Série A, nº 57/78 de 9 de Março de 1978, mediante aviso do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Considerando, no seu preâmbulo, como valores supremos a salvaguardar, a dignidade inerente a todas as pessoas, a paz, a liberdade de falar e de crer, a protecção dos direitos do homem, o encorajamento e desenvolvimento de relações amistosas entre as nações, a igualdade e o progresso social, o artigo 2º consagra a possibilidade de todos os seres humanos poderem invocar os direitos e as liberdades proclamadas na presente Declaração, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de *religião*, de opinião política, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação. Pelo artigo 18º, toda a pessoa tem direito à liberdade de pensamento, de consciência e de *religião*, implicando este direito a liberdade de mudar de *religião* ou de convicção, assim como a liberdade de, por qualquer meio ou modo, manifestar a sua *religião* ou convicção. Os artigos 19º e 20º prescrevem o direito à liberdade de opinião, de expressão, de reunião e de associação pacíficas.

A Convenção Europeia dos Direitos do Homem foi adoptada em Roma em 3 de Setembro de 1953, teve várias alterações, foi assinada por Portugal em 22 de Setembro de 1976, aprovada para ratificação pela Lei nº 65/78 e publicada no Diário da República I Série, nº 236/78, ambos de 13 de Outubro, tendo entrado em vigor em 9 de Novembro de 1978.

Constituída por um total de sessenta e seis artigos, começa por definir os seus objectivos: assegurar a garantia colectiva de certo número de direitos enunciados na Declaração Universal dos Direitos do Homem, sendo estes a protecção e o

desenvolvimento dos direitos do homem e as liberdades fundamentais, as quais constituem as verdadeiras bases da justiça e da paz no mundo.

Especificamente dirigidos à temática religiosa, realçamos duas disposições: os artigos 9º e 10º; determinando o primeiro, na sua essência, a liberdade de pensamento, de consciência e de *religião*, e o segundo a liberdade de expressão, corroboram as anteriormente mencionadas disposições dos artigos 18º e 19º da Declaração.

A Declaração sobre a Eliminação de todas as Formas de Intolerância e Discriminação Fundadas na Religião ou nas Convicções foi proclamada pela Assembleia-Geral das Nações Unidas na sua Resolução nº 36/55 de 25 de Novembro de 1981. Comporta um total de oito artigos sendo o seu tema dominante, expresso no artigo 1 e confirmando princípios enformadores da Declaração e da Convenção atrás analisadas, a atribuição a “toda pessoa” do direito de liberdade de pensamento, de consciência e de *religião*.

CAPÍTULO 5

AS SINAGOGAS

Todas as religiões dispõem de lugares destinados aos respectivos cultos.

O culto religioso poderá ser praticado em qualquer local, mas quando é praticado num edifício construído especificamente para este fim, toma a designação de templo (do latim *templum*, “local sagrado”). O termo templo também pode ser utilizado em sentido figurado como acontece no Cristianismo: “o corpo é o templo do Espírito Santo” (I, Coríntios, 6, 19).

Os templos do Cristianismo são as igrejas, mas também as abadias, basílicas, catedrais, conventos, mosteiros, presbitérios e santuários; do Islamismo são as mesquitas, do Budismo os pagodes, das Testemunhas de Jeová o salão do reino, nas outras religiões são variadíssimos os santuários. Os templos do Judaísmo são as sinagogas.

Sinagoga (mas também esnoga, exnoga, synoga, sinoga ou senoga) (do grego συναγωγή, composto de σύν “com, junto” e ἄγω “conduta, educação”) que em hebraico toma a designação de תּוֹכַח חַיִּים, transliterado para *bet-haknesset* e traduzido para “casa de reunião”, também pode ser chamada תּוֹכַח חַיִּים, *beit tefila* “casa de oração”.⁶⁴

“Nas grandes civilizações - da Mesopotâmia e do Egipto à China e à Índia - o templo recebeu uma nova e importante valorização: ele não é somente uma *imago mundi*, é igualmente interpretado como a reprodução terrestre de um modelo transcendente. O judaísmo herdou esta concepção paleoriental do Templo considerado como a cópia de um arquétipo celeste.”⁶⁵

Disse Deus a Moisés: “E me farão um santuário e habitarei no meio dele. Conforme a tudo o que eu te mostrar para modelo do tabernáculo, e para modelo de todos os seus vasos, assim como o fareis” e “Construireis o tabernáculo com todos os utensílios, exactamente segundo o modelo que vou mostrar-te”⁶⁶. “Vê e fabrica todos estes objectos consoante o modelo que te hei mostrado na montanha”.⁶⁷

⁶⁴ <http://pt.wikipedia.org/wiki/Sinagoga> (15.01.2012).

⁶⁵ Eliade, Mircea – *O Sagrado e o Profano*. Lisboa: Livros do Brasil, 2002, p. 71.

⁶⁶ Êxodo, XXV, 8-9.

⁶⁷ *ibidem*, XXV, 40.

“Para o povo de Israel, os modelos do tabernáculo, de todos os utensílios sagrados e do templo criou-os Jeová desde a eternidade, e foi Jeová que os revelou aos seus eleitos, para que fossem reproduzidos sobre a terra”.⁶⁸

A origem das sinagogas é obscura, ainda que pareça que tivesse surgido durante o cativeiro da Babilónia. Privados do Templo, os judeus necessitaram dum local para a prática do seu culto, de reunião, de centro da respectiva comunidade.

Principalmente após a destruição do segundo Templo, no ano 70 a.E.C., a sinagoga desempenhou um papel crucial na sobrevivência do povo judeu. Como local de culto religioso mas também de reunião, tornou-se, na diáspora, o centro das comunidades judaicas.

Inicialmente, o termo sinagoga referia-se não só ao local de reunião da comunidade judaica como também à própria comunidade.

A sinagoga mais antiga que se conhece localizou-se no Egipto e data do século III a.E.C.

O conceito de sinagoga, que, diversamente do que na antiguidade se entendia por templo ou santuário, pois passou a estar acessível a todos os crentes e não exclusivamente aos sacerdotes, assenta em dois princípios fundamentais: a orientação de leste para oeste, procurando ficar voltada para a cidade de Jerusalém, tendo por referência ideológica e simbólica o antigo Templo – o Oriente simbólico – e locais separados, no seu interior, para homens e mulheres.

O edifício tem a forma rectangular ou octogonal e segue o estilo dominante em cada país e em cada época. Nunca existiu um estilo arquitectónico próprio das sinagogas; a sua construção obedeceu sempre a estilos arquitectónicos, materiais e decorações os mais variados, os quais, com a diáspora, adoptavam os estilos dos locais e épocas da respectiva construção, um pouco por todo o mundo. Tradicionalmente, no que respeita a luxo, as sinagogas nunca podiam exceder o de uma igreja.

Por princípio orientados em direcção a Jerusalém, estes templos acabaram, no entanto, em termos estruturais, por obedecerem a uma certa uniformização, sendo usualmente de planta rectangular com três naves de entradas independentes.

As sinagogas são imóveis com outras utilizações para além do estrito culto religioso. Inseridas numa determinada comunidade judaica, são também utilizadas como centros sociais e de reunião, como câmaras de vereação, escolas, tribunais, locais de estudo

⁶⁸ Eliade, Mircea – *O Sagrado e o Profano*, p. 72.

e encontros comunais. Regra geral, a estrutura de uma sinagoga compõe-se de duas partes distintas: uma para a oração oficial, sobretudo ao sábado, e outra para o estudo.

Integram ainda o espaço da sinagoga, o *Mikweh*, tanque alimentado por uma nascente e destinado às diferentes purificações rituais, o centro de educação dos adultos, situado no *Beth-Hamidrah*, onde se estudam e interpretam os textos teológicos, e uma escola elementar para as crianças.

As sinagogas destinavam-se, por princípio, a judeus de proveniências determinadas, não sendo normais as misturas, e eram governadas pelo “conselho sinagoga”, constituído, regra geral, por três dirigentes, magistrados próprios, presididos pelo Arrabi-mor, o qual se encontrava directamente subordinado ao Rei, como que de um ministro para os negócios hebraicos se tratasse. Regulavam-se pelo seu direito nacional.

O culto era dirigido pelo presidente que escolhia, dentre os presentes, quem faria as intervenções e as leituras. Iniciavam-se normalmente com orações, seguindo-se a leitura de textos da *Torah* e de escritos dos profetas, a intervenção dos presentes e encerravam-se com a bênção.

A sinagoga é um templo totalmente desprovido de imagens religiosas ou de peças de altar e tem como centralidade a Arca (*Aron ha-Kodesh*) em cujas portas estão inscritos os dez mandamentos.

A Arca contém os pergaminhos sagrados, ou sagradas escrituras, a *Torah* (também chamada a Lei, a Lei oral ou a Lei de Moisés), que constituem o conjunto dos cinco primeiros livros do Antigo Testamento, o Pentateuco, base de toda a tradição religiosa e social caracterizadora do povo judaico na sua essência. A *Torah*, a *Misnah* (“doutrina” que inclui, na forma escrita, toda a tradição religiosa oral, transmitida paralelamente à tradição escrita na *Torah* e tal como esta atribuída a Moisés, igualmente chamada a *Torah* Oral) e o *Talmude* (alicerce de todas as leis e rituais judaicos) constituem a estrutura do Judaísmo.⁶⁹

Os rolos com os pergaminhos sagrados, depois de retirados, são transportados até ao púlpito (*Bimah*) para serem lidos pelo rabi durante as orações.

As celebrações litúrgicas são ao sábado com as pessoas sentadas; os judeus nem se ajoelham como os cristãos nem se prosternam como os islâmicos. Na sinagoga, os homens e as mulheres sentam-se em lugares separados: os homens em baixo, no piso inferior, as mulheres no piso superior. As cadeiras das mulheres são estofadas, as dos homens não.

⁶⁹ Azevedo, Carlos Moreira (dir.) – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, p. 33.

Enquanto permanecem na sinagoga, os homens devem colocar na cabeça o *kipah* (em hebraico כִּפּוּת, *kipah*, "cúpula", "abóbada" ou "arco") que pretende simbolizar a humildade perante o Criador e a submissão à sua vontade. Só os homens são obrigados ao uso do *kipah* porque, contrariamente às mulheres, que não têm papel activo, são considerados impuros por Deus.

Para além do uso obrigatório dentro da sinagoga, este pequeno chapéu de forma circular é também frequentemente utilizado durante o dia, podendo ser substituído por um chapéu preto ou por um gorro debruado a pele, numa demonstração da necessidade de se temer a Deus em todos os momentos da vida. Para além de símbolo tanto da religião como de temor a Deus, o *Kipah* é igualmente usado como símbolo de contenção do orgulho pessoal.

Os homens são também obrigados a usar o manto da oração (*Talleth*) com 613 franjas.

O dia mais sagrado do judaísmo é o sábado (*Shabat*), o sétimo dia, o dia em que Deus descansou após o acto da criação. É o dia de descanso obrigatório para todos os judeus, com excepção dos que exercem actividades das quais poderá depender a vida de outras pessoas: médicos, enfermeiras, bombeiros, etc.

O *Shabat* encontra-se simbolizado no *Menorah* (do hebraico הַמְנוּחָה - *menorah* - "lâmpada, candelabro"), o candelabro com sete braços (diferente do *Hanukkah*, um candelabro adaptado com nove braços), todos com a mesma altura, representando os seis braços curvos, os seis dias que Deus utilizou no acto da criação, e o do meio, o sétimo dia para descansar.



Figura 1 - Kipah



Figura 2 - Menorah

No Cristianismo, o dia de descanso é ao Domingo porque assim foi decidido no Concílio de Niceia em 325.

No judaísmo não há confissão, os judeus pedem perdão directamente a Deus; calendarizam anualmente um dia exclusivamente destinado à expiação, com um período de jejum absoluto e ininterrupto de 25 horas: é o *Hiom Kipur*.

A principal oração é a *Shemah Israel*.

As datas das festas religiosas judaicas são móveis por seguirem um calendário lunisolar (o ano em curso é o 5772), constando deste três festas religiosas principais: a *Pessach*, a Páscoa Judaica, em que se comemora a libertação da escravidão do povo judeu no Egipto, em 1300 a.C., o *Shavuot* em que se comemora a entrega, por Deus, das tábuas da lei a Moisés no Monte Sinai e o *Sucot*, festa das Cabanas ou dos Tabernáculos, evocativa da protecção divina durante os quarenta anos que o povo judeu divagou pelo deserto, dormindo em cabanas ou tendas, após a saída do Egipto.

Os tabernáculos têm normalmente uma cortina bordada (*parokhet*) e, na sua proximidade, uma lamparina contendo a “chama eterna” (*ner tamid*).

Sendo proibida qualquer representação da figura humana, são vários os objectos e elementos simbólicos de culto que poderemos encontrar numa sinagoga: para além da Arca (*Aron*) onde se guarda o rolo da lei (*Meguillah*) ou livro (*Séfer*) da Bíblia quase sempre envolvido por uma coberta (*Me'il*) e sobressaindo a coroa da lei (*Atarah / Kéter Torah*), existe o candelabro de sete (*Menorah*) ou nove braços (*Hanukkiyah*), a estrela de seis pontas (*Maguen David*), a lamparina (*Ner Tamid*), símbolo da luz divina, a taça do vinho (*Kos Qadoch*), o cutelo da circuncisão (*Sakkin HaMilah*) e cadeira, estrado ou púlpito (*ambão - Tevah*)) ocupado pelo Rabi que preside à celebração.

Não há sacerdotes no culto sinagoga hebraico mas um conjunto de ministros incumbidos do cumprimento de todo o ritual e da ordem. As leituras da *Torah* e dos textos dos profetas (*Haftarah*) são feitas por um leitor (*Hazzan*).

A assembleia sagrada somente pode ser celebrada com a presença de, pelo menos (*Miniyam*), dez homens ou rapazes de mais de treze anos de idade que tenham já cumprido o *Bar-Mitzvah*. O jovem judeu atinge a chamada maioridade religiosa judaica aos treze anos. Para assinalar esta efeméride é celebrado o *Bar-Mitzvah*, colocando o jovem, pela primeira vez, os *Tefilin* e sendo chamado para ler passagens da *Torah*.

As Sinagogas Portuguesas

Há vinte e quatro séculos que se crê que haja judeus na Península Ibérica, concentrados em espaços físicos previamente delimitados. Estes espaços, autorizados expressamente pelo rei e pelo bispo da diocese, as judiarias ou *aljamas*, às quais era atribuída uma autonomia própria e constituindo perfeitas *comunas* medievais, continham, pelo menos, uma sinagoga.

Todavia, crê-se terem sido de reduzido número as judiarias que usufruíam de um edifício construído especificamente para funcionar como sinagoga, não obstante estas serem a mais importante instituição dentro da judiaria. Na maioria das judiarias, as sinagogas funcionavam em casas particulares.

A primeira sinagoga portuguesa situou-se em Santarém, já existente aquando da conquista desta cidade aos mouros por D. Afonso Henriques (1143-1185).

Até ao século XV existiram várias sinagogas espalhadas por todo o país.

Actualmente, os judeus residentes em Portugal continental, num total aproximado de 1.500, agrupados em várias comunidades, sendo as mais importantes Lisboa e Belmonte, dispõem de cinco sinagogas: Lisboa, Porto, Belmonte, Tomar e Castelo de Vide, funcionando a de Tomar só como museu e a de Castelo de Vide para visitas turísticas.

Estima-se em 5% a percentagem de judeus não crentes e somente cerca de 10% frequenta regularmente a sinagoga. Todavia, todos vão à sinagoga pelo menos uma vez por ano para celebrarem o *Yom Kipur*.

No final do século XV os judeus representavam aproximadamente 15% da população portuguesa, uma percentagem, que, na época, não tinha paralelo em qualquer outro país. Encontravam-se dispersos por cerca de 140 judiarias distribuídas pelas principais povoações, incluindo os Açores e a Madeira, com especial destaque, pela sua importância, para Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Faro, Lisboa e Porto.

Lisboa era onde residia a comunidade judaica mais numerosa, tendo a primeira sinagoga sido aberta em 1260 e a primeira grande sinagoga, a Sinagoga da Judiaria Velha, mandada edificar em 1307 pelo Rabi-Mor de D. Dinis, D. Judas.

Nesta altura já existia a Sinagoga (“Casa de Reunião”) de Évora.

Fora das sinagogas, as famílias judaicas sempre utilizaram também as suas casas de habitação, sobretudo à volta da mesa das refeições, para a prática de algumas actividades

religiosas e sociais e a perpetuação de certas tradições importantes. Tradicionalmente, cumpre-se uma separação das actividades a desenvolver no seio familiar: às mulheres é atribuída a gestão dos assuntos domésticos; os homens estão incumbidos do culto religioso.

São conhecidas poucas sinagogas que tenham sido edificadas de raiz para o efeito: uma sinagoga grande em Lisboa (da qual se conhece somente a descrição feita por Jerónimo Münzer, viajante alemão que visitou a corte de D. João II), constituída por três naves, no Porto a sinagoga de Monchique, duas em Évora, uma grande e uma pequena, e a pequena sinagoga de Tomar, de planta quadrangular e três naves, a mais antiga e a única que sobreviveu.

Provavelmente várias outras terão funcionado em todo o país, certamente em casas particulares, não tendo, factores de vária ordem (em Lisboa, principalmente o terramoto de 1755), permitido que perdurassem pelo menos meros vestígios.

Porto

Durante a Idade Média, a comunidade judaica portuense era numerosa e importante, possuindo várias judiarias. A primeira sinagoga situar-se-ia na Rua das Aldas, próximo da Sé.

Posteriormente foi aberta, provavelmente durante o reinado de D. Dinis, a sinagoga de Monchique, situada na judiaria do mesmo nome, em Miragaia, a mais importante do velho Porto e seus subúrbios. Mais tarde foi aberta a sinagoga Nova do Olival, na judiaria do Olival, reservada pela Câmara Municipal do Porto por ordem de D. João I em 1386.

Em 1927 sediava-se na Rua do Poço das Patas, nº 37-2º, a nova sinagoga provisória portuense Mekhor Haim (“Fonte de Vida”).

Com o entusiástico impulso do Capitão Barros Basto com a sua “Obra do Resgate”, foi lançada em 30 de Junho de 1929, na Rua Guerra Junqueiro, a primeira pedra da futura sinagoga de raiz, Mekor Haim, cuja construção esteve parada durante largos anos por razões de ordem financeira, vindo a ser concluída apenas em 1938 graças a uma avultada doação da família Kadoorie, oriunda de Xangai. Por esta razão, a sinagoga é também conhecida por Kadoorie Mekor Haim. O terreno foi adquirido pelo Barão Edmond de Rothschild. A “catedral judaica do norte de Portugal”, conforme a apelidou Barros Basto, foi inaugurada somente em 16 de Janeiro de 1938, é a maior sinagoga da Península Ibérica e é a sede da Comunidade Israelita do Porto.



Figura 3 - Sinagoga Mekor Haim



Figura 4 - Interior da Sinagoga Mekor Haim

Arquitectonicamente é um edifício de grande imponência, de planta rectangular com três naves, sendo o interior de grande beleza; tem três andares, cave e jardim e os seus arquitectos foram Augusto dos Santos Malta e Artur de Almeida Júnior. Inclui, para além das salas reservadas ao culto, biblioteca, salas de aula, tipografia, casa do rabino, pátio interior para a celebração do *Sucot* e um *mikveh* (balneário ritual).

Belmonte

Anteriormente à expulsão dos judeus de Espanha, já existia em Belmonte uma comunidade judaica organizada, datando de 1297 a primeira sinagoga conhecida, da qual hoje resta uma simples inscrição.

A judiaria de Belmonte é, em território nacional, a historicamente mais importante, contando presentemente com uma comunidade composta por cerca de trezentos indivíduos de ascendência judaica.



Figura 5 - Sinagoga de Belmonte

Subsidiada por fundos internacionais, incluindo uma avultada doação de um cidadão francês, a actual sinagoga foi inaugurada em 1997. Templo de pequenas dimensões mas sumptuoso, faz parte, juntamente com as de Lisboa e Porto, das únicas três sinagogas presentemente em funcionamento pleno em território português.

Tomar

Foi provavelmente no início do século XIV que teve origem a comunidade judaica de Tomar, substancialmente aumentada com a chegada dos judeus espanhóis expulsos de Espanha em 1492. Calcula-se que em meados do século XV a população judaica totalizava entre 150 e 200 indivíduos, tendo chegado a atingir a percentagem de 30 a 40% do total dos habitantes da vila.

A significativa importância desta comunidade rapidamente levou à instalação de uma judiaria, situada próxima do centro social e económico da vila, e ao surgimento da tradicional Rua da Judiaria. Neste contexto, foi a sinagoga construída entre 1430 e 1460, por determinação do Infante D. Henrique, pelo que tudo leva a crer, protector da comunidade judaica.

Como consequência da expulsão dos judeus em 1496, e sua conversão forçada ao cristianismo, a judiaria de Tomar e a sua sinagoga foram encerradas, à semelhança, aliás, de todas as outras judiarias e sinagogas espalhadas pelo país.

A partir de 1516, o espaço que fora ocupado pela sinagoga passou a ser utilizado como prisão; entre os finais do século XVI e o início do XVII, depois das necessárias obras, como capela; durante o século XIX, como palheiro; e nos princípios do século XX, como adega e armazém de mercearia.

Em 1923 foi o edifício adquirido pelo Dr. Samuel Schwarz, que reabilitou o antigo templo e financiou as obras de desaterro e limpeza. Em 1939, doou o edifício ao Estado Português, sob a condição de nele ser instalado o museu que ainda hoje funciona (Museu Luso-Hebraico Abraão Zacuto). Constituem o acervo do museu, livros e objectos da tradição e culto judaicos e algumas lápides provenientes de vários locais do país.

A sinagoga de Tomar é o único templo judaico proto-renascença existente em Portugal. Para as celebrações cultuais, dispõe duma sala de planta quadrada, com piso inferior ao do exterior, dividido em três naves de três tramos.

A tipologia pouco ou nada difere da de outras sinagogas sefarditas quatrocentistas. Quatro colunas centrais de esmerada elegância suportam o tecto em abóbada de tijolo.

Detém a particularidade de ser a única sinagoga do século XV, construída de raiz, que ainda se mantém de pé. Data de 1921 a classificação do edifício como monumento nacional.



Figura 6 - Sinagoga de Tomar

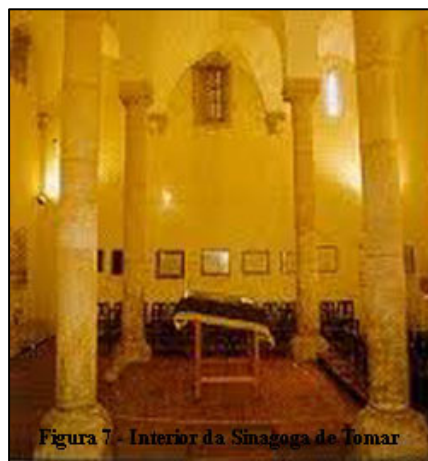


Figura 7 - Interior da Sinagoga de Tomar

Castelo de Vide

Aforou D. Pedro I, no século XIV, ao certamente judeu Mestre Lourenço, seu físico, uma terra em Castelo de Vide onde algum tempo depois se instalou uma comunidade judaica como atestam vários documentos datados do século XV. Foi esta comunidade aumentada com a chegada dos judeus oriundos de Espanha, expulsos pelo Édito de 1492 dos reis católicos, e dos que fugiam da recém-estabelecida Inquisição.

Encontra-se a Judiaria de Castelo de Vide numa encosta virada a nascente junto às ruínas do que foi o castelo, entre os antigos Largo do Mercado e Fonte da Vila. São ainda localizáveis, na judiaria, na confluência da Rua da Judiaria com a Rua da Fonte, os vestígios duma antiga sinagoga, a Sinagoga Medieval, constituída por dois pisos, vislumbrando-se, numa das divisões do piso superior, o que se crê ter sido o tabernáculo.

Do fim da liberdade de culto dos judeus em Portugal, resultaram, no século XVI, profundas alterações do edifício, conforme demonstram indícios arqueológicos recolhidos nas proximidades da sinagoga.

Ao longo dos séculos foi este imóvel sujeito a diversas utilizações, adaptações e modificações.

A actual sinagoga, de nome Beit-ha-Midrasch-Sefardin, situada na Rua da Judiaria / Rua da Fonte e orientada como impõe a tradição, de leste para oeste, é composta por dois pisos tendo instalado o tabernáculo no compartimento destinado ao culto, no seu interior. O tabernáculo só foi redescoberto na década de setenta do século passado aquando de obras de restauro.

Tendo sofrido, no século XVIII, obras de adaptação para residência, foi a sinagoga reconstruída em 1972, respeitando a traça primitiva, e foi sujeita a obras de recuperação em Abril de 2009.



Figura 8 - Sinagoga de Castelo de Vide

Angra do Heroísmo

A partir da revolução de 1820, com a instalação em Portugal dos ideais liberais conducentes à abolição da Inquisição em 1821 e consagrados na Constituição de 1822, foram vários os grupos de judeus, com provável ascendência portuguesa, que, oriundos na sua maioria do norte de África, principalmente de Gibraltar e Marrocos, rumaram a Portugal, com o intuito de por cá se instalarem, muitos deles em terras açorianas.

Das muitas daquelas famílias que se fixaram no arquipélago, ficaram para a história os Abohbot, os Benarus, os Levy, os Zagory, os Bensabat e, ainda hoje com grande enraizamento em diversos sectores da economia, a família Bensaúde que iniciou a sua actividade comercial nos Açores em 1820, tendo fundado a antiga casa “Bensaúde & C^a.” e, em 1875, juntamente com outros fundadores, o “Banco de Lisboa & Açores”.

Edificaram as suas comunidades, contendo cada uma uma sinagoga.

Existiu igualmente no centro histórico de Angra do Heroísmo, ilha Terceira, uma sinagoga a que deram o nome de Ets Haim (“Árvore da Vida”). Situava-se este templo na residência do comerciante judeu Mimom ben Abraham Abohbot, que o fundou na segunda metade do século XIX.

Ponta Delgada

Na Ilha de São Miguel, em Ponta Delgada, num imóvel com fachada virada para a rua do Brum nº 16, adquirido por um grupo de judeus, funcionou uma sinagoga de nome Sahar Hassamain (“Força dos Céus”), fundada em 1836 por Abraão Bensaúde.

Não só é a mais antiga sinagoga construída em solo português após a expulsão dos judeus do país e uma das mais antigas de Portugal, como é a única sobrevivente das cinco outrora existentes em Ponta Delgada.

O imóvel pertence actualmente à Comunidade Israelita de Lisboa e a sinagoga, encerrada há mais de cinquenta anos, abre temporariamente aos sábados, desde 2009, para visitas guiadas, no contexto das comemorações dos 190 anos da chegada dos primeiros judeus. Pelo facto de não ficar entre muros mas sim dentro de um edifício de arquitectura doméstica, este templo hebraico tem características únicas em Portugal.

Além destas, o arquipélago açoriano chegou a dispor de outras sinagogas nas ilhas Terceira e do Faial.

Lisboa

São várias as sinagogas que se sabe que existiram em Lisboa, as primeiras abertas pelas comunidades judaicas que se instalaram no início da nacionalidade.

A primeira sinagoga fundada em Lisboa, foi no reinado de D. Sancho I (1185-1211) e uma lápide datada de 1308 visível no museu da antiga sinagoga de Tomar, assinala a fundação da segunda sinagoga de Lisboa.

Segundo o eminente olisipógrafo Eng. Augusto Vieira da Silva (1869-1951), existiram quatro judiarias em Lisboa, cada uma com a sua sinagoga, identificadas como segue, por ordem de antiguidade.⁷⁰

1. A primitiva e mais antiga judiaria de Lisboa, do Bairro da Pedreira, próxima do Convento do Carmo, onde foi construída uma sinagoga em 1260, de efémera existência pois foi extinta em 1317 por ordem de D. Dinis.

2. A Judiaria Velha, ou Judiaria Grande, no Bairro de Santa Madalena, entre as Igrejas de S. Nicolau, Madalena e S. Julião. Nela encontrava-se instalada desde 1307 a Sinagoga Grande, na Rua da Princesa (actual Rua dos Fanqueiros). Após o édito de expulsão de 1496 e à semelhança de todas as sinagogas existentes no país, passou para a posse do rei tendo sido transformada na Igreja de Nossa Senhora da Conceição, depois Conceição Velha. Foi esta sinagoga totalmente destruída pelo terramoto de 1755, tendo sido encontrada unicamente uma lápide que nela existia, que actualmente se encontra no museu da sinagoga de Tomar.

3. A Judiaria Nova, também chamada Judiaria Pequena, das Tercenas ou Judiaria Pequena da Moeda (por ficar próxima do antigo edifício da Moeda), instalada entre 1317 e 1319 nas proximidades da actual Rua de S. Julião, onde hoje se localiza o Banco de Portugal, que continha uma sinagoga, provavelmente no local onde presentemente se encontra a Igreja da Rua de S. Julião, igualmente transformada em Igreja no reinado de D. Manuel.

4. E a judiaria de Alfama, ou Judiaria Pequena da Torre de S. Pedro, possuindo uma sinagoga edificada entre 1373 e 1374, situada no nº 8 do Beco das Barrelas, em frente dos ainda existentes Largo de S. Rafael e Rua da Judiaria.



⁷⁰ Schwarz, Samuel - *A Sinagoga de Alfama: in Memorian do eminente olisipógrafo engenheiro Augusto Viera da Silva*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1953, p. 11 sgts.

Foi possível identificar a existência, em Lisboa, nos princípios do século XIX, de vários locais de culto judaicos, todos eles instalados em pequenas casas arrendadas, com condições muito deficientes.

Em 1810 existiram três pequenos centros de oração localizados em casas particulares, sem as condições adequadas ao culto. Uma destas casas seria no Largo do Corpo Santo, nº 7-B, residência de Simão (Shemaya) Cohen, vindo de Gibraltar.

Em 1813 foi criada pelo Reverendo Abraham Dabella (ou Da Bella ou Abram de Abel) a primeira sinagoga pública “oficial”, a do Beco da Linheira, chamada Shaar Hashamaim (“Portas do Céu”), nome este alterado mais tarde para Ets Haim (Árvore da Vida”). O Beco da Linheira situava-se na freguesia da Sé, na parte sul, junto ao Beco dos Armazéns do Linho tendo sido a sinagoga demolida aquando da expansão da Alfândega de Lisboa, no início do século XX.

Em 1816 o Reverendo Dabella foi alvo de uma denúncia de vizinhos à Inquisição por o terem visto na sua casa, na Rua do Ouro nº 194, 4º (ou 5º?) praticando rituais religiosos com a presença de algumas dezenas de fiéis. Não tendo o Inquisidor tomado qualquer procedimento, é este facto sintomático da tolerância religiosa que já se encontrava instalada.

Com o falecimento do Reverendo Dabella em 1853, a propriedade desta sinagoga transitou para uma congregação que mais tarde daria origem à actual Comunidade Israelita de Lisboa. Leão Amzalak, Levy Bensabat e Abraham Cohen, dentre outros, formaram o núcleo fundador desta comunidade.

Entre 1822 e 1826 Salomão Mór José fundou a sinagoga da Travessa da Palha, hoje Rua dos Correeiros, posteriormente transferida, após a sua morte, primeiro para a Rua do Ferregial de Baixo e depois para o Beco dos Apóstolos. Acabou por ser dissolvida e unida à do Beco da Linheira, ficando a ser a única sinagoga conhecida em Lisboa até 1860. Foi esta, no entanto, de pouca duração, pois foi nesta data encerrada para ser substituída por uma outra, na Rua dos Apóstolos nº 6 - 2º, quase em frente à que anteriormente existira nesta mesma rua. Era nesta zona, que compreendia a Rua das Flores, Pátio Pimenta, Rua da Emenda, etc., que residiam muitas das famílias mais abastadas.

Tomou esta última sinagoga o nome de Ets Haim 2 (“Árvore da Vida”), também designada “Esnoga Grande” por ser a de maiores dimensões, e era frequentada pela maioria dos judeus de Lisboa. O seu primeiro oficiante foi o Reverendo Jacob Toledano, de Tânger. Era este templo o centro de culto da grande maioria dos judeus da capital e encerrou as suas portas com a inauguração da sinagoga Shaaré Tikvá.

Judah Dray, coadjuvado por um grupo de membros da congregação, abriu em 1880 a sinagoga Dray no Largo do Corpo Santo que foi encerrada quando aquele faleceu.

Durante a Segunda Guerra Mundial, um grupo de judeus provenientes da Europa Central (praticando o rito asquenazita) abriu um templo na Avenida Elias Garcia, nº 110 - 1º, de nome Ohel Yaacov (“As Tendas de Jacob”).

Devido à grande afluência de judeus durante o período da Segunda Guerra Mundial, refugiados principalmente do centro da Europa, chegaram a funcionar em Lisboa cinco salas de culto religioso: as três sinagogas, Shaaré Tikvá, Ets Haim e Ohel Yaacov, e duas salas arrendadas, uma na Casa dos Açores e outra nos Bombeiros Voluntários.

A Sinagoga Shaaré Tikvá

Sob o incitamento de Abraham Anahory, foi iniciado em 1880 um movimento para a união dos judeus de Lisboa e a constituição de uma “Colónia Israelita de Lisboa”. Este movimento, protagonizado por Simão Anahory, culminou com a realização, em 14 de Março de 1897, da que ficou conhecida “Sessão inaugural do Comité Israelita de Lisboa”.

Nesta sessão inaugural foi eleito o 1º Comité da Comunidade Israelita de Lisboa cujo Presidente Honorário foi Abraham Bensaúde e o Presidente Efectivo Simão Anahory, e criada uma comissão para a edificação de uma sinagoga, comissão esta presidida por Leão Amzalak.

Tornava-se premente a construção de um templo próprio e condigno que satisfizesse as exigências da comunidade.

O Decreto de 18 de Abril de 1901 de Hintze Ribeiro, determinava que nenhuma associação de carácter religioso fosse instituída ou funcionasse no País sem prévia autorização do Governo.

Após prolongados esforços de várias décadas para a obtenção daquela autorização governamental e a angariação dos fundos necessários, acabaram estes por ser obtidos através de subscrições principalmente em Lisboa, Londres e Lourenço Marques, e por ser lavrada, em 23 de Agosto de 1901, a escritura da compra, por um grupo de pessoas singulares (dada a impossibilidade legal de a comunidade a fazer em seu nome) do terreno do nº 59 da Rua Alexandre Herculano, freguesia de S. Mamede, em Lisboa, para a edificação da futura Sinagoga de Lisboa.

Em 31 de Março de 1902, foi celebrada outra escritura notarial, esta de doação do mesmo terreno ao Comité Israelita de Lisboa.

Foi atribuído ao templo o nome de Sinagoga Shaaré Tikvá (“Portas da Esperança”) com a intenção de haver esperança de não mais voltar a haver perseguições por motivos religiosos em Portugal. É vulgarmente também conhecida por “Sinagoga do Rato”, nome do lugar onde ficou instalada.

O seu autor, coadjuvado por Joaquim Bensaúde, historiador e presidente honorário da Comunidade Israelita de Lisboa, foi o arquitecto Miguel Ventura Terra, grande figura do urbanismo lisboeta da viragem dos séculos XIX e XX e insigne arquitecto, que a projectou em 1897. A construção realizou-se sob a direcção de Abílio Pereira de Campos, prestigiado construtor civil.



Figura 10 - Lançamento da primeira pedra da Sinagoga Shaaré Tikvá

Às catorze horas e trinta minutos do dia 25 de Maio de 1902, reuniu a Comunidade Israelita de Lisboa, dando, com a pompa e circunstância que o acto merecia, e depois de cumprido o devido ritual religioso, início à cerimónia da colocação da primeira pedra que acabou por ser colocada às quinze horas por Abraham E. Levy.

Na Pedra Fundamental ficou gravada a seguinte inscrição:

Colónia Israelita de Lisboa

Esta Pedra Fundamental da Sinagoga Portuguesa
SHAARÉ TIKVÁ, foi colocada em 18 de Yiar de 5662
25 de Maio de 1902

por Abraham E. Levy

Sendo Presidente do Comité Leão Amzalak
Presidente da secção de edificação A. Anahory
e thesoureiro da Colónia Salomão de M. Sequerra

Arquitecto Ventura Terra

Foi a Sinagoga de Lisboa a primeira a ser edificada em edifício próprio, desde o édito de expulsão de 1496, e a sua inauguração concretizou-se em 18 de Maio de 1904, com a presença de toda a comunidade israelita de Lisboa e do Rabino de Gibraltar, Moisés Benazim.

É a principal sinagoga da comunidade judaica portuguesa, possuindo o maior número de lugares sentados, podendo acolher, na nave e na galeria, cerca de quinhentas pessoas. Devendo haver locais separados para homens e mulheres se sentarem, as cadeiras destinadas àqueles situam-se no piso térreo, as destas, tradicionalmente as únicas almofadadas, no piso superior.

A sua arquitectura caracteriza-se por um estilo misto, predominando o românico-bisantino, com alguns motivos orientais. Foi concebida sobre um plano rectangular simétrico de dois andares, orientado segundo o eixo Este/Oeste, na direcção de Jerusalém, sendo o vestíbulo sobrelevado por um terceiro.

O aspecto exterior do edifício é imponente e a fachada principal, voltada para poente, conforme é preceito hebraico, é neo-romana e nela rasgam-se dez altas frestas com vitrais.



Figura 11 - Portão exterior de acesso à Sinagoga Shaaré Tikva



Figura 12 - Sinagoga Shaaré Tikva

Ainda na parte exterior do templo, num muro à direita de quem transpõe o portão da rua, estão afixadas lápides em grande número, umas comemorativas de acontecimentos importantes como a alusiva ao centenário, em 2 de Junho de 2002, da colocação da primeira pedra, outras homenageando determinadas entidades sendo a de Aristides de Sousa Mendes uma das que mais se destacam.



A sala é rodeada por uma galeria em forma de U, assente em oito colunas clássicas, erguendo-se no centro do templo a *Teba* (correspondente ao púlpito das igrejas católicas), lugar destinado ao Rabi e donde ele profere as orações e lê os *Sepharin* (Rolos da Lei). Sobre o grande arco do *Ejal* está gravado a ouro, em caracteres hebraicos, este versículo: “Lembra-te perante quem estás”.

As pinturas interiores do templo são da autoria do conhecido pintor português Veloso Salgado.



Por imposição do artigo 6 da Carta Constitucional de 1826, o texto constitucional em vigor à data da construção, que permitia aos estrangeiros a prática dos seus cultos desde que em casas “sem forma alguma exterior de Templo”, a fachada da Sinagoga de Lisboa não é visível do exterior.

Foi classificada em 1977 como imóvel de interesse público.

A actividade sinagoga encontra-se subordinada aos Estatutos e Regulamento Interno, com, respectivamente, 32 e 151 artigos, aprovados no decurso de várias assembleias-gerais realizadas durante o mês de Maio de 1893.

Os principais assuntos regulamentados são a entrada e permanência no templo, o ritual litúrgico, diversos actos celebrados na sinagoga, as festividades e a eventual expulsão de algum membro. Quanto ao ritual que nela se pratica, que é o sefardita-marroquino característico dos judeus da Península Ibérica, dispõe o artigo 27º dos Estatutos:

O Ritual segue exclusiva e invariavelmente em todas as orações pelos livros adoptados na Synagoga portuguesa de Bevis Marks de Londres, excepto o disposto pelo art. 51º e seguintes do regulamento interno para Hakaphot em Simhat Thorá, não podendo em caso algum ser alterado por ninguém qualquer que seja a sua categoria secular ou religiosa.

§ unico – Segundo este Ritual será o Grande livro da Thebá para uso exclusivo do Hazan.

Sendo pequena a comunidade israelita de Lisboa (cerca de 600 indivíduos) e com um número de praticantes reduzido, é escassa a afluência nos dias normais de serviço religioso, verificando-se frequentemente dificuldade em se juntarem espontaneamente os dez homens iniciados (o *minyam*), o *quorum* necessário para a realização do mesmo. Quando tal acontece, recorre-se, por imposição das circunstâncias, a expedientes de última hora, normalmente a via telefónica, para a solicitação do número de presenças em falta. Ultimamente tem-se colmatado esta dificuldade com a organização de escalas de presença que proporcionam a normal realização do *Shabat*.

Só é obtida a sobrelotação da sinagoga em determinadas datas comemorativas de acontecimentos ou efemérides especiais, nomeadamente nos dias do *Yom Kipur*, *Pesah* e *Rosh Hashanah*, para além das ocasiões em que são celebradas outras festividades especiais como um casamento, um *Bar Mitzvah* ou a celebração do aniversário da morte (*Nahalah*) de um parente chegado.

A sinagoga Shaaré Tikvá, sinagoga de Lisboa ou sinagoga do Rato, é o principal centro de culto de toda a comunidade israelita residente no país.

Desde a sua inauguração, a sinagoga tem funcionado ininterruptamente com excepção de dois períodos em que foi sujeita a obras. O primeiro, em 1948, conheceu importantes obras de recuperação, da responsabilidade do arquitecto Carlos Ramos e novamente com o apoio financeiro de Joaquim Bensaúde; o segundo, entre 2002 e 2004, foi sujeita a profundas obras de restauro e ampliação dirigidas pelos arquitectos João Seabra e Ricardo Gordon e técnica e financeiramente apoiadas pelo Estado Português

através da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, da Câmara Municipal de Lisboa e de muitas outras individualidades ligadas à comunidade judaica lisboeta.

Revestiram-se de requintado cerimonial as comemorações do centenário da sinagoga, que se iniciaram em 7 de Setembro de 2004 com a abertura da exposição “Livros e Documentos de Judeus Portugueses nos séculos XIX e XX” no Fórum Telecom. Na sinagoga realizou-se em 9 de Setembro uma cerimónia religiosa presidida pelo Presidente da República de então, Dr. Jorge Sampaio, e pelo Grão-Rabino Sefardita de Israel, Shlomó Moshé Amar, encontrando-se presentes, como convidados de honra, muitas e altas individualidades da vida nacional.

Foram vários os momentos solenes, tendo constituído a abertura da Arca Sagrada o ponto mais alto das celebrações. As cerimónias foram encerradas no dia 12.

CONCLUSÕES

Yahweh é o Deus de Israel e Israel é o povo de *Yahweh*. Partindo deste dogma, judaísmo e judeus são conceitos indissociáveis.

O povo hebreu, sedentário por natureza, mas sujeito, por tradição, ao longo de toda a sua milenar história, a êxodos e diásporas forçados, só excepcionalmente viu ser-lhe reconhecida pelas comunidades autóctones onde pretendia estabelecer-se, a plena igualdade por que tanto ansiava. Onde quer que a sua permanência fosse inicialmente consentida ou simplesmente tolerada, mais tarde ou mais cedo os judeus acabavam por ser perseguidos e expulsos.

Já na contemporaneidade, verificamos as atrocidades infligidas ao povo judeu, após a ascensão de Hitler ao poder em 1933, na Alemanha e países por esta dominados.

E nem mesmo após conseguirem obter um exíguo pedaço de terra para fazerem dele um país - Israel, independente desde 1948 - alcançaram a, desde sempre, tão almejada paz.

Na Península Ibérica, onde se crê que tenham chegado antes mesmo da Era Cristã, e especificamente em Portugal, onde foram encontrados vestígios da sua permanência datados do século II E.C., não tiveram as comunidades judaicas, por parte das populações locais, um tratamento diferente daquele, não obstante a convivência mais ou menos pacífica que, em determinadas períodos, estas lhes permitiam.

A maioria dos monarcas portugueses legislou sobre os judeus impondo-lhes sempre deveres e proibições específicos. Era a concepção de sociedade existente, o grau de religiosidade dos soberanos e a maior ou menor necessidade que estes tinham dos judeus, que moldavam o *modus vivendi* destes no território nacional.

Não podemos descurar o facto de, sendo a Religião Católica, Apostólica, Romana, a única permitida no reino, qualquer outra poderia ser, quanto muito, tolerada.

A primeira compilação legislativa portuguesa são as Ordenações Afonsinas de 1446, onde eram preconizados vários deveres e proibições aos judeus e mouros mas também alguns direitos. Como se restringiu a uma mera compilação ou codificação de leis já existentes, sem leis novas, não teve repercussões assinaláveis nas comunidades judaicas em Portugal. As Ordenações Manuelinas e as Filipinas substituíram em, respectivamente,

1521 e 1603, as Ordenações Afonsinas, não tendo sido estas, contudo, significativamente alteradas relativamente às disposições dirigidas aos judeus.

A legislação que analisámos foi determinante no percurso do judaísmo e dos judeus em Portugal, podendo identificar-se quatro períodos distintos da mesma resultantes: um inicial, desde os primórdios da nacionalidade até 1496, data do Édito de Expulsão, caracterizado por condescendente convivência alternada por períodos de alguma hostilidade por parte não só do monarca como da generalidade da restante população; um segundo, a partir daquele Édito e agravado com o estabelecimento do tribunal inquisitorial quarenta anos depois, de acentuada hostilidade, por vezes de grande agressividade, impelindo os judeus a abandonarem o país ou forçando-os à conversão, e que durou até à publicação da primeira lei do Marquês de Pombal em 1773; um terceiro, a partir da publicação desta legislação Pombalina, que aboliu várias discriminações e facultou a determinadas comunidades judaicas uma abertura conducente à sua vinda para Portugal, até à Constituição de 1911; e um quarto e último, tendo como notas dominantes a igualdade de direitos relativamente à restante população e a liberdade religiosa, a partir daquele texto constitucional até à actualidade.

Só com o advento da República, em 5 de Outubro de 1910, e a aprovação da Constituição de 1911, na qual a laicidade estatal e, no capítulo das liberdades individuais, a plena liberdade religiosa, são temas preponderantes, o judaísmo, em igualdade com os restantes cultos, passa a poder ser livremente exercido.

A partir de agora são legalizadas muitas instituições afectas aos judeus; a CIL - Comunidade Israelita de Lisboa, por certo a mais importante, viu os seus estatutos aprovados em assembleia geral de 4 de Junho de 1911 e legalizados pelo Alvará do Governo Civil de Lisboa de 9 de Maio de 1912.

Os princípios de liberdade religiosa e laicidade estatal ínsitos na Constituição de 1911, permaneceram nos dois textos constitucionais que se lhe seguiram, as Constituições de 1933 e 1976. Todavia, pensamos que fugirá à verdade a afirmação de que, com a entrada em vigor da primeira constituição republicana, as comunidades judaicas, juntamente com as outras comunidades não católicas, passaram a usufruir de um estatuto de plena liberdade religiosa e igualdade comparativamente com a Religião Católica; com efeito, não poderá descurar-se, como justificação desta situação, o facto de, na primeira metade do século passado, cerca de noventa por cento da população portuguesa ser católica e de, por este motivo, ter sido com a Santa Sé que o Estado Português estabeleceu, em 1940, os termos duma concordata.

A nível de Direito Internacional e no âmbito dos direitos e liberdades individuais, tornaram-se fundamentais e de crucial importância três convenções que o Estado Português ratificou após a entrada em vigor da Constituição nascida da revolução de Abril: a Declaração Universal dos Direitos do Homem, a Convenção Europeia dos Direitos do Homem e a Declaração sobre a Eliminação de Todas as Formas de Intolerância e Discriminação Fundadas na Religião ou nas Convicções.

Democracia ("*demo+kratos*", "poder do povo"), conceito político nascido na Atenas Clássica, onde a governação era exercida directamente pelos cidadãos (democracia directa) que se reuniam em assembleia na praça pública (*Ágora*) para discutirem os assuntos mais diversos de interesse colectivo, implica a institucionalização, primeiro, da liberdade de expressão, materializada, esta, no direito de os cidadãos poderem livremente, sem qualquer tipo de censura, manifestar as suas opiniões. Não era, todavia, plena, a democracia que os Atenienses praticavam, mas restrita, porquanto somente o reduzido grupo dos homens livres detinha o direito de interferir na vida política da *Polis* e do mesmo se encontrarem excluídas as mulheres, os escravos, os prisioneiros e os estrangeiros. Só na modernidade, na sequência das alterações decorrentes de uma nova fundamentação do poder político e da organização do estado, começou a praticar-se a democracia plena, com todos os cidadãos a poderem livremente expressar as suas opiniões.

Para além da liberdade de expressão, alicerce fundamental de qualquer democracia, outras liberdades existem no contexto dos direitos individuais e colectivos que deverão encontrar-se legalmente consagrados.

A Declaração Universal dos Direitos do Homem proclama o direito à liberdade de pensamento, de consciência, de religião, de opinião, de expressão e de reunião e de associação pacíficas, direitos estes igualmente atribuídos pela Convenção Europeia dos Direitos do Homem e pela Declaração Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Intolerância e Discriminação Fundadas na Religião ou nas Convicções, cingindo-se, esta, exclusivamente, à liberdade de pensamento, de consciência e de religião.

No direito Português, a Constituição de 1822, longe de estabelecer uma democracia, cujos parâmetros só vieram a surgir com a Constituição de 1911, já protegia a liberdade de imprensa (art. 8º) e os dois textos constitucionais monárquicos seguintes, a liberdade de expressão (arts. 145º da Carta e 13ª da Constituição de 1838). O conjunto de todas as liberdades que enformam uma verdadeira democracia somente ficou constitucionalmente consagrado a partir da primeira constituição republicana.

A liberdade religiosa, como direito fundamental que é, exprime-se na liberdade de escolha de qualquer religião, no direito de crer ou não, de ter fé ou não, de publicamente praticar uma qualquer religião, cumprindo os seus rituais, de poder propagá-la, e ainda de não seguir qualquer religião ou inclusivamente de não ter ou omitir opinião sobre a existência ou não de Deus.

Consequência da evolução civilizacional ao longo dos tempos, com influência determinante dos ideais políticos nascidos no século das luzes (século XVIII) e proclamados na Revolução Francesa, (*Liberté, Egalité, Fraternité*), a liberdade de expressão e todas as outras que lhe são consequentes, designadamente, de pensamento e de religião, foram sendo implementadas nos ordenamentos jurídicos dos países culturalmente mais avançados, não tendo sido Portugal excepção.

No actual ordenamento jurídico Português encontram-se estas liberdades plasmadas basicamente no texto constitucional e na Lei da Liberdade Religiosa de 2001.

Sendo as leis criadas para regular a vida dos homens em sociedade, tentámos demonstrar ao longo deste trabalho, como determinada legislação portuguesa, desde as Ordenações Afonsinas até à contemporaneidade, influenciou a vida dos judeus em Portugal e, consequentemente, a religião que professam, o judaísmo. Por causa de algumas destas leis, a maioria dos judeus que, ao longo dos séculos e por variados motivos, se estabeleceu ou simplesmente por cá passou, acabou por abandonar o território Português numa diáspora em busca de paragens mais acolhedoras; por causa de outras leis, muitos deles acabaram por regressar e integrar a sociedade autóctone que os acolheu em condições igualitárias.

Na opinião do Dr. José Oulman Carp, actual presidente da Comunidade Israelita de Lisboa, Portugal é presentemente o único país europeu sem anti-semitismo. Os poucos judeus actualmente residentes em Portugal, perderam qualquer estigma, detendo, à semelhança das outras comunidades, plena liberdade cultural e encontrando-se perfeitamente integrados na sociedade portuguesa na qual ocupam importantes posições económicas, profissionais e culturais.

ANEXOS

ANEXO I

CRONOLOGIA DE LEGISLAÇÃO PORTUGUESA DE DIREITO DA RELIGIÃO

- 1446 - Ordenações Afonsinas (Livros Segundo e Quinto)
- 1759, 28/06, Alvará e 03/09, Lei (Marquês de Pombal), expulsão dos Jesuítas
- 1773, 25/5 - Lei do Marquês de Pombal, acabou com a distinção entre Cristãos Velhos e Cristãos Novos
- 1774, 15/12 - Lei do Marquês de Pombal, fez cessar os confiscos arbitrários dos bens aos que eram detidos pela Santo Ofício
- 1822, 23/9 - primeira Constituição Portuguesa
- 1823 - Ensaio de Código Criminal
- 1826, 29/4 - Carta Constitucional
- 1832, 30/7 - decreto, abolição dos dízimos
- 1833, 29/7 - decreto, os sacerdotes passaram a ficar sujeitos à justiça comum
- 1833, 5/8 - decreto, destitui das suas funções os eclesiásticos miguelistas
- “ , “ - decreto, declarava vagos todos os cargos eclesiásticos providos no tempo de D. Miguel
- “ , “ - decreto, proibia as admissões às ordens sacras e a entrada nos noviciados e mandava despedir os noviços
- “ , “ - decreto, extinguiu todos os padroados e reservava ao Governo a nomeação para todos os cargos eclesiásticos
- 1834, 28/5 - decreto, (Joaquim António de Aguiar), extinguiu todos os conventos e outras casas religiosas (mosteiros, colégios, hospícios, etc.)
- 1837, 4/1 - Código Penal da Nação Portuguesa
- 1838, 4/4 - Constituição
- 1844, reedição do Código Penal de 1837
- 1845, 28/4 - lei (Costa Cabral) sobre os Seminários
- 1852, 10/12 - Código Penal

- 1861, 4/4 - carta de lei, determinava a expropriação e a conversão dos bens das ordens religiosas femininas em títulos de dívida pública
- 1862, 2/1 - decreto, regularizava o acesso da classe paroquial aos benefícios eclesiásticos
- 1862, 15/7 - duas portarias, previam a repressão dos clérigos que “ousassem querer transformar em tribuna política e pelourinho de difamação a cadeira do Evangelho, e transportar para dentro dos templos o tumultuar apaixonado das turbas no meio da praça pública”
- 1862/1867 - revisão do Código Civil
- 1866, 22/6 - carta de lei, publicada pelo Governo Regenerador de Fontes Pereira de Melo, Martens Ferrão e Barjona de Freitas, ampliava as determinações do decreto de 1861, ao estender a desamortização aos bens das irmandades, confrarias, recolhimentos, hospitais, misericórdias e propriedades das câmaras municipais e das juntas de paróquia.
- 1884, 14/06 - reeditado o Código Penal de 1852
- 1886, 16/9 - Código Penal
- 1901, 18/4 - decreto (Hintze Ribeiro) determina que nenhuma associação de carácter religioso se institua ou funcione no País sem prévia autorização do Governo
- 1910, 08/10, Decreto, ordena a expulsão das ordens religiosas ou a passagem dos congreganistas à vida secular
- 1910, 12/10, Decreto, abolição dos dias feriados de cariz religioso
- 1910, 18/10, Decreto, abolição do juramento religioso em tribunal
- 1910, 22/10, Decreto, proibição do ensino da religião católica nas escolas primárias e nas escolas normais primárias
- 1910, 23/10, Decreto, abolição do juramento religioso dos lentes e alunos da Universidade de Coimbra
- 1910, 28/11, as forças do Exército e da Armada deixam de ter intervenção directa ou indirecta nas solenidades religiosas
- 1910, 25/12, aprovação das Leis da Família, definindo, nomeadamente, o casamento como contrato civil
- 1911, 18/02, autonomização do registo civil da esfera confessional, o qual passa a ser obrigatório nos termos do Código do Registo Civil
- 1911, 20/04 - Lei da Separação
- 1911, 21/8 - Constituição

1913, 10/07, Decreto, fim das relações diplomáticas entre Portugal e a Santa Sé

1913, 22/11, abolidas as missões religiosas coloniais

1916, 30/11, Decreto nº 2869, permite que os comandantes das forças militares em operações de guerra facultem assistência religiosa aos militares que assim o desejem

1917, 18/10, Decreto nº 2942, regulamenta a assistência religiosa em campanha

1918, 22/02, Decreto nº 3856 (“ decreto Moura Pinto”), altera a Lei da Separação

1918, 04/06, Decreto nº 4489, altera algumas disposições relativas à assistência religiosa em campanha

1919, 24/12, Decreto, assegura a formação de missionários religiosos

1926, 06/07, Decreto nº 11887, reconhece a personalidade jurídica às igrejas, subtraindo as associações culturais à esfera estatal e confirmando a tutela das respectivas hierarquias religiosas sobre elas

1926, 13/10, Decreto nº 12485, define o Estatuto Orgânico das Missões Católicas Portuguesas de África e Timor, concedendo personalidade jurídica às missões católicas e confirmando o direito a subsídios públicos para formação de pessoal e sustentação das suas acções de missão

1933, 19/3 - Constituição

1935, 23/03 - Lei nº 1885, altera a Constituição

1935, 23/05 - Lei nº 1910, altera a Constituição

1940, 07/05 - Concordata

1940, 25/07, Decreto-lei nº 30615, extingue a Comissão Jurisdicional dos Bens Culturais e reconhece à Igreja Católica a propriedade dos bens que a 1 de Outubro de 1910 lhe pertenciam.

1945, 26/06 - Carta das Nações Unidas

1951, 11/6 - revisão constitucional

1966, 16/12 - Pacto dos Direitos Cíveis e Políticos e Pacto Internacional sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais

1971, 21/8 - lei nº 4/71, Lei de Bases da Liberdade Religiosa (revogada pela Lei nº 16/2001 de 22/6)

1972, 27/6 - decreto-lei nº 216/72, Pedidos de reconhecimento de confissões religiosas

1974, 29/8 - decreto-lei nº 406/74, Liberdade de Reunião e de Manifestação

1975, 15/02 - protocolo para alterar o Artigo XXIV da Concordata relativo ao divórcio

1976, 25/4 - Constituição

1982, 23/9 - Código Penal

1995, 15/03 - revisão e republicação do Código Penal de 1982

1998, 2/11 - decreto-lei nº 329/98, Ensino da disciplina de Educação Moral e Religiosa de
diversas confissões religiosas

2001, 22/06 - Lei nº 16/2001, Lei da Liberdade Religiosa

2003, 28/6 - decreto-lei nº 134/2003, Registo de Pessoas Colectivas Religiosas

2003, 10/12, Dec.-Lei nº 308/2003, cria a Comissão da Liberdade Religiosa

2004, 18/05 - alteração à Concordata

2004, 18/5 - Concordata

ANEXO II

ORDENAÇÕES AFONSINAS

LIVRO SEGUNDO

Título LXVI: Que o Judeo nom tenha mancebo Chrisptaõ por soldad, nem a bem fazer.

Título LXVII: Que os judeos nom entrem em casa das Chrisptaãs, nem as Chrisptaãs em casa dos Judeos.

Título LXVIII: Que os Judeos nom arrendem Igrejas, nem Moesteiros, nem as rendas delles.

Título LXVIII: Que os Judeos nom sejam escusados de pagar Portagem, nem avudos por vizinhos em alguma Villa, ainda que hi morem longamente.

Título LXX: Que os Judeos nom gouvam do privilegio, e beneficio da Ley da Avoenga.

Título LXXI: Que os Arrabys das Comunas guardem em seus Julgados os seus direitos, e costumes.

Título LXXII: De como os Judeos, que se tornaõ Chrisptaõs, ham de dar Carta de quitaçom aas molheres, que ficaõ Judias, passado hum anno.

Título LXXIII: De como ham de seer feitos os contrautos antre os Chrisptaõs, e os Judeos.

Título LXXIII: De como as Comunas dos Judeos ham de pagar o serviço Real.

Título LXXV: De como os Judeos nom ham de levar armas quando forem a receber Elrey, ou fazer outros jogos.

Título LXXVI: De como os judeos ham de viver em Judarias apartadamente.

Título LXXVII: Que os judeos nom sejam presos por dizerem contra elles, que se tornarom Chrisptaaõs em Castella, salvo seendo delles querellado.

Título LXXVIII: Da forma em que ha de seer feita a doaçom, que ElRey fezer dos beens d'algum Judeo, por comprar ouro, ou prata, ou moedas.

Título LXXVIII: De como o Judeo converso aa Fé de Jesus Christo deve herdar a seu Padre, e a sua Madre.

Título LXXX: Das penas, que averam os Judeos, se forem achados fora da Judaria despois do fino da Oraçom.

Título LXXXI: De como o Arraby Moor dos Judeos, e como outros Arrabys devem d'husar de suas Jurdiçooens.

Título LXXXII: Que os Judeos nom sejam, presos por dizerem contra elles, que fizerom moeda falsa, ou comprarom ouro, ou prata, salvo seendo primeiro delles querellado.

Título LXXXIII: Do Privilegio dado ao Judeo, que se trona Chrisptaaõ .

Título LXXXIII: Que o Judeo possa demandar sua divida ao Chrisptaaõ, posto que sejam passados vinte annos, nom embargante a Ley antes feita en contrairo.

Título LXXXV: Que os Judeos nom sejam Officaaes d'ElRey, nem dos Iffantes, nem de quaaesquer outros Senhores.

Título LXXXVI: Que os Judeos tragam sinaaes vermelhos.

Título LXXXVII: Do Judeo, que rompe a Igreja per mandado d'alguum Chrisptaaõ.

Título LXXXVIII: Que nom valha testemunho de Chrisptaaõ contra Judeo sem testemunho de Judeu, e o Juiz valha contra elles no que se passar perante elle.

Título LXXXVIII: Do que doesta Chrisptaaõ que foi Judeo, que responda sobrello perante o Juiz secular.

Título LXXXX: Que o Judeo ao Sabado nom seja costringido responder em Juizo.

Título LXXXXI:Do Judeo, que bebe na taverna.

Título LXXXXII: Se for contenda antre Chrisptaaõ, e Judeo, a quem pertencerá o conhecimento della.

Título LXXXXIII:De como os Tabelliaens dos Judeos haõ de fazer suas Escripturas.

Título LXXXXIII: Que nom façam tornar nenhum Judeo Chrisptaaõ contra sua vontade.

Título LXXXXV: Do Judeu, que se torna Chrisptaaõ, e despois se torna Judeu.

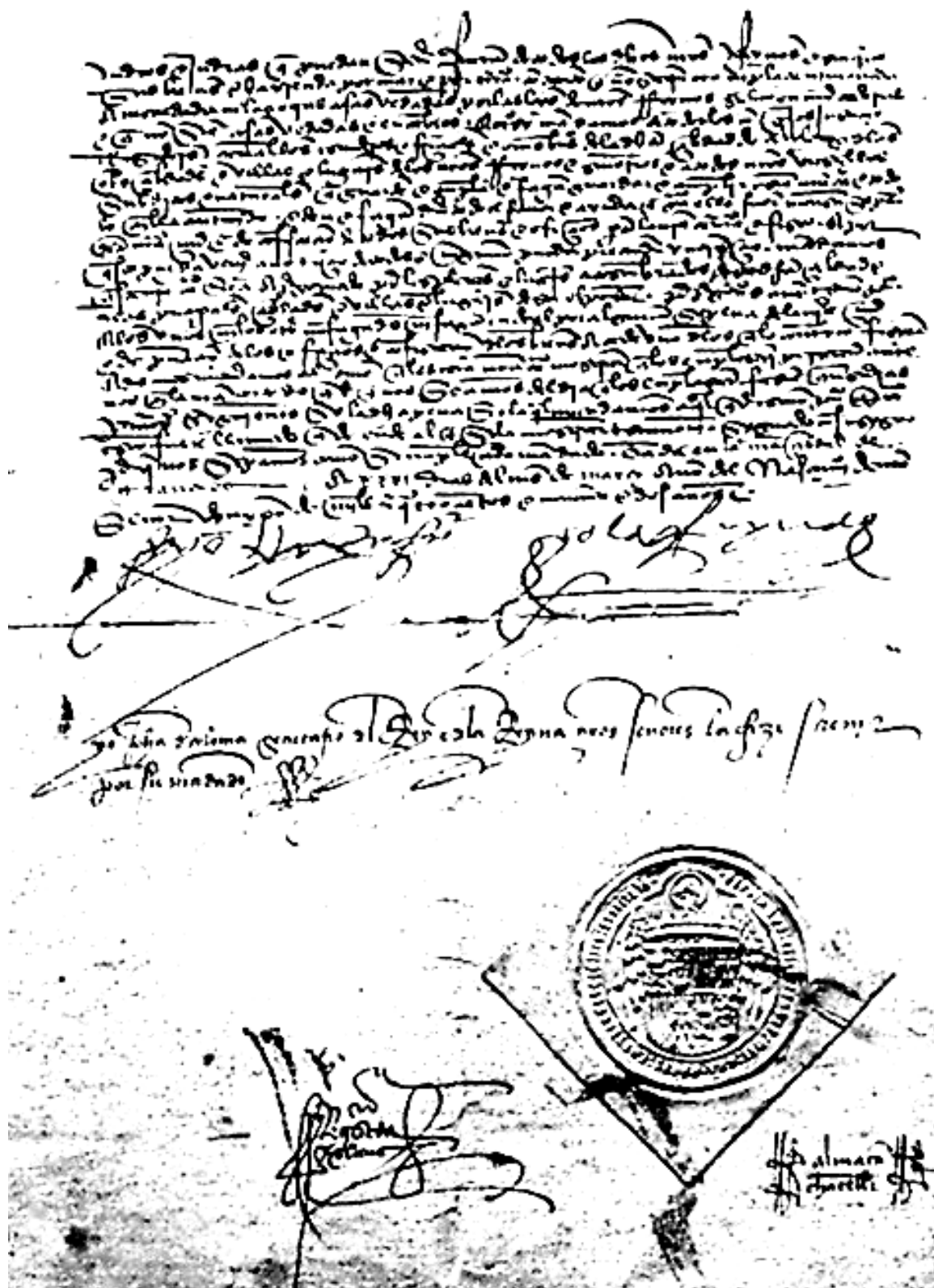
Título LXXXXVI: Que nenhum Judeu nom faça contrauto onzaneiro com Chrisptaaõ, nem com outro Judeu.

Título LXXXXVII: Se o Chrisptaaõ fez obrigaçom ao Judeu por dinheiro, possa dizer, passados dous annos, que os nom recebeo.

Título LXXXXVIII: Que as pagas, e entregas feitas pelos Chrisptaaõs, e Judeos, se possam fazer sem a presença do Juiz.

ANEXO III

ÉDITO DE EXPULSÃO, DOS REIS CATÓLICOS



ANEXO IV

DOM MANUEL, EM MUGE A 5 DE DEZEMBRO DE 1496

ÉDITO DE EXPULSÃO DE 1496¹

**Que os Judeus e Mouros forros se saiam destes Reynos
e nom morem, nem estem nelles**

Porque todo fiel Christaõ sobre todas as cousas he obrigado fazer aquellas que sam seruiço de Nosso Senhor, acrescentamento de sua Sancta Fee Catholica, e a estas nom soamente deuem pospoer todos os guanhos e perdas deste mundo, mas ainda as proprias vidas, o que os Reys muito mais inteiramente fazer deuem, e sam obrigados, porque per Jesu Christo nosso Senhor sam, e regem, e delle recebem neste mundo maiores merces, que outra alguma pessoa, polo qual sendo Nós muito certo, que os Judeus e Mouros obstinados no odio da Nossa Sancta Fee Catholica de Christo nosso Senhor, que por sua morte nos remio, tem cometido, e continuadamente contra ell cometem grandes males, e blasfemias em estes Nossos Reynos, as quaes nom tam soamente a elles, que sam filhos de maldiçam, em quanto na dureza de seus corações esteuerem, sam causa de mais condenaçam, mas ainda a muitos Christaos fazem apartar da verdadeira carreira, que he a Sancta Fee Catholica; por estas, e outras mui grandes e necessarias razões, que Nos a esto mouem, que a todo Christaõ sam notorias e manifestas, auida madura deliberaçam com os do Nosso Conselho, e Letrados, **Determinamos, e mandamos, que da publicaçam desta Nossa Ley, e Determinaçam até per todo o mez d´Outubro do anno do Nascimento de Nosso Senhor de mil e quatrocentos e nouenta e sete, todos os Judeus, e Mouros forros, que em Nossos Reynos ouuer, se saiam fóra delles, sob pena de morte natural, e perder as fazendas, para quem os acusar.** E qualquer pessoa que passado o dito tempo teuer escondido algum Judeu, ou Mouro forro, per este mesmo feito Queremos que perca toda a sua fazenda, e bens, para quem o acusar, e Roguamos, e Encomendamos, e Mandamos por Nossa bençam, e sob pena de maldiçam aos Reys Nossos Soccessores, que nunca em tempo aluu leixem morar, nem estar em este Nossos Reynos, e Senhores delles, nunhuu Judeu, nem Mouro forro por ninhua cousa, nem razam que seja, os quaes Judeus, e Mouros Leixaremos hir liurementemente com todas suas fazendas, e lhes Mandaremos pagar quaesquer diuidas, que lhe em Nossos Reinos forem devidas, e assi pera sua hida lhe Daremos todo auimento, e despacho que cumprir. E por quanto todas as rendas, e direitos das Judarias, e Mourarias Temos dadas, Mandamos aas pessoas que as de Nós tem, que Nos venham requerer sobre ello, porque a Nós Praz de lhe mandar dar outro tanto, quanto as ditas Judarias, e Mourarias rendem.

ANEXO V

LEI DO MARQUÊS DE POMBAL DE 26 DE MAIO DE 1773

LEI

Dom José por graça de Deus, Rei de Portugal, e dos Algarves, d'aquém e d'além Mar, em África Senhor da Guiné, e da Conquista, Navegação, Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia, e da Índia, etc. Aos Vassalos de todos os Estados dos Meus Reinos, e Senhorios, saúde. Em Consultas da Mesa do Desembargo do Paço, e do Conselho Geral do Santo Officio da Inquisição, e da Mesa de Consciência, e Ordens, Me foi presente: Que havendo a Igreja na sua primitiva Fundação; no seu sucessivo progresso; e na propagação dos Fiéis, que a ela se uniram; recebido no seu regaço, como Mãe Universal, Gentios e Judeus convertidos; sem distinção alguma, que fizesse diferentes uns dos outros por uma separação contrária à Unidade do Cristianismo, que é individua por sua natureza: Sendo o sangue dos Hebreus o mesmo idêntico sangue dos Apóstolos, dos Diáconos, dos Presbíteros, e dos Bispos por eles ordenados, e consagrados:

(...)

Quero, Mando, Ordeno, e é Minha Vontade que daqui em diante se observe aos ditos respeitos o seguinte:

Mando que a Lei do Senhor Rei Dom Manuel, expedida no Primeiro de Março do Ano de mil quinhentos e sete; e a outra Lei do Senhor Rei Dom João o III. dada em dezasseis de Dezembro do Ano de mil quinhentos vinte e quatro, em que proibiram a sediciosa, e ímpia distinção de *Cristãos Novos* e *Cristãos Velhos*, sejam logo extraídas do Meu Real Arquivo da Torre do Tombo, e de novo publicadas, e impressas com esta; para fazerem parte dela, como se nela fossem inteiramente incorporadas.

- I. Item: Mando, que as mesmas duas saudáveis Leis; não só fiquem por esta reintegradas na sobredita forma; mas também que sejam inteiramente restituídas, contra o dolo, com que foram suprimidas na última compilação das Ordenações, como se nela houvessem sido incorporadas: Removendo por efeito desta retroacção o malicioso e visível atentado, com que a referida Compilação se maquinou, com o sinistro fim de postergar, e fazer esquecidas as mesmas saudáveis Leis; pois que sem o referido mau fim, e sem os outros da mesma natureza, que hoje são notórios; seria impraticável que no Ano de mil seiscentos e dois se publicasse um novo Corpo de Leis, desnecessário, e intempestivo, havendo poucos anos antes precedido a publicação dos que contêm as Sábias Leis dos Senhores Reis Dom Manuel, e Dom João o III; tanto mais decorosas, e providentes, como é manifesto.

- II. Item: Mando, que as sobreditas duas Leis, e as que à semelhança delas Tenho Mandado publicar sobre as outras inabilidades que nestes Reinos se maquinaram, e introduziram com os mesmos sinistros objectos de sedições e de discórdias; fiquem constituindo desde o dia, em que esta passar pela Chancelaria, em diante as únicas Regras da ingenuidade, ou inabilidade de todos os meus Vassalos, de qualquer Estado, e condição que sejam: Para se terem por inábeis, e infames os que desgraçadamente incorrerem nos abomináveis crimes de Lesa Majestade, Divina, ou Humana; e por eles forem sentenciados, e condenados nas penas estabelecidas pelas Ordenações do Livro Quinto, Título Primeiro, e Título Sexto, com os Filhos, e Netos, que deles procederem; sem que contudo a referida infâmia haja de influir de alguma sorte nem nos Bisnetos; nem nos que deles procederem: E para se terem por ingênuos, e hábeis todos, e quaisquer dos outros Vassalos Naturais dos Meus Reinos, e seus Domínios, cujos Avós não houverem sido sentenciados pelos sobreditos abomináveis crimes.

- V. Item: Mando, que restituindo-se todas as habilitações, e Inquirições ao feliz, e devido estado, em que (com tanto beneficio da paz da Igreja Lusitana, do sossego público, e da honra, e reputação dos Povos destes Reinos, e seus Domínios) estiveram por todos os Séculos, que precederam às sobreditas sediciosas maquinações; não haja para os Habilitandos daqui em diante outros Interrogatórios, que não sejam os que se dirigem às provas da vida, e costumes, quando os Habilitandos ou nas suas próprias pessoas; ou nas de seus Pais, e Avós não tiverem inabilidade, ou infâmia de Direito: Servindo para as mesmas Inquirições, e Habilitações de Regras invariáveis os mesmos Interrogatórios, que se continham nas Constituições anteriores aos referidos Breves chamados *De Puritate*; e os mesmos, que se ficaram conservando nas Constituições do Bispado da Guarda, cujos Prelados Diocesanos prevaleceram sempre com a sua Apostólica constância contra as sugestões, coacções, e violências, a que alguns dos outros Prelados cederam por Colusões, e a que outros, depois de grandes resistências, vieram por fim a succumbir, oprimidos das invencíveis forças, que contra Eles se empregaram naqueles calamitosos tempos.

- /. Item: Mando, que todos os Alvarás, Cartas, Ordens, e mais Disposições, maquinadas, e introduzidas para separar, desunir, e armar os Estados, e Vassalos destes Reinos, uns contra os outros em sucessivas, e perpétuas discórdias, com o pernicioso fomento da sobredita distinção de *Cristãos Novos* e *Cristãos Velhos*, fiquem desde a publicação desta abolidos, e extintos, como se nunca houvessem existido, e que os registos deles sejam trancados, cancelados e riscados em forma, que mais não possam ler-se: Para que assim fique inteiramente abolida até a memória de um atentado cometido contra o Espírito, e Cânones da Igreja Universal; de todas as Igrejas Particulares; e contra as Leis, e louváveis costumes destes Meus Reinos; oprimidos com tantos, tão funestos, e tão deploráveis estragos por mais de Século e meio, pelas sobreditas maquinações maliciosas.

- /. Item: Mando, que todas as Pessoas de qualquer Estado, qualidade, ou condição que sejam, que depois do dia da publicação desta Minha Carta de Lei; de Constituição Geral; e Edito perpétuo; ou usarem da dita reprovada distinção, seja de palavra, ou seja por escrito; ou a favor dela fizerem, e sustentarem discursos em conversações, ou argumentos: Sendo Eclesiásticas, sejam desnaturalizadas, e perpetuamente exterminadas dos Meus Reinos, e Domínios, como revoltosas, e perturbadoras do sossego público; para neles mais não poderem entrar: Sendo Seculares Nobres, percam pelo mesmo facto (contra Eles provado) todos os Graus da Nobreza, que tiverem, e todos os empregos, Offícios, e bens da Minha Coroa, e Ordens, de que forem providos, sem remissão alguma: E sendo Peões sejam publicamente açoitados, e degradados para o Reino de Angola por toda a sua vida.

(...)

Dada no Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, aos vinte e cinco de Maio de mil setecentos setenta e três.

EL-REI Com Guarda

Carta de Lei, Constituição Geral, e Editto perpétuo por que Vossa Majestade conformando-se com as Consultas, e pareceres da Mesa do Desembargo do Paço; do Conselho Geral do Santo Officio; e da Mesa da Consciência, e Ordens: E Tendo sobre Elas ouvido os seus Conselhos, de Estado, e de Gabinete: É servido restituir a todos os Estados dos seus Reinos, e Senhorios a Paz, e Concórdia, que contra o Espírito da Igreja Universal; das Igrejas Particulares de toda a Cristandade; e contra a sucessiva, e constante Disposição das Leis, e dos louváveis costumes da Monarquia Portuguesa; se tinham alterado, e perturbado com sinistros intentos pelo Estratagemma da inaudita Distinção de Cristãos Novos e Cristãos Velhos, maquinado para a ruína da União Cristã, e da Sociedade Civil da mesma Monarquia: Tudo na forma acima declarada.

Para Vossa Majestade ver.

João Pacheco Pereira

António José de Affonseca Lemos

João Pacheco Pereira

Foi publicada esta Carta de Lei na Chancelaria Mor da Corte, e Reino. Lisboa, 26 de Maio de 1773.

Dom Sebastião Maldonado

Registada na Chancelaria Mor da Corte, e Reino no Livro das Leis a fol. 147. Lisboa, 26 de Maio de 1773.

António José de Moura

João Anastácio Guerreiro a fez.

Na Régia Oficina Tipográfica.

ANEXO VI

LEI DO MARQUÊS DE POMBAL DE 20 DE DEZEMBRO DE 1774

LEI

Dom José por graça de Deus, Rei de Portugal, e dos Algarves, d'aquém e d'além Mar, em África Senhor da Guiné, e da Conquista, Navegação, Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia, e da Índia, etc. Aos Vassallos de todos os Meus Reinos, e Senhorios, saúde. Em Consultas da Mesa do Desembargo do Paço, e do Conselho Geral do Santo Ofício da Inquisição, me foi presente: Que depois que pela minha saudável Lei de vinte e cinco de Maio do ano próximo pretérito Houve por bem abolir, e extirpar a sediciosa distinção de *Cristãos Novos*, e *Cristãos Velhos*; restituindo as habilitações das Famílias ao estado em que se achavam nestes Reinos, enquanto neles não introduziu a malícia sediciosa aquela bárbara, e ímpia diferença; ponderavam ambas as sobreditas Mesas, que para se acabar de pôr o último selo a uma obra, que deu tanta glória à Igreja destes Reinos, como crédito à Nação Portuguesa, se fazia necessário, que eu ampliasse a referida Lei com duas Providências,

(...)

Quero, Mando, Ordeno, e é minha Vontade se observe inviolavelmente aos ditos respeitos o seguinte.

- I. Mando, que as razões de decidir dos referidos dois textos *Statutum XV* e *cum Secundum XIX. de Hæreticis in Sexto*, entre si concordados na sobredita forma; o universal sentimento, e praxe da Igreja com eles em tudo conforme; e o Parágrafo Terceiro da minha referida Lei de vinte e cinco de Maio do ano próximo passado; constituam Perpétuas, e Impreteríveis Regras para nunca jamais se questionar, e muito menos decidir em Juízo, ou fora dele, que os arrependidos, e verdadeiros confitentes, que a Igreja recebe no seu benigno grémio, depois de cumprirem, ou se fazerem prontos a cumprir as saudáveis penitências, que lhes forem impostas, devem ficar, nem ainda nas suas mesmas pessoas, e muito menos nas dos seus Descendentes, ou maculados com as notas de Infâmia, e inabilidade de facto, ou de Direito; ou devem ficar incursos na outra pena de perderem os seus bens para o Meu Fisco, e Câmara Real: Tendo só lugar estas duas penas contra os Impenitentes, que forem condenados à morte, e ao fogo, na conformidade da Ordenação do Livro Quinto no Título Primeiro, e Parágrafo Terceiro da Minha dita Lei de vinte e cinco de Maio do ano próximo precedente.
- II. *Item*: Mando, que todas as Pessoas, de qualquer estado, ou condição que sejam, que disputarem, ou alegarem contra o referido particular, ou judicialmente, incorram nas penas do perdimento dos seus bens; a metade para o Meu Fisco e Câmara Real; e a outra metade a benefício dos que os delatarem, provando legalmente os factos das Denúncias, com que se apresentarem. Sendo porém Juizes, além de ficarem as suas Sentenças reduzidas aos termos da Ordenação do Livro Terceiro, Título Setenta e cinco, como proferidas contra Direito expresso; e de não poderem, como nenhuma, produzir algum efeito, ou prestar algum impedimento; ficarão os que as proferirem privados de todos os cargos, que de Mim tiverem; e ficarão inabilitados para entrar em outros; além das mais penas, que reservo ao Meu Real Arbítrio em quaisquer casos extraordinários, que façam necessárias maiores Providências.

(...)

Dada na Cidade de Lisboa aos quinze de Dezembro do ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos setenta e quatro.

EL-REI

Carta de Lei, por que Vossa Majestade: Desterrando os dois absurdos, com que depois da sua Pússima Lei de vinte e cinco de Maio de mil setecentos setenta e três, houve Pessoas, que quizeram persuadir incursos nas penas de Infâmia, e confiscação dos seus bens os verdadeiros confitentes reconciliados com a Igreja, e por ela recebidos no seu benigno grémio: É servido declarar, e ordenar, que as referidas penas só devem ter lugar contra os Réus Impenitentes, que forem condenados à morte, e ao fogo, na forma da Ordenação do Livro Quinto, Título Primeiro, e do Parágrafo Terceiro da referida Lei de vinte e cinco de Maio do ano próximo precedente; tudo na forma acima declarada.

Para Vossa Majestade ver.

Por Resolução de Sua Majestade de doze de Dezembro de mil setecentos setenta e quatro, tomada em Consulta do Desembargo do Paço.

António José da Fonseca Lemos. José Ricalde Pereira de Castro.

António Pedro Virgulino a fez escrever.

José Anastácio Guerreiro a fez.

Registada na Secretaria de Estado dos Negócios do Reino no Livro IV das Cartas, Alvarás, e Patentes a fol. 116, vers. Nossa Senhora da Ajuda em 19 de Dezembro de 1774.

João Baptista de Araújo

João Pacheco Pereira

Foi publicada esta Carta de Lei na Chancelaria Mor da Corte, e Reino. Lisboa, 20 de Dezembro de 1774.

Dom Sebastião Maldonado

Registada na Chancelaria Mor da Corte, e Reino no Livro das Leis a fol. 89. Lisboa, 20 de Dezembro de 1774.

António José de Moura

Na Régia Oficina Tipográfica.

(<http://www.arlindo-correia.com/200908.html>)

ANEXO VII

CONSTITUIÇÃO PORTUGUESA DE 1822



EM NOME DA SANTÍSSIMA E INDIVISÍVEL TRINDADE

As Cortes Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa, intimamente convencidas de que as desgraças públicas, que tanto a têm oprimido e ainda oprimem, tiveram sua origem no desprezo dos direitos do cidadão, e no esquecimento das leis fundamentais da Monarquia; e havendo outrossim considerado que somente pelo restabelecimento destas leis, ampliadas e reformadas, pode conseguir-se a prosperidade da mesma Nação e precaver-se que ela não torne a cair no abismo, de que a salvou a heróica virtude de seus filhos; decretam a seguinte Constituição Política, a fim de segurar os direitos de cada um, e o bem geral de todos os Portugueses.

Título I – Dos Direitos e Deveres Individuais dos Portugueses

Capítulo Único

ARTIGO 8º

As Cortes nomearão um *Tribunal Especial*, para proteger a liberdade da imprensa, e coibir os delitos resultantes do seu abuso, conforme a disposição dos art. 177 e 189.

Quanto porém ao abuso, que se pode fazer desta liberdade em matérias religiosas, fica salva aos Bispos a censura dos escritos publicados sobre dogma e moral, e o Governo auxiliará os mesmos Bispos, para serem punidos os culpados.

(...)

ARTIGO 19 °

Todo o Português deve ser justo. Os seus principais deveres são venerar a Religião; (...).

Título II – Da Nação Portuguesa, e seu Território, Religião, Governo, e Dinastia

Capítulo Único

ARTIGO 25º

A Religião da Nação Portuguesa é a Católica Apostólica Romana. Permite-se contudo aos estrangeiros o exercício particular dos seus respectivos cultos.

Título III – Do Poder Legislativo ou das Cortes

Capítulo I – Da eleição dos Deputados de Cortes

ARTIGO 53º

Reunida a assembleia no lugar, dia e hora determinada, celebrar-se-á uma Missa de Espírito Santo, finda a qual, o Pároco, ou o sacerdote assistente, fará um breve discurso análogo ao objecto, e lerá o presente capítulo *das eleições*. Logo o Presidente de acordo com o Pároco, ou sacerdote, proporá aos cidadãos presentes duas pessoas de confiança pública para Escrutinadores, duas para Secretários da eleição, e em Lisboa uma para Presidente, e outra para Secretário, nos termos do artigo 47.

(...)

Capítulo II – Da Reunião das Cortes

ARTIGO 78º

No dia vinte de Novembro a mesma Junta elegerá de entre os Deputados por escrutínio secreto à pluralidade absoluta de votos, para servirem no primeiro mês, um Presidente e um Vice-presidente, e à pluralidade relativa quatro Secretários. Imediatamente irão todos à igreja catedral assistir a uma Missa solene do Espírito Santo; e no fim dela o celebrante deferirá o juramento seguinte ao Presidente, que pondo a mão direita no livro dos santos Evangelhos dirá: Juro manter a Religião Católica Apostólica Romana; (...). O mesmo juramento prestará o Vice-presidente e Deputados, pondo a mão no livro dos Evangelhos e dizendo somente: Assim o juro.

Título IV – Do Poder Executivo ou do Rei

Capítulo I – Da Autoridade, Juramento, e Inviolabilidade do Rei

ARTIGO 123º

Especialmente competem ao Rei as atribuições seguintes:

(...)

V. Apresentar para os bispados, precedendo proposta tripla do Conselho de Estado. Apresentar para os benefícios eclesiásticos de padroado Real curados ou não curados, precedendo concurso e exame público perante os Prelados diocesanos:

(...)

ARTIGO 126º

O Rei antes de ser aclamado prestará perante as Cortes nas mãos do Presidente delas o seguinte juramento: *Juro manter a Religião Católica Apostólica Romana; ser fiel à Nação Portuguesa; observar e fazer observar a Constituição política decretada pelas Cortes extraordinárias e constituintes de 1821, e as leis da mesma Nação; e prover ao bem geral dela, quanto em mim couber.*

Capítulo III – Da Família Real e sua Dotação

ARTIGO 135º

O herdeiro presuntivo da Coroa será reconhecido como tal nas primeiras Cortes, que se reunirem depois do seu nascimento. Em completando catorze anos de idade, prestará em Cortes nas mãos do Presidente juramento de *manter a Religião Católica Apostólica Romana; de observar a Constituição política da Nação Portuguesa; e de ser obediente às leis e ao Rei.*

Capítulo VII – Do Conselho de Estado

ARTIGO 166º

Antes de tomarem posse darão nas mãos do Rei juramento de manter a Religião Católica Apostólica Romana; (...).

ANEXO VIII

CARTA CONSTITUCIONAL DE 1826



DOM PEDRO POR GRAÇA DE DEUS, Rei de Portugal e dos Algarves, etc.

Faço Saber a todos os Meus Súbditos Portugueses, que Sou Servido Decretar Dar e Mandar jurar imediatamente pelas Três Ordens do Estado a Carta Constitucional abaixo transcrita, a qual de ora em diante regerá esses Meus Reinos e Domínios, e que é do teor seguinte:

Título I – Do Reino De Portugal, seu Território, Governo, Dinastia e Religião

ARTIGO 6º

A Religião Católica Apostólica Romana continuará a ser a Religião do Reino.

Todas as outras Religiões serão permitidas aos Estrangeiros com seu culto doméstico, ou particular, em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de Templo.

Título II – Dos Cidadãos Portugueses

ARTIGO 7º

São Cidadãos Portugueses:

(...)

§ 4º Os Estrangeiros naturalizados, qualquer que seja a sua Religião; uma Lei determinará as qualidades precisas para se obter Carta de Naturalização.

Título V – Do Rei
Capítulo II – Do Poder Executivo

ARTIGO 75º

O Rei é o Chefe do Poder Executivo, e o exercita pelos seus Ministros de Estado. São suas principais Atribuições:

(...)

§ 2.º - Nomear Bispos e prover os Benefícios Eclesiásticos.

(...)

§ 14.º - Conceder ou negar o Beneplácito aos Decretos dos Concílios e Letras Apostólicas e quaisquer outras Constituições Eclesiásticas, que se não opuserem à Constituição; e precedendo aprovação das Cortes, se contiverem disposição geral.

ARTIGO 76º

O Rei, antes de ser aclamado, prestará na mão do Presidente da Câmara dos Pares, reunidas ambas as Câmaras, o seguinte Juramento – “Juro Manter a Religião Católica, Apostólica Romana, (...)”

CAPITULO III – Da Família Real e sua Dotação

ARTIGO 79º

O Herdeiro presuntivo, completando catorze anos de idade, prestará nas mãos do Presidente da Câmara dos Pares, reunidas ambas as Câmaras, o seguinte Juramento – “Juro manter a Religião Católica, Apostólica Romana, (...)”

CAPITULO VII – Do Conselho de Estado

ARTIGO 109º

Os Conselheiros de Estado, antes de tomarem posse, prestarão Juramento nas mãos do Rei de manter a Religião Católica, Apostólica Romana; (...)

*TÍTULO VIII – Das Disposições Gerais, e Garantias dos Direitos Cíveis e Políticos dos
Cidadãos Portugueses*

ARTIGO 145º

A inviolabilidade dos Direitos Cíveis e Políticos dos Cidadãos Portugueses, que tem por base a liberdade, a segurança individual e a propriedade, é garantida pela Constituição do Reino, pela maneira seguinte:

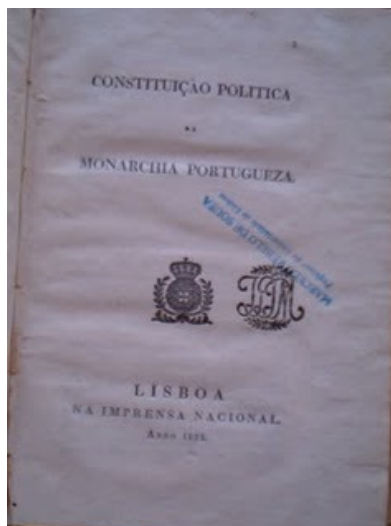
(...)

§ 3.º - Todos podem comunicar os seus pensamentos por palavras, escritos, e publicados pela Imprensa sem dependência de Censura, contanto que hajam de responder pelos abusos, que cometerem no exercício deste direito, nos casos, e pela forma que a Lei determinar.

§ 4.º - Ninguém pode ser perseguido por motivos de Religião, uma vez que respeite a do Estado, e não ofenda a Moral Pública.

ANEXO IX

CONSTITUIÇÃO PORTUGUESA DE 1838



DONA MARIA, por Graça de Deus, e pela Constituição da Monarquia, Rainha de Portugal, e dos Algarves, d'aquém e d'além Mar, em África Senhora de Guiné, e da Conquista, Navegação, e Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia, e da Índia, etc. Faço saber a Todos os Meus Súbditos, que as Cortes Gerais, Extraordinárias, e Constituintes Decretaram, e Eu Aceitei, e Jurei a seguinte:

Título I – Da Nação Portuguesa, seu Território, Religião, Governo e Dinastia

Capítulo Único

ARTIGO 3º

A Religião do Estado é a Católica Apostólica Romana.

Título III – Dos Direitos e Garantias dos Portugueses

Capítulo Único

ARTIGO 11º

Ninguém pode ser perseguido por motivos de Religião, contanto que respeite a do Estado.

Título VI – Do poder Executivo
Capítulo Segundo – Da Família Real e sua Dotação

ARTIGO 82º

Compete também ao Rei:

(...)

IV – Nomear Bispos e prover os Benefícios Eclesiásticos;

(...)

XII – Conceder ou negar Beneplácito aos Decretos dos Concílios, Letras Pontifícias, e quaisquer Constituições Eclesiásticas que se não opuserem à Constituição e às Leis, devendo preceder aprovação das Cortes se contiverem disposições gerais;

(...)

ARTIGO 87º

O Rei antes de ser proclamado prestará nas mãos do Presidente da Câmara dos Senadores, reunidas ambas as Câmaras, o seguinte juramento: “Juro manter a Religião Católica Apostólica Romana, (...)”

ARTIGO 89º

O Herdeiro presuntivo, completando dezoito anos de idade, prestará nas mãos do Presidente da Câmara dos Senadores, reunidas ambas as Câmaras, o seguinte juramento: “Juro manter a Religião Católica Apostólica Romana, (...)”

ANEXO X

CONSTITUIÇÃO PORTUGUESA DE 1911

TÍTULO II

Dos direitos e garantias individuais

Artigo 3.º

A Constituição garante a portugueses e estrangeiros residentes no país a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à segurança individual e à propriedade nos termos seguintes:

(...)

2.º A lei é igual para todos, mas só obriga aquella que for promulgada nos termos d' esta Constituição.

(...)

4.º A liberdade de consciência e de crença é inviolável.

5.º O Estado reconhece a igualdade política e civil de todos os cultos e garante o seu exercício nos limites compatíveis com a ordem pública, as leis e os bons costumes, desde que não ofendam os princípios do direito público português.

6.º Ninguém pode ser perseguido por motivo de religião, nem perguntado por autoridade alguma acerca da que professa.

7.º Ninguém pode, por motivo de opinião religiosa, ser privado de um direito ou isentar-se do cumprimento do qualquer dever cívico.

8.º É livre o culto público de qualquer religião nas casas para isso escolhidas ou destinadas pelos respectivos crentes, e que poderão sempre tomar forma exterior de templo; mas, no interesse da ordem pública e da liberdade segurança dos cidadãos, uma lei especial fixará as condições do seu exercício.

9.º Os cemitérios públicos terão carácter secular, ficando livre a todos os cultos religiosos a pratica dos respectivos ritos, desde que não ofendam a moral pública, os princípios do direito público português e a lei.

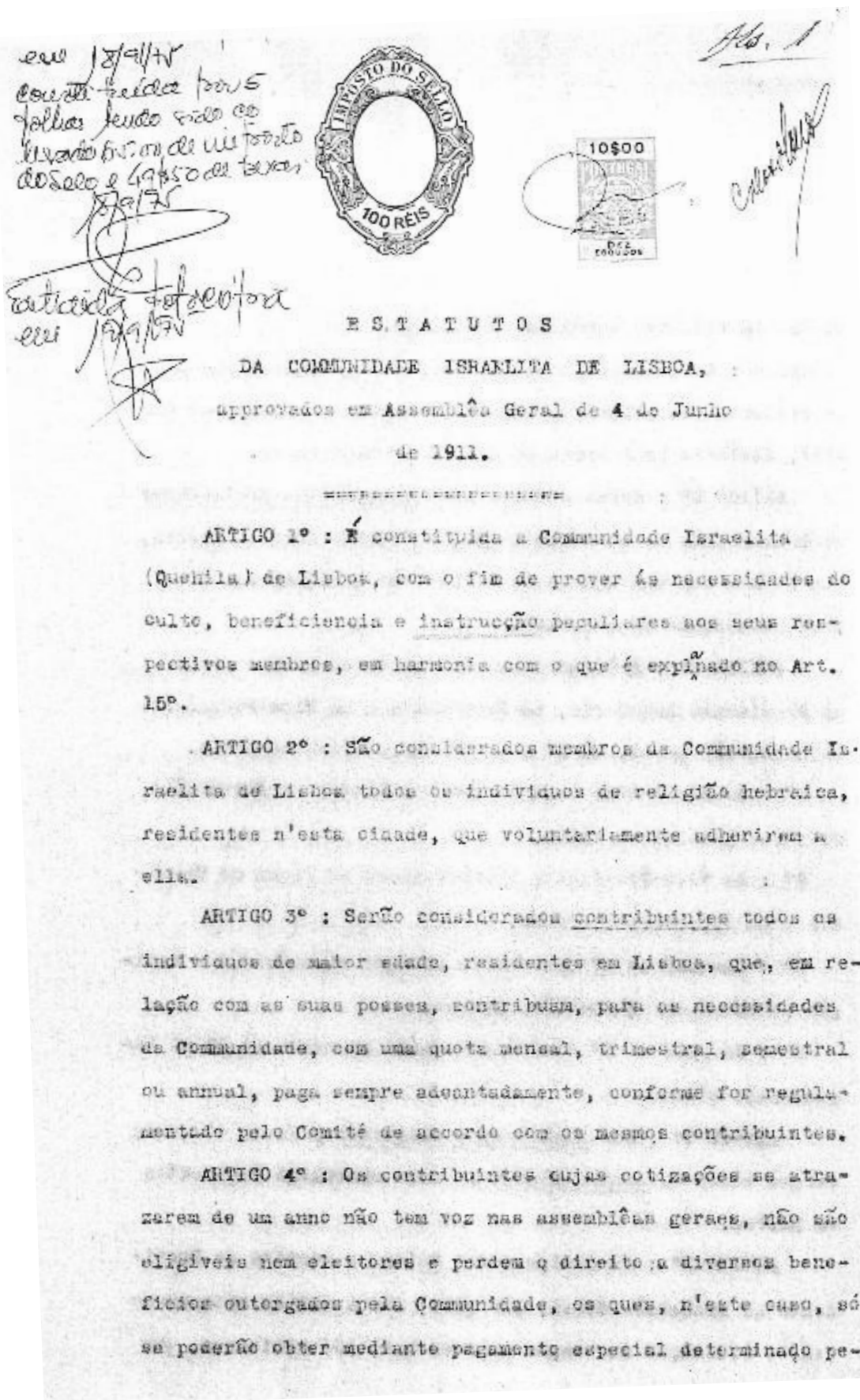
(...)

14.º O direito de reunião e associação é livre. Leis especiais determinarão a forma e condições do seu exercício.

(...)

ANEXO XI

ESTATUTOS DA COMUNIDADE ISRAELITA DE LISBOA



la tarifa relativa áquelles beneficios.

§ unico : Os contribuintes em atrazo de um anno serão d'ia-
so avisados por primeiro, segundo e terceiro officio do Co-
mité, mediando pelo menos um mez entre cada aviso.

ARTIGO 5º : Serão considerados benemeritos protectores
da Communidade os individuos que, residindo fóra de Lisboa,
contribuam com uma annuidade a favor de qualquer das Sec-
ções enumeradas no art. 15º.

ARTIGO 6º : A Communidade Israelita de Lisboa terá:
um Presidente honorario, um Presidente e um Vice-Presidente
da assemblêa geral, um 1º e um 2º Secretarios da mesma.

§ 1º : Ao Presidente incumbe fazer convocar as Assemblêas
Geraes e presidir a ellas.

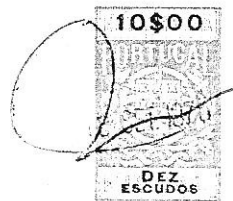
§ 2º : Ao Vice-Presidente incumbe fazer as vezes do Presi-
dente no impedimento d'este.

§ 3º : Incumbe ao 1º Secretario dirigir os convites e redi-
gir as actas das Assemblêas Geraes.

§ 4º : Incumbe ao 2º Secretario fazer as vezes do 1º no im-
pedimento d'este.

ARTIGO 7º : São eleitores e elegiveis para os diversos
cargos todos os contribuintes do sexo masculino residentes
em Lisboa.

ARTIGO 8º : As eleições são feitas a convite do Presi-
dente da Assemblêa Geral, dirigido, com a devida anteceden-
cia, e indicação das vagas a preencher, aos eleitores, que



Chaves

lhe remetterão, 15 dias antes da reunião da Assemblêa, as listas dos candidatos propostos. A votação será feita por escrutínio secreto.

ARTIGO 9º : As Assemblêas Geraes da Comunidade serão compostas de todos os seus membros maiores do sexo masculino, com ou não e benemeritos, observando-se quanto ao direito de votar, as restricções exaradas no Art. 4º.

ARTIGO 10 : As Assemblêas Geraes serão ordinarias e extraordinarias.

§ 1º : As ordinarias serão effectuadas uma vez por anno, no mez de Kizlev (Dezembro), para apresentação do relatorio e contas do exercicio de Tisri a Elul (Outubro a Setembro), e, opportunamente, para a eleição triennial da Meza da Assemblêa Geral e dos membros do Comité a que se refere o Art. 18º e seguintes.

§ 2º : As extraordinarias serão realizadas a requerimento do Comité ou ao dos contribuintes, que motivarão a necessidade d'aquella reunião e assistirão a ella em numero de cincoº pelo menos.

§ 3º : As Assemblêas, quer ordinarias quer extraordinarias, funcionarão, em primeira convocação, com um terço, e na 2a, com qualquer numero de contribuintes, representados por si ou por procuração legal, não podendo cada contribuinte apresentarº mais de duas procurações.

ARTIGO 11º : As convocações para as Assemblêas Geraes deverão ser feitas por convite do Presidente das mesmas ou de

quem as suas vezes fizer, com não menos de cinco dias de antecedencia, e com a designação dos assumptos a tratar, e, em caso de eleições, com a dos candidatos propostos.

ARTIGO 12º : O Comité Israelita de Lisboa será o delegado da Communidade para todos os effectos, e é eleito em Assemblêa Geral ordinaria para um triennio de serviço.

§ unico : Para a boa ordem dos trabalhos, o Comité deverá ter os seus regulamentos especiaes.

ARTIGO 13º : O Comité compõe-se de um Presidente, de um Vice-Presidente, de um primeiro Secretario, de um segundo Secretario, de um Thesoureiro, de seis Vogaes effectivos e de trez Vogaes substitutos.

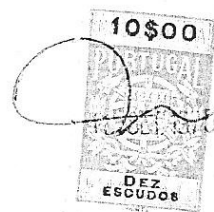
§ 1º : As vagas do Presidente, Vice-Presidente e Thesoureiro do Comité só poderão ser preenchidas em Assemblêa Geral, terminando o mandato dos novos eleitos juntamente com o dos outros membros do Comité.

§ 2º : Incumbe ao Presidente:

1º : Dar despacho e dirigir o expediente e escripturação, coadjuvado pelo Secretario;

2º : Fazer convocar as Assemblêas plenarias do Comité, fundamentando o convite e presidindo a ellas;

3º : Visar as ordens de pagamento auctorisadas pelas diversas Secções e sancioner as suas deliberações. No caso, porém, de não concordar com qualquer uma d'ellas, deverá submeter o assumpto a uma Assemblêa plenaria que deliberará por maio-



Chilodora

ria de votos;

4° : Assignar, conjunctamente com o Thesoureiro, todos os documentos a que se refere o Art. 14°, os recibos de dividendos ou de juros e os de cheques de quantias depositadas á ordem do Comité, em conformidade com o Art. 14°;

5° : Representar a Communidade ou fazel-a representar pelo Vice-Presidente ou por qualquer membro do Comité, em actos officiaes;

6° : Tomar parte nas reuniões das diversas Secções quando por ellas for solicitado ou quando o julgar conveniente;

7° : Não poderá fazer parte, como membro, de qualquer Secção.

§ 3° : Dado o caso de vaga do Presidente e do Vice-Presidente, serão estes substituidos provisoriamente pelo 1° Secretario e no seu impedimento pelo 2° Secretario, que convocará a Assemblêa Geral para o preenchimento d'aquellas vagas;

§ 4° : Incumbem ao Vice-Presidente as mesmas attribuições do Presidente no impedimento d'este;

§ 5° : Incumbe ao 1° Secretario fazer os convites para as Assembleas plenarias por ordem do Presidente, bem como redigir as actas do Comité e coadjuvar o Presidente na superintendencia da escripturação do Comité;

§ 6° : Incumbe ao 2° Secretario fazel-o no impedimento do 1°;

§ 7° : Incumbe ao Thesoureiro:

1° : Arrecadar as receitas da Communidade;

2° : Pagar as despesas auctorisadas pelas Secções e visadas

pelo Presidente, ou, no seu impedimento, pelo Vice-Presidente;

3º : Prestar contas mensaes á Secretaria do Comité, a fim de ser tudo devidamente escripturado pelo escrivão empregado do Comité, sob a vigilancia do Presidente, coadjuvado pelos Secretarios;

4º : Fazer parte da Secção de finanças, da qual é Presidente nato.

ARTIGO 14º : O Thesoureiro é depositario dos fundos da Communidade e como tal pertence-lhe assignar, conjunctamente com o Presidente, e, no seu impedimento, com o Vice-Presidente ou quem estiver fazendo as suas vezes, os recibos para levantar quaesquer quantias que estiverem depositadas em qualquer banco, estabelecimento, companhia, tribunaes ou estações publicas e todos os documentos de compras, vendas e inversões de valores a ella pertencentes depois de auctorizado em sessão plenaria do Comité de não menos de dois terços do numero dos seus membros que se acharem em exercicio.

ARTIGO 15 : Pelos diversos membros do Comité, que poderão accumular serviços das differentes Secções administrativas sob os seus respectivos regulamentos, serão divididos os cargos das mesmas, a saber:

1º : A Secção de synagogas;

2º : A Secção de instrucção;

3º : A Secção dos cemiterios;

(a) A administração do cemiterio privativo dos Israelitas que, em harmonia com o respectivo culto legalmente auctorizado e



ms. H
[Handwritten signature]

com os estatutos da Communidade, passa a ficar a cargo da mesma, nos termos d'estes estatutos.

4º : A Secção de socorros espirituaes e enterramentos, denominada Hebrat-Guemilut-Hassadin;

5º : A Secção de beneficencia;

6º : A Secção do registo e certidões de casamentos, de nascimentos e de obitos dos membros da Communidade Israelita d'esta cidade, bem como attestados de identidade;

(b) O registo particular dos Israelitas será feito segundo os preceitos d'estes estatutos e em conformidade com as leis da nação.

§ unico : De todos os documentos, livros e registos supradictos antigamente a cargo da Associação de Guemilut-Hassadin, approvada por alvará da 4a repartição do Governo Civil de Lisboa, de 30 de Junho de 1892, Art. 43º, dos seus estatutos, assim como de todos os valores e bens moveis á mesma Associação pertencentes, foi feita entrega ao Comité, findando assim a missão d'aquella, por ficar extincta e incorporada n'esta Communidade, em harmonia com os presentes estatutos.

7º : A Secção de Schehitá (abatimento de rezes e aves segundo o rito hebraico);

8º : A Secção de finanças, que trata da administração geral de receita e da despesa da Communidade.

ARTIGO 16º : O Comité terá as suas Assemblêas parciaes e plenarias.

§ 1º : As parciaes serão compostas dos membros respectivos a cada Secção.

§ 2º : As plenarias compor-se-hão de todos os membros do Comité e terão lugar pelo menos uma vez cada mez, podendo constituir-se com o terço dos membros em exercicio, excepto para o caso do Art. 14º.

ARTIGO 17º : O Comité apresentará o seu relatorio e contas annuaes em Assemblêa Geral ordinaria da Communidade, em Kislev (Dezembro), com relação ao anno hebraico Tichri-Elul.

ARTIGO 18º : Não poderão effectuar-se as ceremonias religiosas de casamentos, nomeações de neophytes de um ou outro sexo, e enterramentos, sem a previa auctorização do Comité aos rabbins para isso por elle auctorizados e reconhecidos.

§ unico : Nos actos religiosos celebrados em casas particulares, ou na Milah (Circumcisão) feita na synagoga, os rabbins poderão ser substituidos por individuo particular sempre acolytado pelo proprio rabbino.

ARTIGO 19º : Os presentes estatutos regem para todos os effeitos a Communidade Israelita de Lisboa.

ARTIGO 20º : As deliberações, tanto das Assemblêas Reraes como dos legitimos representantes da Communidade e do seu Comité, são obrigatorias para com todos os membros da Communidade, não podendo qualquer d'estes membros embargar, ou por forma alguma impedir, a execução d'aquellas deliberações, nem invocar direito proprio sobre os haveres de qualquer especie



Calderon

pertencentes á Communidade, salvo, porém, o direito de fazer convocar a Assemblêa Geral nos termos do Art. 1º 2º.

ARTIGO 21 : Nem as Assemblêas Geraes nem o Comité teem competencia para decidir de duvidas em materia religiosa.

ARTIGO 22º : Os assumptos affectos á religião ou as duvidas em materia religiosa de que trata o Art. precedente, serão submettidos pelo Comité á decisão de auctoridade religiosa reconhecida.

ARTIGO 23º : Estes estatutos só poderão ser alterados em Assemblêa Geral extraordinaria, constituida por metade da totalidade dos membros contribuintes.

ARTIGO 24º : As contas da gerencia da Communidade para prestação official, serão organisadas por annos economicos e todos os actos sociaes se conformarão em tudo com as leis da nação.

ARTIGO 25º : Compete ao Comité Israelita de Lisboa defender os interesses israelitas dos seus correligionarios residentes em Portugal, quer na capital, quer no continente e suas dependencias.

Isaac A. Levy

Isaac A. Levy

Abraham J. A. A. A.

Joseph Benoit
~~Alonso Lopez~~
~~Elias Estrada~~
Moses de Salazar Becasabal
W. P. P.

ANEXO XII

ALVARÁ DO GOVERNO CIVIL DE LISBOA DE APROVAÇÃO DOS ESTATUTOS DA CIL

O Governador Civil do Districto Administrativo
de Lisboa //

Usando da attribuição que me confere o
n.º 3 do art.º 252 do código administrativo de
1896, approvo para os effectos legais os estatutos
da Associação de culto israelita, beneficencia
e instrução, denominada, *Comunidade de
Israelita de Lisboa*, os quaes consistem de vinte e
cinco artigos, escriptos em cinco meias folhas de papel
com o sello de cem reis em cada uma, autenticas,
das com a rubrica do Secretario Geral deste Governo
Civil e fazem parte deste Alvará.

Fica esta instituição obrigada nos termos de direito
obrigada a apresentar nos prazos legais, a respectiva
authoridade administrativa os seus organogramas e
contas organogramas por annos e comarchados, e obrigada
nos termos de direito a fiscalisação administrativa,
podendo ser-lhe retirada a presente approvação
se porventura se desviar dos preceitos da sua consti-
tuição ou não observar os preceitos dos seus estatutos.
Dá-se o presente em 11 de Junho de 1901.

de direitos de mose e aduanaes - mil reis
de imposto especial, por leis de 4 de julho de 1889 e
14 de março de 1901, como consta das verbas numeradas
21055 e 19426 de 7 de maio corrente e 20 de abril
ultimo, lançadas sobre as respectivas guias
passadas por esta Repartição, sob n.º 3 e 51 p.
casado estes documentos juntos ao processo de appro-
vação nas attribuições. Não pagou emolumentos
das Secretarias de Estado, por não os haverem
pagou em estampilhas, mil quinhentos e quaren-
ta e seis de sellos.

Dado no Governo Civil de Lisboa aos 9 de Março
de 1912.

REPUBLICA DE PORTUGAL
MINISTERIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA DE ESTADO
DISTRICTO DE LISBOA
SECRETARIA DE ESTADO



ANEXO XIII

CONSTITUIÇÃO PORTUGUESA DE 1933

TÍTULO II

Dos cidadãos

Artigo 8º

Constituem direitos e garantias individuais dos cidadãos portugueses:

(...)

3º A liberdade e a inviolabilidade de crenças e práticas religiosas, não podendo ninguém por causa delas ser perseguido, privado de um direito, ou isento de qualquer obrigação ou dever cívico. Ninguém será obrigado a responder acerca da religião que professa, a não ser em inquérito estatístico ordenado por lei;

4º A liberdade de expressão do pensamento sob qualquer forma;

(...)

14º A liberdade de reunião e associação;

(...)

TÍTULO X

Das relações do Estado com a Igreja Católica e demais cultos

Artigo 45º

É livre o culto público ou particular de todas as religiões, podendo as mesmas organizar-se livremente de harmonia com as normas da sua hierarquia e disciplina, constituindo por essa forma associações ou organizações a que o Estado reconhece existência civil e personalidade jurídica.

§ único. Exceptuam-se os actos de culto incompatíveis com a vida e integridade física da pessoa humana e com os bons costumes.

Artigo 46º

Sem prejuízo do preceituado pelas concordatas na esfera do Padroado, o Estado mantém o regime da separação em relação à Igreja Católica e a qualquer outra religião ou culto praticados dentro do território português, e as relações diplomáticas entre a Santa Sé e Portugal, com recíproca representação.

Artigo 47º

Nenhum templo, edifício, dependência ou objecto do culto affecto a uma religião poderá ser destinado pelo Estado a outro fim.

Artigo 48º

Os cemitérios públicos têm carácter secular, podendo os ministros de qualquer religião praticar nêles livremente os respectivos ritos.

ANEXO XIV

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DO HOMEM

Adoptada e proclamada pela Assembleia-geral na sua Resolução 217A (III) de 10 de Dezembro de 1948.

Publicada no Diário da República, I Série A, n.º 57/78, de 9 de Março de 1978, mediante aviso do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Preâmbulo

Considerando que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e dos seus direitos iguais e inalienáveis constitui o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo;

Considerando que o desconhecimento e o desprezo dos direitos do homem conduziram a actos de barbárie que revoltam a consciência da Humanidade e que o advento de um mundo em que os seres humanos sejam livres de falar e de crer, libertos do terror e da miséria, foi proclamado como a mais alta inspiração do homem;

Considerando que é essencial a protecção dos direitos do homem através de um regime de direito, para que o homem não seja compelido, em supremo recurso, à revolta contra a tirania e a opressão;

Considerando que é essencial encorajar o desenvolvimento de relações amistosas entre as nações;

Considerando que, na Carta, os povos das Nações Unidas proclamam, de novo, a sua fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor da pessoa humana, na igualdade de direitos dos homens e das mulheres e se declararam resolvidos a favorecer o progresso social e a instaurar melhores condições de vida dentro de uma liberdade mais ampla;

Considerando que os Estados membros se comprometeram a promover, em cooperação com a Organização das Nações Unidas, o respeito universal e efectivo dos direitos do homem e das liberdades fundamentais;

Considerando que uma concepção comum destes direitos e liberdades é da mais alta importância para dar plena satisfação a tal compromisso:

A Assembleia-geral

Proclama a presente Declaração Universal dos Direitos do Homem como ideal comum a atingir por todos os povos e todas as nações, a fim de que todos os indivíduos e todos os órgãos da sociedade, tendo-a constantemente no espírito, se esforcem, pelo ensino e pela educação, por desenvolver o respeito desses direitos e liberdades e por promover, por medidas progressivas de ordem nacional e internacional, o seu reconhecimento e a sua aplicação universais e efectivos tanto entre as populações dos próprios Estados membros como entre as dos territórios colocados sob a sua jurisdição.

(...)

Artigo 2.º

Todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação.

Além disso, não será feita nenhuma distinção fundada no estatuto político, jurídico ou internacional do país ou do território da naturalidade da pessoa, seja esse país ou território independente, sob tutela, autónomo ou sujeito a alguma limitação de soberania.

(...)

Artigo 18.º

Toda a pessoa tem direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião; este direito implica a liberdade de mudar de religião ou de convicção, assim como a liberdade de manifestar a religião ou convicção, sozinho ou em comum, tanto em público como em privado, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pelos ritos.

Artigo 19.º

Todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de expressão.

Artigo 20.º

1. Toda a pessoa tem direito à liberdade de reunião e de associação pacíficas.
2. Ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação.

(...)

ANEXO XV

CONVENÇÃO EUROPEIA DOS DIREITOS DO HOMEM

(...)

Artigo 9.º

(Liberdade de pensamento, de consciência e de religião)

1. Qualquer pessoa tem direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião; este direito implica a liberdade de mudar de religião ou de crença, assim como a liberdade de manifestar a sua religião ou a sua crença, individual ou colectivamente, em público e em privado, por meio do culto, do ensino, de práticas e da celebração de ritos.
2. A liberdade de manifestar a sua religião ou convicções, individual ou colectivamente, não pode ser objecto de outras restrições senão as que, previstas na lei, constituírem disposições necessárias, numa sociedade democrática, à segurança pública, à protecção da ordem, da saúde e moral públicas, ou à protecção dos direitos e liberdades de outrem.

Artigo 10.º

(Liberdade de expressão)

1. Qualquer pessoa tem direito à liberdade de expressão. Este direito compreende a liberdade de opinião e a liberdade de receber ou de transmitir informações ou ideias sem que possa haver ingerência de quaisquer autoridades públicas e sem considerações de fronteiras. O presente artigo não impede que os Estados submetam as empresas de radiodifusão, de cinematografia ou de televisão a um regime de autorização prévia.
2. O exercício destas liberdades, porquanto implica deveres e responsabilidades, pode ser submetido a certas formalidades, condições, restrições ou sanções, previstas pela lei, que constituam providências necessárias, numa sociedade democrática, para a segurança nacional, a integridade territorial ou a segurança pública, a defesa da ordem e a prevenção do crime, a protecção da saúde ou da moral, a protecção da honra ou dos direitos de outrem, para impedir a divulgação de informações confidenciais, ou para garantir a autoridade e a imparcialidade do poder judicial.

ANEXO XVI

CONSTITUIÇÃO PORTUGUESA DE 1976

PARTE I

Direitos e deveres fundamentais

TÍTULO I

Princípios gerais

Artigo 13.º

(Princípio da igualdade)

1. Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei.
2. Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual.

Artigo 19.º

(Suspensão do exercício de direitos)

(...)

6. A declaração do estado de sítio ou do estado de emergência em nenhum caso pode afectar os direitos à vida, à integridade pessoal, à identidade pessoal, à capacidade civil e à cidadania, a não retroactividade da lei criminal, o direito de defesa dos arguidos e a liberdade de consciência e de religião.

TÍTULO II

Direitos, liberdades e garantias

CAPÍTULO I

Direitos, liberdades e garantias pessoais

Artigo 35.º

(Utilização da informática)

(...)

3. A informática não pode ser utilizada para tratamento de dados referentes a convicções filosóficas ou políticas, filiação partidária ou sindical, fé religiosa, vida privada e origem étnica, salvo mediante consentimento expresso do titular, autorização prevista por lei com garantias de não discriminação ou para processamento de dados estatísticos não individualmente identificáveis.

(...)

Artigo 41.º

(Liberdade de consciência, de religião e de culto)

1. A liberdade de consciência, de religião e de culto é inviolável.
2. Ninguém pode ser perseguido, privado de direitos ou isento de obrigações ou deveres cívicos por causa das suas convicções ou prática religiosa.
3. Ninguém pode ser perguntado por qualquer autoridade acerca das suas convicções ou prática religiosa, salvo para recolha de dados estatísticos não individualmente identificáveis, nem ser prejudicado por se recusar a responder.
4. As igrejas e outras comunidades religiosas estão separadas do Estado e são livres na sua organização e no exercício das suas funções e do culto.
5. É garantida a liberdade de ensino de qualquer religião praticado no âmbito da respectiva confissão, bem como a utilização de meios de comunicação social próprios para o prosseguimento das suas actividades.
6. É garantido o direito à objecção de consciência, nos termos da lei.

Artigo 43.º

Liberdade de aprender e ensinar

(...)

2. O Estado não pode programar a educação e a cultura segundo quaisquer directrizes filosóficas, estéticas, políticas, ideológicas ou religiosas.

(...)

Artigo 51.º

(Associações e partidos políticos)

(...)

3. Os partidos políticos não podem, sem prejuízo da filosofia ou ideologia inspiradora do seu programa, usar denominação que contenha expressões directamente relacionadas com

quaisquer religiões ou igrejas, bem como emblemas confundíveis com símbolos nacionais ou religiosos.

CAPÍTULO III

Direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores

Artigo 55.º

Liberdade sindical

(...)

4. As associações sindicais são independentes do patronato, do Estado, das confissões religiosas, dos partidos e outras associações políticas, devendo a lei estabelecer as garantias adequadas dessa independência, fundamento da unidade das classes trabalhadoras.

(...)

TÍTULO II

Revisão constitucional

Artigo 288.º

(Limites materiais da revisão)

As leis de revisão constitucional terão de respeitar:

c) A separação das Igrejas do Estado;

ANEXO XVII

DECLARAÇÃO SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE INTOLERÂNCIA E DISCRIMINAÇÃO FUNDADAS NA RELIGIÃO OU NAS CONVICÇÕES

Proclamada pela Assembleia-Geral das Nações Unidas a 25 de Novembro de 1981
Resolução 36/55.

A Assembleia-Geral,

Considerando que um dos princípios fundamentais da Carta das Nações Unidas é o da dignidade e o da igualdade próprias de todos os seres humanos, e que todos os estados membros se comprometeram em tomar todas as medidas conjuntas e separadamente, em cooperação com a Organização das Nações Unidas, para promover e estimular o respeito universal e efectivo dos direitos humanos e as liberdades fundamentais de todos, sem distinção de raça, sexo, idioma ou religião,

Considerando que na Declaração Universal de Direitos Humanos e nos Pactos internacionais de direitos humanos são proclamados os princípios de não discriminação e de igualdade diante da lei e o direito à liberdade de pensamento, de consciência, de religião ou de convicções,

Considerando que o desprezo e a violação dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, em particular o direito a liberdade de pensamento, de consciência, de religião ou de qualquer convicção, causaram directa ou indirectamente guerras e grandes sofrimentos à humanidade, especialmente nos casos em que sirvam de meio de intromissão estrangeira nos assuntos internos de outros Estados e são o mesmo que instigar o ódio entre os povos e as nações,

Considerando que a religião ou as convicções, para quem as profere, constituem um dos elementos fundamentais em sua concepção de vida e que, portanto, a liberdade de religião ou de convicções deve ser integralmente respeitada e garantida,

Considerando que é essencial promover a compreensão, a tolerância e o respeito nas questões relacionadas com a liberdade de religião e de convicções e assegurar que não seja aceito o uso da religião ou das convicções com fins incompatíveis com os da Carta, com

outros instrumentos pertinentes das Nações Unidas e com os propósitos e princípios da presente Declaração,

Convencida de que a liberdade de religião ou de convicções deve contribuir também na realização dos objectivos da paz mundial, justiça social e amizade entre os povos e à eliminação das ideologias ou práticas do colonialismo e da discriminação racial,

Tomando nota com satisfação de que, com os auspícios das Nações Unidas e dos organismos especializados, foram aprovadas várias convenções, e de que algumas delas já entraram em vigor, para a eliminação de diversas formas de discriminação,

Preocupada com as manifestações de intolerância e pela existência de discriminação nas esferas da religião ou das convicções que ainda existem em alguns lugares do mundo,

Decidida a adoptar todas as medidas necessárias para a rápida eliminação de tal intolerância em todas as suas formas e manifestações e para prevenir e combater a discriminação por motivos de religião ou de convicções,

Proclama a presente Declaração sobre a eliminação de todas as formas de intolerância e discriminação fundadas na religião ou nas convicções:

Artigo 1

1. Toda pessoa tem o direito de liberdade de pensamento, de consciência e de religião. Este direito inclui a liberdade de ter uma religião ou qualquer convicção a sua escolha, assim como a liberdade de manifestar sua religião ou suas convicções individuais ou colectivamente, tanto em público como em privado, mediante o culto, a observância, a prática e o ensino.
2. Ninguém será objecto de coação capaz de limitar a sua liberdade de ter uma religião ou convicções de sua escolha.
3. A liberdade de manifestar a própria religião ou as próprias convicções estará sujeita unicamente às limitações prescritas na lei e que sejam necessárias para proteger a segurança, a ordem, a saúde ou a moral pública ou os direitos e liberdades fundamentais dos demais.

Artigo 2

1. Ninguém será objecto de discriminação por motivos de religião ou convicções por parte de nenhum estado, instituição, grupo de pessoas ou particulares.
2. Aos efeitos da presente declaração, entende-se por " intolerância e discriminação baseadas na religião ou nas convicções" toda a distinção, exclusão, restrição ou preferência fundada na religião ou nas convicções e cujo fim ou efeito seja a abolição ou o fim do

reconhecimento, o gozo e o exercício em igualdade dos direitos humanos e das liberdades fundamentais.

Artigo 3

A discriminação entre os seres humanos por motivos de religião ou de convicções constitui uma ofensa à dignidade humana e uma negação dos princípios da Carta das Nações Unidas, e deve ser condenada como uma violação dos direitos humanos e das liberdades fundamentais proclamados na Declaração Universal de Direitos Humanos e enunciados detalhadamente nos Pactos internacionais de direitos humanos, e como um obstáculo para as relações amistosas e pacíficas entre as nações.

Artigo 4

1. Todos os estados adotarão medidas eficazes para prevenir e eliminar toda discriminação por motivos de religião ou convicções no reconhecimento, o exercício e o gozo dos direitos humanos e das liberdades fundamentais em todas as esferas da vida civil, económica, política, social e cultural.
2. Todos os Estados farão todos os esforços necessários para promulgar ou derrogar leis, segundo seja o caso, a fim de proibir toda discriminação deste tipo e por tomar as medidas adequadas para combater a intolerância por motivos ou convicções na matéria.

Artigo 5

1. Os pais, ou no caso os tutores legais de uma criança terão o direito de organizar sua vida familiar conforme sua religião ou suas convicções e devem levar em conta a educação moral em que acreditem e queiram educar suas crianças.
2. Toda criança gozará o direito de ter acesso a educação em matéria de religião ou convicções conforme seus desejos ou, no caso, seus tutores legais, e não lhes será obrigado a instrução em uma religião ou convicções contra o desejo de seus pais ou tutores legais, servindo de princípio essencial o interesse superior da criança.
3. A criança estará protegida de qualquer forma de discriminação por motivos de religião ou convicções. Ela será educada em um espírito de compreensão, tolerância, amizade entre os povos, paz e fraternidade universal, respeito à liberdade de religião ou de convicções dos demais e em plena consciência de que sua energia e seus talentos devem dedicar-se ao serviço da humanidade.
4. Quando uma criança não esteja sob a tutela de seus pais nem de seus tutores legais, serão levadas em consideração os desejos expressos por eles ou qualquer outra prova que se tenha obtido de seus desejos em matéria de religião ou de convicções, servindo de princípio orientador o interesse superior da criança.

5. A prática da religião ou convicções em que se educa uma criança não deverá prejudicar sua saúde física ou mental nem seu desenvolvimento integral levando em conta o parágrafo 3 do artigo 1 da presente Declaração.

Artigo 6

Conforme o artigo 1 da presente Declaração e sem prejuízo do disposto no parágrafo 3 do artigo 1, o direito à liberdade de pensamento, de consciência, de religião ou de convicções compreenderá especialmente as seguintes liberdades:

- a) A de praticar o culto e o de celebrar reuniões sobre a religião ou as convicções, e de fundar e manter lugares para esses fins;
- b) A de fundar e manter instituições de beneficência ou humanitárias adequadas;
- c) A de confeccionar, adquirir e utilizar em quantidade suficiente os artigos e materiais necessários para os ritos e costumes de uma religião ou convicção;
- d) A de escrever, publicar e difundir publicações pertinentes a essas esferas;
- e) A de ensinar a religião ou as convicções em lugares aptos para esses fins;
- f) A de solicitar e receber contribuições voluntárias financeiras e de outro tipo de particulares e instituições;
- g) A de capacitar, nomear, eleger e designar por sucessão os dirigentes que correspondam segundo as necessidades e normas de qualquer religião ou convicção;
- h) A de observar dias de descanso e de comemorar festividades e cerimônias de acordo com os preceitos de uma religião ou convicção;
- i) A de estabelecer e manter comunicações com indivíduos e comunidades sobre questões de religião ou convicções no âmbito nacional ou internacional.

Artigo 7

Os direitos e liberdades enunciados na presente Declaração serão concedidos na legislação nacional de modo tal que todos possam desfrutar deles na prática.

Artigo 8

Nada do que está disposto na presente declaração será entendido de forma que restrinja ou derogue algum dos direitos definidos na Declaração Universal de Direitos Humanos e nos Pactos internacionais de direitos humanos.

FONTES

1. BIBLIOTECAS E ARQUIVOS

Arquivo do Governo Civil de Lisboa

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Biblioteca da Assembleia da República

Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Biblioteca do Gabinete de Estudos Olisiponenses

Biblioteca Municipal de Oeiras

Biblioteca Nacional

Biblioteca da Ordem dos Advogados

Biblioteca do Palácio Galveias

Biblioteca da Universidade Católica Portuguesa

Hemeroteca Municipal de Lisboa

Sinagoga de Lisboa (Shaaré Tikvá)

2. INTERNET

Jurídicas

Constituição Espanhola de 1812

http://www.uca.es/recursos/doc/AUI/Recursos/Constitucion_1812/1084144089_20
(15.06.2011)

Constituição Francesa de 1791

<http://pt.scribd.com/doc/46618009/Constituicao-Francesa-de1791> (15.06.2011)

Constituições Portuguesas de 1822, 1826, 1838 e 1911

<http://www.laicidade.org/documentacao/legislacao-portuguesa/portugal/>
(17.06.2011)

Leis de 25 de Maio de 1773 e 15 de Dezembro de 1774 do Marquês de Pombal

<http://www.arlindo-correia.com/200908.html> (31.08.2011)

Ordenações Afonsinas

<http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/afonsinas/> (15. 08.2011)

Doutrínárias

MAGALHÃES, José Luís Quadros - *O constitucionalismo moderno*

<http://www.revistapersona.com.ar/Persona76/76Quadros.htm> (22.01.2012)

SUANZES-CARPEGNA, Joaquín Varela - *O Constitucionalismo espanhol e português durante a primeira metade do século XIX (Um estudo comparado)*

<http://www.seminariomartinezmarina.com/ojs/index.php/historiaconstitucional/article/viewFile/270/23> (15.06. 2011)

De Enquadramento Geral

COMUNIDADE ISRAELITA DO PORTO - *História, Parte 6, nos dias de hoje...*

http://www.comunidade-israelita-porto.org/?page_id=59 (18.05.2012)

FONTES, Carlos - *Cartografia do Judaísmo em Portugal*

<http://lisboa.do.sapo.pt/PortJudeusCom01.html> (22.01.2012)

INFOPÉDIA - *Sinagoga*

[http://www.infopedia.pt/\\$sinagoga](http://www.infopedia.pt/$sinagoga) (22.01.2012)

MUKZNIK, Esther - *Centenário da Sinagoga Shaaré Tikvá*

http://www.cilisboa.org/sin_cent.htm (22.01.2012)

——— *História da Comunidade Israelita de Lisboa*

http://www.cilisboa.org/hist_cil.htm (17.08.2011)

——— *Os Judeus em Portugal - Presença e Memória*

http://www.cilisboa.org/hpt_esther.htm (17.08.2011)

——— *Os 100 anos da Sinagoga Shaaré Tikvá*

http://www.cilisboa.org/sc_main.htm (22.01.2012)

MUKZNIK, Lúcia Liba - *Sinagogas Portuguesas*

<http://www.bnportugal.pt/agenda/evento-sinagogas.html> (22.01.2012)

PINTO, Paulo Mendes - *No 5 de Outubro: a conturbada relação com a religião no Portugal Contemporâneo – Parte I*

<http://religare.blogs.sapo.pt/2989.html> (17.05.2012)

REDE DE JUDIARIAS DE PORTUGAL - *As Comunidades Judaicas na Idade Média*

http://www.redejudiariasportugal.com/index.php?option=com_content&view=article&id=76&Itemid=173&lang=pt (22.01.2012)

——— *Sinagoga de Castelo de Vide*

http://www.redejudiariasportugal.com/index.php?option=com_k2&view=item&layout=item&id=53&Itemid=148 (22.01.2012)

——— *Sinagoga de Tomar*

http://www.redejudiariasportugal.com/index.php?option=com_k2&view=item&layout=item&id=38&Itemid=157 (22.01.2012)

SINAGOGA DE LISBOA

<http://sinagogalisboa.blogspot.com/> (22.01.2012)

STEINHARDT, Inácio - *7º centenário da antiga sinagoga de Lisboa*

<http://ruadajudiaria.com/?p=540> (22.01.2012)

TAEJO INTERNACIONAL, *Sinagoga de Castelo de Vide*

<http://taejo.eu/es/recurso-patrimonio/sinagoga-de-catelo-de-vide> (22.01.2012)

WIKIPÉDIA – *Sinagoga de Lisboa*

http://pt.wikipedia.org/wiki/Sinagoga_Shaar%C3%A9_Tikva (22.01.2012)

——— *Sinagoga de Ponta Delgada*

http://pt.wikipedia.org/wiki/Sinagoga_de_Ponta_Delgada (22.01.2012)

——— *Sinagoga do Porto*

http://pt.wikipedia.org/wiki/Sinagoga_Kadoorie (22.01.2012)

——— *Sinagoga de Tomar*

http://pt.wikipedia.org/wiki/Sinagoga_de_Tomar (22.01.2012)

3. BIBLIOGRAFIA

Jurídica

AA.VV. - *A Concordata de 1940 Portugal Santa-Sé*. Lisboa: Edições Disdakalia (Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa), 1993.

CARTA Constitucional da Monarchia Portuguesa decretada e dada pelo Rei de Portugal e Algarves D. Pedro IV, Imperador do Brasil. Lisboa: Imprensa Nacional, 1855.

- CÓDIGO Penal*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1886
- CÓDIGO Penal*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1982.
- CONSTITUIÇÕES Portuguesas – 1822-1826-1838-1911-1933*. Lisboa: Assembleia da República, 2004.
- COSTA, Augusto Frederico Martins – *Código Penal Portuguez*. Lisboa: Tipografia da Casa Minerva, 1884.
- ESTATUTO e Regulamento Interno da Sinagoga Portuguesa de Lisboa*. Lisboa: Typographia Casa Portuguesa, 1893.
- FREIRE, Pascoal José de Mello – *Ensaio do Código Criminal*. Lisboa: Tipografia Maigrense, 1823.
- GONÇALVES, M. Maia – *Código Penal Português*. Coimbra: Livraria Almedina, 1995
- GOUVEIA, Jorge Bacelar – *Legislação de Direito da Religião*. Coimbra: Coimbra Editora, 2006.
- PIMENTA, Alfredo (com.) – *Fuero Real de Afonso X, o “Sábio” - Versão Portuguesa do século XIII*. Lisboa: Instituto para a Cultura, 1946.
- SECO, António Luís de Sousa (anot.) – *Código Penal Portuguez*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1881.
- VEIGA, José Manuel – *Código Penal da Nação Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1837.

Doutrinária

- AA.VV. - *O Constitucionalismo de D. Pedro I no Brasil e em Portugal*. Lisboa: Ministério da Justiça, 1972.
- AA.VV. – *Concordata entre a Santa Sé e a República Portuguesa*. Coimbra: Almedina, 2001.
- ARAGÃO, Paulo Pulido – *A Liberdade Religiosa e o Estado*. Coimbra: Almedina, 2002.
- CAETANO, Marcello – *Constituições Portuguesas*. Lisboa: Verbo, 1981.
- *Manual de Ciência Política e Direito Constitucional (Tomo I)*. Coimbra: Almedina, 1989.
- DEOS, Faustino José da Madre de – *A Constituição de 1822*. Lisboa: Tipografia Maigrense, 1823.
- FERNANDES, António Teixeira – *Igreja e Sociedade - Na Monarquia Constitucional e na Primeira República*. Porto: Estratégias Criativas, 2007

- MIRANDA, Jorge – *As Constituições Portuguesas: 1822 - 1826 - 1838 - 1911 – 1933 – 1976*. Lisboa: Livraria Petrony, 1976.
- *As Constituições Portuguesas de 1822 ao texto actual da Constituição*. Lisboa: Livraria Petrony, 2004.
- PEREIRA, António Manuel – *As Constituições Políticas Portuguesas*. Porto: o Autor, 1961.
- QUEIROZ, Cristina – *Direito Constitucional*. Coimbra: Coimbra Editora, 2009.
- SILVA, Nuno J. Espinosa Gomes da – *História do Direito Português – Fontes do Direito* (2ª ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991.

De Enquadramento Geral

- AA.VV. – *O Judaísmo na Cultura Ocidental*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.
- AFONSO, Maria João da Rocha - *A Ilusão da Mudança*. Lisboa: Colóquio “O Judaísmo na Cultura Ocidental”, 30/10 a 3/11 de 1989, Fundação C. Gulbenkian, 1989, p. 78
- AFONSO, Rui – *Um Homem Bom, Aristides de Sousa Mendes, o “Wallenberg Português”*. Lisboa: Editorial Caminho SA, 1995
- AMZALAK, Moses Bensabat – *A Sinagoga Portuguesa Shaaré Tikvá – As Portas da Esperança – Comemoração dos seus cinquenta anos de existência*. Lisboa: S/E, 1954.
- ANTUNES, José Freire (dir.) – *Judeus em Portugal – O testemunho de 50 homens e mulheres*. Versailhes (França): Edeline Multimedia, 2002.
- AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.) – *Dicionário de História Religiosa de Portugal* (Vol. III). Rio de Mouro: Círculo de Leitores e Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2001
- *História Religiosa de Portugal* (Vol. 3). Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2002.
- CANELO, David Augusto – *Belmonte, Judaísmo e Criptojudaísmo - Estudos de História*. Belmonte: ed. do Autor, 2001.
- CARVALHO, António Carlos – *Os Judeus do Desterro de Portugal*. Lisboa: Quetzal Editores, 1999.
- CATULO, Kátia – *Sinagoga celebra cem anos no Rato*. Lisboa: Revista de Imprensa, nº 2, pp 8-9, in A Capital - 03 Jun 2002. 2002.
- DELUMEAU, Jean – *As Grandes Religiões do Mundo*. Lisboa: Editorial Presença, 2002.

- ELIADE, Mircea – *O Sagrado e o Profano*. Lisboa: Livros do Brasil, 2002.
- GAARDER, Justein – *O Livro das Religiões*. Lisboa: Editorial Presença, 2002;
- GARCIA, Maria Antonieta – *Os Judeus de Portugal, Caminhos da Memória*. Lisboa: Instituto de Sociologia e Etnologia das Religiões da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1993.
- GILBERT, Martin – *Os 5000 Anos de História e Fé do Povo Judeu*. Lisboa: Alétheia Editores, 2006.
- HERCULANO, Alexandre – *História da origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal* (Tomo I). Venda Nova, Amadora: Livraria Bertrand, 1975
- MARTINS, Jorge – *A República e os Judeus*. Lisboa: Nova Vega, 2010.
- *Breve História dos Judeus em Portugal*. Lisboa: Nova Vega, 2010.
- MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal* (Vol. 5). Lisboa: Círculo de Leitores, 1993.
- MELLO, José de Almeida – *A Sinagoga Sahar Hassamarin de Ponta Delgada. Ponta Delgada: Publoçor Editores, 2009.*
- MOURA, Maria Lúcia de Brito – *A Guerra Religiosa na I República* (2ª ed.) Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2010.
- MUCZNIK, Esther – *Sinagoga de Lisboa faz 100 anos*. Lisboa: Olisipo: Boletim do Grupo de Lisboa – II Série, nº 16 (Jan – Jun 2002) p 125-131, 2002.
- (coord.) – *Dicionário do Judaísmo Português*. Lisboa: Editorial Presença, 2009.
- NUNES, Rosa Dionísio – *Das Relações da Igreja e do Estado*. Coimbra: Almedina, 2005.
- PIGNATELLI, Marina – *A Comunidade Israelita de Lisboa: o passado e o presente na construção da etnicidade dos judeus de Lisboa*. Lisboa: UTL-ISCSP, 2000.
- *Interioridades e Exterioridades dos Judeus de Lisboa*. Lisboa: UTL-ISCSP, 2008.
- PIMENTEL, Irene Flunser – *Judeus em Portugal durante a II Guerra Mundial*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2006.
- PINTO, Paulo Mendes (coord.) – *Religiões - História, textos, tradições*. Lisboa: Paulinas Editora, 2006.
- PINTO, Sérgio Ribeiro Pinto – *Separação Religiosa como Modernidade*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2011.
- RAMOS, José Augusto Martins – *Judaísmo e Mediterrâneo: Espaço, Identidade e Fronteiras* - Separata de O Mediterrâneo Ocidental: Identidade e Fronteira. Lisboa: Colibri, 2002, p. 65-83.
- REIS, António Carmo – *O Liberalismo em Portugal e a Igreja Católica*. Lisboa: Editorial

- Notícias, 1988.
- REMÉDIOS, J. Mendes – *Os Judeus em Portugal* (Vol. I). Coimbra: F. França Amado, Editor, 1895
- SARAIVA, António José – *Inquisição e Cristãos-Novos*. Porto: Editorial Inova, 1969
- SAUSSAYE, Chantepie de La - *História das Religiões* (Vol. I). Lisboa: Círculo de Leitores, 1979.
- SCHWARZ, Samuel – *A Sinagoga de Alfama: in memoriam do eminente olisipógrafo engenheiro Augusto Vieira da Silva*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1953.
- *Os Cristãos-Novos em Portugal no Século XX*. Lisboa: Instituto de Sociologia e Etnologia das Religiões - Departamento de Sociologia da FCSH - UNL, 1993
- SEABRA, João – *O Estado e a Igreja em Portugal no início do século XX*. Cascais: Principia, 2009.
- SEQUEIRA, Gustavo de Matos – *Depois do terramoto: subsídios para a história dos bairros ocidentais de Lisboa*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1967.
- SINAGOGA. Lisboa: *Revista Lisboa: step by step*, nº 14 (Inverno 2001), 2001, pp 14-15.
- SINAGOGA ISRAELITA DE LISBOA, A. Lisboa: *Revista O Occidente* – vol. 28, nº 965 (1905) pp 227-229. 1905.
- SINAGOGAS PORTUGUESAS - *Mostra Bibliográfica*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2004.
- SOARES, Maria Emília Pereira – *Presença Judaica em Portugal: As Sinagogas do Porto*. Lisboa: Associação dos Professores de História, 1999.
- TAVARES, Maria José Pimenta Ferro – *Judaísmo e Inquisição* – Estudos. Lisboa: Editorial Presença, 1987.
- *As Judiarias de Portugal*. Lisboa: Clube dos Coleccionadores dos Correios, 2010.
- TELES, Basílio – *A Questão Religiosa*. Porto: Livraria Moreira Editora, 1913
- WILKE, Carsten L. – *Histoire des Juifs Portugais*. Paris: Editions Chandeigne, 2007.

ÍNDICE ONOMÁSTICO

A

Abohbot (família)	76
Abohbot, Mimom ben Abraham.....	76
Abravanel, Isaac	13
Afonso II (rei)	9, 20
Afonso III (rei).....	9, 50
Afonso IV (rei)	10, 15
Afonso V (rei).....	6, 11, 13, 42
Afonso X (rei).....	10, 137
Afonso, Maria João da Rocha	6
Aguiar, Joaquim António de.....	38, 90
Alexandre III (papa)	19
Amar, Shlomó Moshé.....	84
Amzalak, José.....	25
Amzalak, Leão.....	78, 79, 80
Anahory, Abraham	31, 79
Anahory, Moses.....	31
Anahory, Simão	31, 79
Andrade, Gomes Freire de.....	27
Azevedo, Carlos Moreira... 10, 13, 14, 15,	

67

B

Barbanel, Herbert.....	13
Barbanel, Howard.....	13
Basto, Artur Carlos de Barros ..	50, 52, 71
Benarus, Adolfo.....	50, 51, 52
Benarus (família)	76
Benazim, Moisés	81
Bensaúde (família).....	76

Bensaúde, Abraão.....	76
Bensaúde, Abraham.....	31, 50, 79
Bensaúde, Joaquim.....	80, 83
Bensabat (Família)	76
Bensabat, Levy	78
Brito, Moura, Maria Lúcia de.....	45
Brito, Sousa e	61

C

Cabral, Costa	36, 39, 90
Cabral, Pedro Álvares.....	18
Caetano, Marcello	30
Campos, Abílio Pereira de	80
Carp, José Oulman	86
Canelo, David Augusto	18
Clemente IV (papa)	23
Cluny, Isabel.....	23
Cohen, Abraham.....	78
Cohen, Simão (Shemaya).....	78
Costa, Afonso	44, 45, 46

D

Dabella, Abraham.....	78
Deos, Faustino José da Madre de ...	34, 35
Dinis (rei)	9, 20, 70, 71, 77
Dray, Judah.....	79
Duarte (rei)	11, 13

E

Esaguy, Augusto de	51
--------------------------	----

Eliade, Mircea.....	65, 66
F	
Fernandes, António Teixeira	36, 38
Fernando (rei)	4, 5, 10, 14
Freire, Antunes, José	13
Freire, Pascoal José de Mello	42
G	
Gaarder, Jostein	8
Garcia, Maria Antonieta	16, 18
Garrett, Almeida	27, 36
Gilbert, Martin	9
Gordon, Ricardo	83
H	
Henrique (Infante)	73
Henriques, Afonso (rei)	57, 70
Herculano, Alexandre	19, 27, 40, 79
Hitler	51, 85
I	
Inocêncio VIII (papa)	17
Isabel I (rainha).....	14
J	
João I (rei).....	10, 11, 71
João II (rei)	13, 14, 15, 16, 71
João VI (rei).....	27, 28, 33
José (rei)	23, 24
José, Salomão Mór	78
Judas	70
Júnior, Artur de Almeida	72
L	
Levy (família)	76
Levy, Abraham E.....	80

Levy, Salvador.....	50
Lourenço, Mestre.....	74
Lúcio III (papa)	19
Luís (rei)	50
M	
Macieira, António.....	46
Malta, Augusto dos Santos	72
Manuel I (rei) 2, 3, 6, 11, 13, 15, 16, 17, 23, 24, 42, 50, 51, 77	
Manuel, Passos	27, 42
Maria I (rainha)	42
Maria II (rainha)	39
Maria, Isabel (infanta)	36
Martins, Jorge	8, 9, 14, 23, 49, 53, 55
Melo, Sebastião José de Carvalho e	22, 23
Miguel (príncipe).....	33
Miguel (rei).....	36
Miranda, Jorge	30
Moisés	65, 67, 69
Moniz, António Egas.....	57
Mucznik, Esther.....	62
N	
Nabucodonosor.....	8
O	
Oulman, Nicole	51
P	
Pais, Sidónio	53
Paula, S. Francisco de.....	21
Paulo III (papa).....	21
Pedro IV (rei).....	35, 136
Pignatelli, Marina	15
Pimenta, Alfredo	10
Pimentel, Irene Flunser.....	53

Pimentel, José Menéres	62
Pinto, Moura	47, 48, 92
Pinto, Sérgio Ribeiro	44, 47
Pio X (papa).....	46
Pombal, Marquês de	2, 3, 22, 24
Q	
Queiroz, Eça de.....	37
R	
Ramos, Carlos.....	83
Regras, João das	11
Remédios, J. Mendes	9
Ribeiro, Hintze	79, 91
Rothschild, Edmond de	71
S	
Salazar	53, 55
Salgado, Veloso	82
Sampaio, Jorge	84
Saraiva, António José	17

Schwarz, Samuel.....	24, 52, 73, 77
Seabra, João.....	37, 39, 83
Sequeria, Salomão de M.	80
Silva, António José da.....	21
Silva, Diogo da	21
Silveira, Mouzinho da	27
Soares, Mário.....	62
T	
Tavares, Maria José Ferro	8
Teles, Basílio	5
Terra, Miguel Ventura.....	80
Tito (imperador)	8
Tomás, Manuel Fernandes	27
V	
Veiga, José Manuel da.....	42
Z	
Zacuto, Abraão	73
Zagory (família)	76

ÍNDICE GERAL

RESUMO	2
ABSTRACT	3
AGRADECIMENTOS	4
INTRODUÇÃO	5
CAPÍTULO 1	
OS JUDEUS NA CRISTANDADE PORTUGUESA	8
CAPÍTULO 2	
A CONSTRUÇÃO DO ESTADO CONFESSIONAL	11
As Ordenações Régias	11
O Édito de expulsão de D. Manuel I (1496) e o estabelecimento da Inquisição em Portugal	13
A Legislação Pombalina	22
CAPÍTULO 3	
A REVOLUÇÃO LIBERAL DE 1820, A LIBERDADE RELIGIOSA E A CONFESSIONALIDADE DO ESTADO	26
O constitucionalismo moderno	26
A Constituição de 1822	32
A Carta Constitucional de 1826	35
A Constituição de 1838	39
Análise comparativa	40
Os Códigos Penais	42
CAPÍTULO 4	
A SEPARAÇÃO DO ESTADO DAS IGREJAS	44

A Lei da Separação de 20 de Abril de 1911	44
A Constituição de 1911	48
A Constituição de 1933	53
A Concordata	56
A Constituição de 1976 e a legislação subsequente	59
Convenções internacionais ratificadas por Portugal	63
 CAPÍTULO 5	
AS SINAGOGAS	65
As Sinagogas portuguesas	70
A Sinagoga Shaaré Tikvá	79
 CONCLUSÕES	
85	
 ANEXOS	
89	
Anexo I – Cronologia de legislação portuguesa de direito da religião	90
Anexo II – Ordenações Afonsinas	94
Anexo III – Édito dos Reis Católicos	96
Anexo IV – Édito de D. Manuel I	97
Anexo V – Lei do Marquês de Pombal de 25.05.1773	98
Anexo VI – Lei do Marquês de Pombal de 20.12.1774	100
Anexo VII – Constituição Portuguesa de 1822	101
Anexo VIII – Carta Constitucional de 1826	104
Anexo IX – Constituição Portuguesa de 1838	107
Anexo X – Constituição Portuguesa de 1911	109
Anexo XI – Estatutos da Comunidade Israelita de Lisboa	110
Anexo XII – Alvará do Governo Civil de Lisboa de aprovação dos Estatutos da CIL	120
Anexo XIII – Constituição Portuguesa de 1933	122
Anexo XIV – Declaração Universal dos Direitos do Homem	124
Anexo XV – Convenção Europeia dos Direitos do Homem	126
Anexo XVI - Constituição Portuguesa de 1976	127
Anexo XVII – Declaração sobre a eliminação de todas as formas de intolerância e discriminação fundadas na religião ou nas convicções	130

FONTES	134
ÍNDICE ONOMÁSTICO	141
ÍNDICE GERAL	144